

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 154/2023
Data: 13/09/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SILVIO COSTA FILHO TOMA POSSE EM BRASÍLIA E DIZ QUE NÃO PRETENDE PRIVATIZAR O PORTO DE SANTOS	4
MODAL FERROVIÁRIO TEM COMO DESAFIO ATRAIR MAIS CARGAS NO PORTO DE SANTOS.....	4
DIRETO DE VITÓRIA OU À VITÓRIA?	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	7
AMUPE APROVA MEDIDA DO GOVERNO FEDERAL QUE COMPENSA R\$ 26 BILHÕES PARA MUNICÍPIOS	7
LULA VEM A PERNAMBUCO NA SEXTA PARA RETOMADA DA REFINARIA ABREU E LIMA	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
INSTITUCIONAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TERMINAL DO PORTO DE ITAJAÍ (SC) CONTA COM SETE PROPOSTAS	9
CONSULTA PÚBLICA - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA REVISÃO DA NORMA DE ALIMENTAÇÃO DO MÓDULO APP ACONTECERÁ NO DIA 19 DE SETEMBRO	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	12
INSTITUCIONAL - PRESIDENTE LULA DÁ POSSE A SILVIO COSTA FILHO NO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	12
SEIS AEROPORTOS SERÃO BENEFICIADOS COM OBRAS DE MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – O TRANSPORTE DE CARGAS E O MERCOSUL.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Posse 1</i>	14
<i>Posse 2</i>	14
<i>Offshore 1</i>	14
<i>Offshore 2</i>	14
<i>Offshore 3</i>	14
NACIONAL - DEMANDAS DOS SETORES AÉREO E PORTUÁRIO DESAFIAM NOVO MINISTRO.....	14
NACIONAL - ANTT PROMOVE CICLO ESG ABERTO AO PÚBLICO EXTERNO NO PRÓXIMO DIA 21	16
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS SERÁ SEDE DO 1º CONGRESSO NACIONAL INTEGRA PORTOS	16
REGIÃO SUDESTE - HOMEM É PRESO E 405 KG DE COCAÍNA SÃO APREENDIDOS NO PORTO DE SANTOS.....	17
MERCOSUL EXPORT - IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES LOGÍSTICOS É VITAL PARA INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI.....	18
MERCOSUL - ANTAQ PREVÊ LANÇAR CONSULTA PÚBLICA DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ AINDA NESTE MÊS	19
MERCOSUL EXPORT - POLÍTICAS PÚBLICAS DO URUGUAI DEVERIAM SER ADOTADAS NO BRASIL, AVALIAM DEBATEDORES.....	21
MERCOSUL - DOCUMENTO ELETRÔNICO ÚNICO: UMA SOLUÇÃO TAMBÉM PARA O MERCOSUL.....	22
MERCOSUL - VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO URUGUAI RECEBE COMITIVA DO MERCOSUL EXPORT	24
NACIONAL - COSTA FILHO QUER DECIDIR SOBRE DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS ATÉ 6F.....	24
REGIÃO SUL - EMPRESA LIGADA A MULTINACIONAIS FAZ MELHOR OFERTA EM LEILÃO DO PORTO DE ITAJAÍ	24
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	25
PORTO DE SANTOS RECEBE 1º CONGRESSO NACIONAL INTEGRA PORTOS (CNIT): OPORTUNIDADE DE PATROCÍNIO DE EVENTO DE DESTAQUE NO SETOR PORTUÁRIO	26
CADE APROVA COMPRA DE TRÊS COMPLEXOS INDUSTRIAIS DA GRANOL PELA CARGILL	26
VALE ASSINA ACORDO PARA FORNECER À ARÁBIA SAUDITA	27
PORTO DE SANTOS SOBE UMA POSIÇÃO NO RANKING MUNDIAL DE PORTOS	28
JORNAL O GLOBO – RJ.....	29
PL DAS APOSTAS RETIRA RECURSOS DE ÁREA SOCIAL E AUMENTA REPASSE A PASTAS COMANDADAS PELO CENTRÃO; ENTENDA	29
ECONOMIA - PARA 74% DOS PROFISSIONAIS, IA DEVE MUDAR ROTINA DE TRABALHO NO PRÓXIMO ANO	32
DESENROLA: 924 EMPRESAS CREDORAS FORAM CADASTRADAS NO PROGRAMA; RENEGOCIAÇÃO VAI ABRANGER DÍVIDAS DE ATÉ R\$ 5 MIL.....	33
EDUARDO PAES QUER ATRAIR NOVAS COMPANHIAS AÉREAS PARA O GALEÃO	34
NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS DEFENDE FORTALECIMENTO DO GALEÃO E DIZ QUE VAI CONVERSAR COM CASTRO E PAES.....	35
LULA VAI A PERNAMBUCO ANUNCIAR RETOMADA DE OBRA DE REFINARIA PARALISADA APÓS A LAVA-JATO	36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	36
PETROBRAS E WEG FAZEM PARCERIA PARA CONSTRUIR GERADOR DE ENERGIA EÓLICA DE 7 MW	36
GRANDES EMPRESAS VEEM ‘VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA’ EM MP DE HADDAD E PEDEM REJEIÇÃO DE MEDIDA	37



NOVO MINISTRO FALA EM TRABALHAR CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	38
PETROBRAS PEDE AO IBAMA ANÁLISE DE 10 ÁREAS PARA PROJETOS DE USINAS EÓLICAS EM ALTO-MAR.....	39
MINISTRO DIZ QUE OFERTA DE SALÁRIO MÍNIMO 'DEGRADANTE' AFUGENTA JOVENS DO MERCADO DE TRABALHO.....	41
GOVERNO INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DE GASTOS PÚBLICOS FEDERAIS.....	42
FGV DEBATE PERSPECTIVAS PARA O CENÁRIO ECONÔMICO NO BRASIL E NO EXTERIOR; VEJA COMO PARTICIPAR	43
BURACO NO ORÇAMENTO DE 2024 PODE SER MAIOR: DESCONFIANÇA É QUE DESPESAS ESTÃO SUBESTIMADAS	43
CEO DIZ QUE DESEMPREGO DEVE SUBIR PARA QUE EMPRESAS TENHAM MAIS PODER SOBRE FUNCIONÁRIO	44
'HÁ ESPAÇO PARA O BRASIL CRESCER MAIS, SE AVANÇAR NAS AGENDAS RELEVANTES', DIZ MELLO, DA FAZENDA	46
NOVA RECOMENDAÇÃO DA OIT PODE IMPACTAR O SISTEMA S	50
VALOR ECONÔMICO (SP).....	51
COSAN AVANÇA EM PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM PORTO EM SÃO LUÍS (MA)	51
NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS PROMETE PASSAGENS AÉREAS A R\$ 200.....	53
MÁRCIO FRANÇA MINIMIZA TROCA DE MINISTÉRIO, MAS FAZ DISCURSO SOBRE LEALDADE NA POLÍTICA	54
PP, DE FUFUCA, INSISTE EM CONTROLAR ARRECADAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS; PLANALTO E FAZENDA RESISTEM	54
LULA DIZ ESTAR SATISFEITO COM TROCAS NO GOVERNO, PEDE 'CUIDADO' COM ESPORTE E FAZ ELOGIOS A MÁRCIO FRANÇA	55
POSSE RESERVADA DE FUFUCA E COSTA FILHO IRRITA CENTRÃO, QUE VÊ LULA ENVERGONHADO COM ALIANÇA	56
É UM SINAL DE DEBILIDADE A OPOSIÇÃO IR PARA O GOVERNO, DIZ PRESIDENTE DO PSB	57
PSB NEGOCIA TURBINAR MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DIZ MÁRCIO FRANÇA	58
NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS DIZ QUE VAI TRABALHAR CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO TERMINAL DE SANTOS ...	60
AGORA COM MINISTÉRIOS, PP E REPUBLICANOS VOTAM COM O GOVERNO LULA NA CÂMARA.....	60
LÍDER DO REPUBLICANOS DIZ QUE NOMEAÇÃO DE SILVIO COSTA FILHO "ESTREITA" RELAÇÃO COM GOVERNO.....	62
GOVERNO PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA QUE CRIA O 38º MINISTÉRIO DA GESTÃO LULA.....	63
LULA DÁ POSSE A MINISTROS DO CENTRÃO HOJE, MAS OPTA POR ENCONTRO FECHADO	64
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	64
GERAÇÃO EÓLICA NO MAR PODE ACELERAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL.....	64
CONGRESSO REDUZIU ESPAÇO PARA CASHBACK NA REFORMA TRIBUTÁRIA, DIZ APPY	67
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	68
AGENTES APROVAM DISCURSO DE CONTINUIDADE E MONITOREM POSSIBILIDADE DE OUTRAS TROCAS NO MPOR.....	68
ARTIGO - OMNISHORING: POR QUE O BRASIL DEVERIA CONSIDERAR ESSA TENDÊNCIA?	70
NEOENERGIA E GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE ASSINAM MEMORANDO PARA PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA	
EÓLICA OFFSHORE	71
CIRCUITO 'SAÚDE NOS PORTOS' REFORÇA CUIDADOS DE SAÚDE NO PORTO DO RIO DE JANEIRO	72
PORTO DE IMBITUBA FARÁ O REPASSE DE R\$ 17 MILHÕES PARA A RECUPERAÇÃO DO ACESSO SUL DE IMBITUBA	73
MMS EMPREENHIMENTOS OFERECE MAIOR VOLUME DE MOVIMENTAÇÃO MÍNIMA NO LEILÃO DE ARRENTAMENTO	
TANSITÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ.....	73
MINISTRO PROMETE DIÁLOGO COM SETOR PRODUTIVO E CONSTRUÇÃO DE AGENDA PARA HIDROVIAS	74
OCYAN É CERTIFICADA COM SELO CARBONO NEUTRO.....	75
SILVIO COSTA FILHO ASSUME MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	76
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	77
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	77



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SILVIO COSTA FILHO TOMA POSSE EM BRASÍLIA E DIZ QUE NÃO PRETENDE PRIVATIZAR O PORTO DE SANTOS

Ele irá se reunir com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, ainda esta semana

Por: ATribuna.com.br



Silvio Costa Filho (Republicanos) tomou posse nesta quarta-feira (13) em Brasília Foto: Arquivo Pessoal

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), tomou posse nesta quarta-feira (13) em Brasília. Em sua primeira entrevista como integrante do primeiro escalão do governo, Costa Filho declarou que não há intenção de privatizar o Porto de Santos.

“O nosso desejo é de trabalhar pela não privatização, mas vamos dialogar com o setor produtivo. Decisão portuária de

privatização é decisão de governo”.

O novo ministro revelou que vai se reunir com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, ainda esta semana.

“Eu vou ligar para o presidente Pomini para já a partir de amanhã ou sexta-feira fazermos uma reunião sobre o Porto de Santos. É um porto rentável, com quase R\$ 3 bilhões em caixa, que vai liderar a maior obra do PAC do Brasil, que é o túnel Santos Guarujá, na ordem de R\$ 5,5 bilhões. Vamos dialogar com os trabalhadores, que são os que fazem o Porto de Santos”.

Silvio Costa Filho concedeu entrevista ao lado de André Fufuca, nomeado nesta quarta-feira ministro do Esporte, e de Márcio França, antigo titular da pasta de Portos e Aeroportos e agora ministro de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa.

Fonte: [A Tribuna Digital - SP](http://ATribunaDigital-SP)

Data: 13/09/2023

MODAL FERROVIÁRIO TEM COMO DESAFIO ATRAIR MAIS CARGAS NO PORTO DE SANTOS

Diminuição de custo, maior competitividade, segurança viária e diminuição de acidentes estão entre benefícios

Por: [Ted Sartori](http://TedSartori)



O modal rodoviário segue como campeão quando o assunto é o transporte de cargas para o Porto de Santos Foto: Alexander Ferraz/AT

O modal rodoviário segue como campeão quando o assunto é o transporte de cargas para o Porto de Santos. De acordo com dados da Autoridade Portuária de Santos (APS), 101,8 milhões de toneladas foram trazidas desta forma em 2022 e, de janeiro a julho deste ano, o total por este modal chegou a 60,4 milhões de toneladas. A realidade é bem diferente quando as ferrovias entram em cena: 40,6 milhões de



toneladas ao longo de 2022 e 25,5 milhões de toneladas nos sete primeiros meses de 2023.

A discrepância nos números é histórica e não acontece apenas no complexo portuário santista: é refletida em todo o País, em razão da prioridade dada ao longo de décadas às rodovias. Mas há vantagens em se optar pelas ferrovias. “Isso representa diminuição de custo, maior competitividade na nossa economia, segurança viária, diminuição de acidentes, redução da emissão de gases de efeito estufa, além de outros benefícios”, lista o consultor portuário Ivam Jardim.

O Governo Federal tem como objetivo ampliar o escoamento de cargas de exportação, especialmente grãos, pelo modal ferroviário. A meta é que a participação na matriz de transporte nacional salte de 17% para 40%, de acordo com o ministro dos Transportes, Renan Filho.

O equacionamento dos pedidos de revisão de contratos e a devolução de concessões para destravar R\$ 80 bilhões em investimentos são fundamentais para alavancar as estradas de ferro. No início de agosto, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou que concessionárias de infraestruturas públicas renegociem seus contratos de concessão com o Governo Federal.

“É esperado que a nova pera ferroviária anunciada para a MargemDireita ajude no processo da busca de maior equilíbrio e maior eficiência no transporte ferroviário para o Porto. Somente a melhoria das condições operacionais e do acesso ferroviário irá levar ao aumento da participação do modal na matriz de transporte do Porto. Investimentos em terminais multimodais no interior, para captação de cargas, e foco além do granel sólido também podem alterar o quadro atual”, afirma o especialista em infraestrutura e consultor portuário Rodrigo Paiva.

Contêineres

Engenheiro civil e mestre em Engenharia de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia, Luis Claudio Santana Montenegro recomenda que se aumente o transporte ferroviário de contêineres. “Para isso, é preciso estimular o chamado trem expresso de cargas, com horários e frequências bem definidas e confiáveis, já que a logística de cargas de maior valor agregado é do tipo just-in-time (na hora certa)”, explica.

Na visão de Montenegro, é preciso desenvolver um terminal ferroviário de contêineres na Margem Direita. A definição do planejamento do Saboó permitirá o desenvolvimento desse projeto, ressalta. “Há interesses dos terminais de contêineres de desenvolverem terminais cada vez mais integrados e eficientes. É preciso aproximar os concessionários e operadores ferroviários independentes dos operadores portuários de contêineres”, completa.

Tudo isso passa, segundo Montenegro, por áreas de apoio logístico, para coordenar o acesso de trens e para montagem e desmontagem das composições, liberando espaço para a integração com as operações em navios nas áreas portuárias.

Já Ivam Jardim acredita que o Porto de Santos, que opera cargas de alto valor agregado, não tem como vocacionar majoritariamente ao modal ferroviário, pois o transporte de contêineres requer mais agilidade, sendo o transporte rodoviário ideal para isso.

“Além disso, para que a operação de contêineres seja eficiente no modal ferroviário, seria necessário a realização de complexas obras na Serra do Mar, o que não se mostra viável financeiramente justamente pela baixa capacidade de captura dessa carga ante a concorrência do modal rodoviário”, argumenta.

Já as commodities, lembra Jardim, têm vocação natural de serem transportadas por ferrovia. “Exemplo disso é o setor de celulose, cuja implantação de uma nova indústria só é viável se os custos logísticos de escoamento aos portos forem competitivos em grande escala, sendo então a localização dessa planta industrial definida tendo como um dos critérios a necessidade de operação ferroviária”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/09/2023

DIRETO DE VITÓRIA OU À VITÓRIA?

Em breve, teremos um novo comando no time portuário que treina e batalha pela vitória nesse jogo competitivo

Por: Maxwell Rodrigues



Direto de Vitória ou à vitória? Foto: Divulgação

Estive ontem em Vitória (ES), onde tive a oportunidade de participar da 2ª Conferência Internacional de Portos. Fui convidado para palestrar a respeito do perfil do profissional portuário moderno. Muitas autoridades e personalidades do setor estavam no evento, com destaque especial a Shuo Ma, professor de transporte marítimo e gestão portuária, pesquisador e consultor na área de transporte marítimo e economia portuária. Ele é o diretor dos programas de mestrado da World Maritime University na China. Em terras capixabas, abordou o

quão importante é ter um planejamento estratégico para o setor portuário. Sem planejamento, não existe avanço nem desenvolvimento.

Contudo, todos sabem o quanto é difícil planejar em um país que muda de rota a todo tempo e diante de qualquer brisa. O foco do debate percorreu a transferência de conhecimento entre vários portos e o Brasil. Houve unanimidade entre os presentes em relação a um ponto: a falta de planejamento de longo prazo para os portos brasileiros.

Vitória foi o primeiro porto público privatizado - ou desestatizado, como queiram. E hoje aparenta ser o patinho feio de um planejamento feito anteriormente pelo Governo Bolsonaro. Independentemente de qual governo decidiu pela privatização da gestão do complexo logístico, é importante entender que o porto é um equipamento que afeta a vida dos capixabas, que assim como nós simplesmente querem o melhor para o setor.

A falta de capacidade em infraestrutura também ganhou destaque nos debates, ficando evidente que isso não é um privilégio de Santos. Em Vitória, os problemas de acesso são similares aos notados no porto santista. Por sinal, a fatídica pergunta sobre os gargalos para acesso aos terminais do Porto de Santos acabou sendo feita em uma das mesas de debates a mim. Algo negligenciado e que não foi resolvido até então. Pior: outros portos sofrem com a mesma problemática.

Em breve, teremos um novo comando no time portuário que treina e batalha pela vitória nesse jogo competitivo. Em meio aos debates, ao noticiário e ao dia a dia do setor, fica claro que a agenda do novo comandante deve passar pela infraestrutura e aumento da capacidade nos portos, sem se distrair com outros temas. Bater recorde é uma vitória, mas com qual esforço? Já faz tempo que, a cada batalha, perdemos inúmeros bons soldados. Como venceremos uma guerra sem um plantel apropriado?

Em Vitória, ainda percebi olhares de esperança, mas também notei outros de quem já desistiu faz tempo. Todo o mercado espera que Silvio, o novo comandante, entre em campo com uma tática voltada para a vitória. Aprendi que, no jogo, o campeão comemora enquanto o vice explica. Estamos comemorando ou explicando? Fico confuso quando comemoram recordes e explicam a ineficiência em infraestrutura. Direto de Vitória, procuro saber se estamos a caminho da derrota ou da vitória.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/09/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

AMUPE APROVA MEDIDA DO GOVERNO FEDERAL QUE COMPENSA R\$ 26 BILHÕES PARA MUNICÍPIOS

A prefeita de Serra Talhada e presidente da Amupe, Márcia Conrado (PT), frisou a união entre os municípios como força primordial para a conquista

Por Jairo Lima



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a presidente da Amupe e prefeita de Serra Talhada, Márcia Conrado (PT). Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou que nenhum município brasileiro receberá, em 2023, um valor menor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em relação a 2022. As modificações serão propostas dentro do Projeto de Lei Complementar (PLP) 136/2023, estabelecendo uma compensação total de R\$ 26 bilhões até 2026, com inclusão das restituições de perdas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

“Eu quero comunicar aos prefeitos brasileiros que nós tomamos uma decisão no governo, e eu posso garantir a cada prefeito que ninguém receberá, em 2023, menos FPM do que receberam em 2022”, afirmou Lula, nas redes sociais. “É um compromisso do governo federal.

Mandamos a medida para ser votada no Congresso Nacional, e eu quero que os prefeitos saibam a importância que a gente dá a todos os prefeitos, porque é o prefeito que enfrenta o maior problema, e nós vamos garantir que o FPM não seja menor do que em 2022, no mínimo, igual. Esse é o compromisso do governo”, completou o presidente da República.

Com isso, o governo pede a antecipação do pagamento de R\$ 10 bilhões, inicialmente previsto para 2024. Essa quantia poderá ser transferida ainda neste ano, caso o projeto seja aprovado pelo Congresso. O governo também vai incluir no texto do relator, o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), a possibilidade de compensar os municípios em R\$ 2,3 bilhões devido à queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) referente aos meses de julho, agosto e setembro deste ano.

A prefeita de Serra Talhada e presidente da Amupe, Márcia Conrado (PT), frisou a união entre os municípios como força primordial para a conquista. “Esta é uma vitória para todos os municípios de Pernambuco. A união entre nossos municípios e a sensibilidade do presidente Lula em ouvir nossas necessidades foram fundamentais para que essa luta fosse atendida. Essa compensação será essencial para garantirmos a prestação dos bons serviços públicos à população pernambucana”, declarou.



Brasília (DF), 04/04/2023 – O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Na questão do ICMS, os municípios têm sofrido com quedas acentuadas, desde que em 2022, o Congresso Nacional aprovou um teto na arrecadação do Imposto sobre o consumo de combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Quando o assunto é FPM, a maior queda registrada entre os

meses de julho, agosto e setembro foi a do mês sete, com déficit de 34,49% em relação ao mesmo período do ano passado.

2022

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, lembrou de duas leis complementares que alteraram a cobrança do ICMS, no Governo Bolsonaro. Com a medida, passaram a ser considerados essenciais itens como diesel, gasolina, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, e foi fixado um teto para a cobrança de ICMS sobre esses produtos e serviços.

A ideia seria reduzir, principalmente, os preços dos combustíveis, o que foi considerada uma medida eleitoreira do ex-presidente da República. Como foram obrigados a reduzir as alíquotas, os estados registraram perdas de receitas, o que afetou também os municípios.



Greve dos Prefeitos

Prefeitura de Glória do Goitá foi uma das administrações que estenderam faixas para protestar. Foto: Divulgação

A presidenta da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e prefeita de Serra Talhada, Márcia Conrado (PT), foi uma das articuladoras da paralisação dos serviços não essenciais das prefeituras que aconteceu, no último dia 30 de agosto, para chamar atenção da população para a crise financeira pela qual as cidades passam. O evento ficou

conhecido como a "Greve dos Prefeitos".

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 13/09/2023

LULA VEM A PERNAMBUCO NA SEXTA PARA RETOMADA DA REFINARIA ABREU E LIMA

Segundo Humberto, a Petrobras deve investir R\$ 6 bilhões na refinaria nos próximos anos, o que deve gerar um novo ciclo de desenvolvimento

Por Jairo Lima



O senador Humberto Costa (PT) confirmou a vinda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na próxima sexta-feira (15/9) à Refinaria Abreu e Lima. Foto: Roberto Stuckert Filho

Vice-presidente nacional do PT, o senador Humberto Costa confirmou, na manhã desta quarta-feira (13), a vinda do presidente Lula para Pernambuco na próxima sexta-feira (15/9). Na pauta, está a retomada dos investimentos da Petrobras na Refinaria Abreu e Lima, no município de Ipojuca, a 40 quilômetros do Recife. Na última segunda (11/9), o aviso foi dado pelo

ministro Rui Costa (Casa Civil) durante o evento de apresentação das obras do Novo PAC para Pernambuco.

Segundo Humberto, a Petrobras deve investir R\$ 6 bilhões na refinaria nos próximos anos, o que deve gerar um novo ciclo de desenvolvimento. A expectativa é que sejam criados 40 mil empregos diretos e indiretos em Pernambuco com as novas ações.

Na terça-feira (12) à noite, o senador esteve com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, para tratar do tema. Hoje, o presidente Lula confirmou a presença no estado para o anúncio. "Estive com



Jean Paul e vi dele e da diretoria da empresa o compromisso e o empenho em fazerem da companhia uma indutora do crescimento do Brasil. Os novos investimentos na refinaria vão gerar trabalho e salário de qualidade para os trabalhadores e vão devolver a Pernambuco e ao Nordeste a capacidade de mostrar que podem liderar o crescimento econômico nacional, como já o fizemos nos primeiros governos de Lula”, afirmou Humberto.

Segundo o senador, os investimentos na refinaria vão garantir mais desenvolvimento ao estado e se somar a outras ações que estão sendo promovidas pelo governo Lula, como as previstas no Novo PAC. “Isso mostra o compromisso com o crescimento de Pernambuco e do país, com o desenvolvimento social e a geração de emprego e de renda para a população”, afirmou. Humberto disse ainda que os detalhes da agenda ainda estão sendo definidos. “Estamos trabalhando nisso. Talvez, outras atividades também sejam incorporadas ao roteiro do presidente. Mas tenho certeza de que os pernambucanos vão receber Lula de braços abertos, como sempre. Ainda mais num momento como este em que vamos anunciar ações tão importantes para o nosso estado. É algo para se comemorar muito”, afirmou Humberto.

SOBRE OS INVESTIMENTOS NA REFINARIA

As obras da Refinaria estavam paralisadas praticamente desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff. Com o início do governo Lula, a Petrobras colocou a Refinaria Abreu e Lima em seu novo plano estratégico, que vai de 2023 a 2027, dirigindo mais de R\$ 92 milhões de investimentos para ampliar e modernizar o Trem 1, que opera desde 2014, e aumentar a sua capacidade de processamento de 115 mil para 130 mil barris de petróleo por dia. O trem é como se chama o conjunto de unidades industriais de refino.

Além disso, mais 1 bilhão e 600 milhões de dólares serão aplicados na retomada do Trem 2, paralisado há oito anos, mas que já tem 30 empresas interessadas em participar das obras, que devem estar concluídas até novembro de 2026 para que ele opere já em 2027, com cinco unidades principais, além de outras auxiliares e de utilidades.

Somente esta ação adicionará cerca de 13 milhões de litros de diesel S10 por dia à capacidade de produção nacional. Quando concluída, a refinaria processará 260 mil barris de petróleo diariamente, algo estratégico para Pernambuco e para o Brasil.

Na planta da Unidade de Abatimentos de Emissões Atmosféricas, que responde por reduzir os óxidos de enxofre e de nitrogênio liberados no meio ambiente, e também fica no Trem 1, a Petrobras vai investir mais R\$ 506 milhões com a finalidade de reduzir ainda mais as emissões de gases, uma obra que mobiliza mais de mil e 100 trabalhadores e deve estar concluída até dezembro do ano que vem, quando ela deve começar a operar. Ao todo, os investimentos previstos para a retomada da Nova Refinaria Abreu e Lima são superiores a R\$ 6 bilhões, gerando emprego, renda e desenvolvimento para Pernambuco, com previsão de criação de 40 mil novos postos de trabalho.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 13/09/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INSTITUCIONAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TERMINAL DO PORTO DE ITAJAÍ (SC) CONTA COM SETE PROPOSTAS

Proposta e habilitação ainda passarão pelo crivo da Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos da ANTAQ



Brasília 13/09/2023 - Sete proponentes participaram da primeira fase da Sessão Pública do Processo Seletivo Simplificado e abertura das Propostas pelo Arrendamento de área localizada no Porto Organizado de Itajaí (SC). O processo foi realizado na sede da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), nesta quarta-feira (13).

A proposta vitoriosa entre as sete proponentes foi da MMS Empreendimentos Ltda com promessa de 66.600 TEUs, (Unidade

Equivalente a um contêiner de Vinte Pés, ou de 6,1 metros de comprimento) de movimentação mensal mínima exigida.

Vale lembrar que a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos (CPLA/ANTAQ) ainda analisará os Documentos de Habilitação da Proponente Vencedora correspondente ao Arrendamento Transitório. A publicação da ata de julgamento relativa à análise documental acontecerá na próxima terça-feira (19).

O contrato prevê que o arrendatário passe a operar no porto por dois anos, prazo que poderá ser prorrogado sob condições especificadas no Edital do Processo Seletivo, a critério do Poder Concedente.

A área do Arrendamento Transitório possui 79.946,42 m² e compreende os berços 1 e 2, denominada "Área A", sendo constituída pelos terrenos nos quais serão implantados os equipamentos e edificações, conforme regras previstas no Contrato e em seus Anexos.

A sessão pública contou com a presença do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, que explicou sobre os próximos passos do processo seletivo simplificado. Ele reforçou que a área técnica da Agência deverá analisar toda a documentação das proponentes antes de declarar a vencedora.

"Ficamos muito felizes com a quantidade de proponentes no processo. Isso demonstra que fizemos um edital atrativo que ajudará na retomada das atividades no porto catarinense. Agora seguiremos para as próximas etapas de análise documentais para saber se a proponente vitoriosa está devidamente habilitada para movimentar mensalmente a quantidade apresentada", disse.

Além do diretor-geral, esteve presente o secretário Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Roberto Gusmão, que salientou a quantidade de proponentes e a quantidade de oferta de TEUs ofertada pela proponente.

"Conseguimos passar por mais uma etapa para solucionar esse problema de movimentação no Porto de Itajaí. Ficamos animados com a quantidade de proponentes e muito satisfeitos com a oferta vencedora. Todo esse processo vitorioso é fruto de muito trabalho feito em conjunto entre MPor e ANTAQ", falou.

Junto com o diretor-geral e com o secretário Executivo, a sessão contou com a presença dos diretores da ANTAQ Alber Vasconcelos e Caio Farias, do secretário Nacional de Portos do MPor, Fabrizio Pierdomênico. A sessão pública foi conduzida pela assessora Especial de Concessões, Patrícia Gravina.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 13/09/2023

CONSULTA PÚBLICA - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA REVISÃO DA NORMA DE ALIMENTAÇÃO DO MÓDULO APP ACONTECERÁ NO DIA 19 DE SETEMBRO

Ferramenta é responsável por consolidar dados do Anuário Estatístico da ANTAQ



Entre as funcionalidades trazidas pelos dados armazenados pelo Módulo APP está a extração de dados do Anuário Estatístico da ANTAQ

Brasília 12/09/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará, na próxima terça-feira (19), a Audiência Pública 05/2023, que tratará do relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR), da Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo e da Resolução de Minuta de revisão da Resolução

Normativa 31/2019.

A data e horário foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (12). Toda a sessão virtual será transmitida via streaming a toda a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no "Youtube". Não é necessária inscrição para assistir a Audiência Pública.

Já os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 9h às 14h do dia 18 de setembro de 2023.

Consulta pública

O período de consulta pública iniciou no dia 14/08/2023 e seguirá até as 23h59 do dia 27/09/2023, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da Autarquia, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>

SOBRE A NORMA

A norma estabelece a obrigatoriedade de prestação de informações para a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP). Trata-se de um sistema informatizado de coleta e armazenamento de dados, integrado com os outros subsistemas da ANTAQ (como o Sistema Corporativo).

Os dados disponíveis são depois analisados e integrados a uma gama de serviços envolvendo todas as atividades sucessivas na cadeia de transporte aquaviário e prestados pelos diversos agentes econômicos relacionados. Entre as funcionalidades trazidas pelos dados armazenados pelo Módulo APP está a extração de dados do Anuário Estatístico da ANTAQ.

A revisão da norma segue determinação do Decreto nº 10.139/2019 do Governo Federal que determinou a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgão e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 13/09/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

INSTITUCIONAL - PRESIDENTE LULA DÁ POSSE A SILVIO COSTA FILHO NO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Deputado federal licenciado, o pernambucano assume a pasta com o compromisso de dar andamento a projetos estratégicos nos dois setores



As políticas públicas para os setores portuário e aeroportuário passam a ter nova condução, a partir desta quarta-feira (13). Silvio Costa Filho assumiu o Ministério de Portos e Aeroportos.

O deputado federal por Pernambuco foi empossado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia que ocorreu na manhã desta quarta-feira (13), no Palácio do Planalto.

À tarde, Costa Filho recebeu o cargo de Márcio França, que era o titular da pasta e assumirá um novo ministério, em solenidade no auditório do edifício sede do MPor, em Brasília. Durante a cerimônia, Silvio Costa destacou que os portos, aeroportos e hidrovias do Brasil têm um grande potencial de crescimento. "Nós vamos levar oportunidade de desenvolvimento para o Brasil. Além disso, vamos buscar o setor produtivo para ajudar na geração de emprego e renda para os brasileiros."

O novo ministro

Com perfil dinâmico e conciliador, Costa Filho é pedagogo de formação e acumula experiência como parlamentar e gestor público. O novo ministro é natural do Recife, tem 41 anos, casado e pai de dois filhos.

Em 2004, quando começou sua atuação política, foi eleito o vereador mais jovem da capital pernambucana, com 21 anos. Já em 2006, foi eleito deputado estadual, tendo sido reeleito em 2010 e 2014.

Costa Filho também foi secretário estadual de Turismo durante o governo de Eduardo Campos (PSB). Atualmente, está licenciado do seu 2º mandato como deputado federal, no qual era titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/09/2023

SEIS AEROPORTOS SERÃO BENEFICIADOS COM OBRAS DE MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO

Portaria que aprova o projeto proposto pela concessionária que administra os terminais foi publicada nesta segunda-feira (11) no DOU

Foi publicada nesta segunda-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 405 do Ministério de Portos e Aeroportos, que aprova o projeto de investimento em infraestrutura aeroportuária para seis aeroportos brasileiros.

O documento, assinado pelo ministro Márcio França atende a proposta da Concessionária do Bloco Central S.A., responsável pela administração dos terminais, de emitir debêntures incentivadas, que



permitted to companies to capture resources in the market to finance infrastructure projects, in this case, improvements in airports granted.

Will be benefited, with works of expansion and modernization, the following airports: Goiânia - "Santa Genoveva" (GO), International de São Luís - "Marechal Cunha Machado" (MA), Teresina - "Senador Petrônio Portella" (PI), Palmas - "Brigadeiro Lysias Rodrigues" (TO), Petrolina - "Senador Nilo Coelho" (PE) and Imperatriz - "Prefeito Renato Moreira" (MA).

Through the incentivized debentures, investors count on exemption or reduction of Income Tax on profits obtained.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 13/09/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O TRANSPORTE DE CARGAS E O MERCOSUL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A search for solutions that simplify and speed up cargo transport operations in Brazil is a fundamental objective to increase logistical efficiency and strengthen the competitiveness of the Country in the global market. In this sense, the Electronic Document of Transport (DT-e) stands out as a promising initiative.

The DT-e has the potential to become a unique document for cargo transport in Brazil, consolidating information and processes in an efficient electronic system. Recently, its integration with the databases of state and Federal District land registries, approved by the National Council of Tax Policy (Confaz), represents an important step in the simplification of bureaucracy that involves the transport of goods in the Country.

Nevertheless, looking to the future, a more promising perspective arises: the possibility of integrating the DT-e into the tax systems of member countries of Mercosul. This integration can revolutionize cargo transport between these nations, significantly reducing waiting times at borders and making regional logistics more efficient.

It is important to highlight that, before thinking about international integration, the DT-e must be established effectively in Brazil. The successful implementation of this initiative is the first step to reap its benefits at the national level. Reducing bureaucracy, simplifying processes and greater transparency in transport operations are goals that must be achieved.

Beyond this, the DT-e is not just a tool to de-bureaucratize, but also to increase security and efficiency in transport operations. This is crucial to improve our logistical infrastructure and ensure that our products reach the market in a competitive and agile manner.

Therefore, it is fundamental that Brazilian authorities and those involved in the development of the DT-e maintain focus on its effective implementation. Only when this step is successfully completed will it be possible to look towards the horizon and consider integration with our partners in Mercosul.

Documental integration in Mercosul represents a vision of the future for regional logistics. Simplifying cargo transport operations between our countries is an effective way to strengthen economic cooperation and drive the growth of all involved nations. O



DT-e é uma ferramenta promissora nesse caminho, e sua implementação bem-sucedida no Brasil é o primeiro passo para alcançar esse objetivo ambicioso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

POSSE 1

O novo ministro de Portos e Aeroportos, o deputado federal Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE), será empossado no cargo hoje, às 10h30, em cerimônia no gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Às 15 horas, no auditório do ministério, haverá a cerimônia de transmissão de cargo, evento que será aberto a convidados e transmitido pelo portal BE News (www.portalbenews.com.br). Lula não deve participar deste compromisso à tarde.

POSSE 2

O fato de Lula não estar presente na transmissão de cargo chegou a ser criticado por políticos do Republicanos, que consideram que os ministros empossados agora, vindos do Centrão, estão tendo um tratamento diferenciado. Boato Na noite dessa terça-feira, dia 12, em Brasília, chegou a circular a informação de que a posse e a consequente transmissão do cargo seriam adiadas, o que foi logo desmentido pela equipe do futuro ministro Costa Filho.

OFFSHORE 1

O Brasil tem um potencial para a geração de energia offshore - a partir de usinas eólicas - de cerca de 700 gigawatts (GW). É 3,6 vezes a capacidade instalada no País. No planeta, a projeção é que, até 2030, haja infraestrutura para a produção de 316 GW. Os dados integram o estudo "Oportunidades e desafios para geração eólica offshore no Brasil e a produção de hidrogênio de baixo carbono", elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e apresentado ontem, em Brasília, durante a pré-COP 28.

OFFSHORE 2

Atualmente, o Brasil tem usinas eólicas capazes de gerar 194 GW, unidades já conectadas ao Sistema Interligado Nacional. E até o mês passado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) registrou 78 solicitações para implantação dessas instalações, com uma potência total de 189 GW.

OFFSHORE 3

Também nessa terça-feira, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que negocia com o Congresso Nacional a definição de um marco legal para a exploração de energia eólica offshore. A articulação foi anunciada durante a participação de Silveira na 14ª edição do Brazil Wind Power (BWP), em São Paulo (SP).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

NACIONAL - DEMANDAS DOS SETORES AÉREO E PORTUÁRIO DESAFIAM NOVO MINISTRO

Sílvio Costa Filho inicia seu mandato nesta quarta-feira no lugar de Márcio França

Por **MARÍLIA SENA** e Da Redação marilia@portalbenews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos, criado no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá um novo ministro a partir desta quarta-feira, dia 13. O deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos/PE) vai substituir Márcio França, que comandará o Ministério de Micro e Pequenas Empresas. A cerimônia de posse está marcada para as 15 horas, no prédio da Esplanada dos Ministérios que abriga a pasta.



A concessão do serviço de dragagem do Porto de Paranaguá é uma das tarefas que passarão a ficar a cargo do novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho Crédito: Divulgação/Rodrigo Felix Leal

A CERIMÔNIA DE POSSE ESTÁ MARCADA PARA AS 15 HORAS, NO PRÉDIO DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS QUE ABRIGA A PASTA

A mudança fez parte de uma negociação feita pelo Governo para contar com o apoio do Republicanos em votações importantes no Congresso Nacional. Mas o

próprio partido já disse que não deverá agregar na base do presidente Lula e indicou que Silvio Costa Filho irá se licenciar da legenda.

Antes as demandas do setor portuário e aéreo eram de responsabilidade do extinto Ministério de Infraestrutura, que se dividiu entre o Ministério de Portos e Aeroportos e o Ministério dos Transportes, este comandado por Renan Filho. Com oito meses de atividade, Márcio França deixou alguns legados no comando da pasta de Portos e Aeroportos, mas ficaram algumas pontas soltas para o próximo ministro.

O principal programa anunciado por Márcio França foi o “Voa Brasil”, que prevê a venda de passagens aéreas a R\$ 200. A promessa inicial era de que a proposta sairia do papel em agosto, o que não aconteceu até agora. O BE News já adiantou que o futuro ministro Silvio Costa Filho vai querer dar continuidade ao trabalho para a implantação desse programa.

A ideia é de que o Voa Brasil ofereça bilhetes aéreos até R\$ 200, na baixa temporada para um público inicial formado inicialmente por aposentados e pensionistas do INSS, além de estudantes e servidores públicos.

Outra promessa para fortalecer a aviação foi a meta anunciada pelo ministro França de entregar 100 aeroportos regionais até o final do mandato do presidente Lula, em dezembro de 2026. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, foram designados R\$ 100 milhões em repasses para a revitalização de equipamentos públicos com foco na aviação regional, mas até agora foi entregue apenas o Aeroporto de Linhares, no Espírito Santo.

Para o setor portuário, a gestão de Márcio França deixou algumas pendências. Uma delas está bem encaminhada, que é o arrendamento transitório do Porto de Itajaí (SC). O edital foi publicado e a sessão pública está marcada para esta quarta-feira, dia 13.

Outro projeto que ainda não foi concretizado diz respeito à concessão do serviço de dragagem do Porto de Paranaguá (PR). Em julho, durante o Sul Export, fórum regional promovido pelo Grupo Brasil Export, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, revelou que o Governo iria propor uma cesta de índices como uma forma de atrair a iniciativa privada para essa concessão.

O principal anúncio feito pela pasta foi a confirmação das obras do túnel imerso Santos-Guarujá (SP) a partir de 2024. O empreendimento é uma prioridade do Governo e foi incluído na lista para receber recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A obra tem custo estimado em pouco mais de R\$ 5 bilhões e será realizada por meio de uma PPP (parceria público-privada).

O Ministério também concedeu autorizações para novas instalações nos estados do Rio Grande do Norte, Pará, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Hidrovias

A concessão de hidrovias será outro desafio de Silvio Costa Filho. Márcio França projetava essas concessões para o próximo ano e segundo Fabrizio Pierdomenico, a modelagem já vinha sendo desenhada juntamente com a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Na última segunda-feira, dia 11, durante a abertura do Mercosul Export, em Montevidéu, no Uruguai, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, revelou que a agência está priorizando a concessão de três hidrovias. A primeira delas deverá ser a da Lagoa Mirim. As outras são a Paraguai-Paraná e a do Rio Madeira.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/09/2023

NACIONAL - ANTT PROMOVE CICLO ESG ABERTO AO PÚBLICO EXTERNO NO PRÓXIMO DIA 21

Agência também irá realizar uma série de atividades voltadas para o público interno

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



A ANTT segue promovendo o seu Ciclo ESG, debatendo boas práticas nos âmbitos ambiental, social e de governança e se mostra empenhada em incorporar esses valores Crédito: Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) segue promovendo o seu Ciclo ESG, debatendo boas práticas nos âmbitos ambiental, social e de governança. E no próximo dia 21 o evento será aberto para o público externo, a partir das 9 horas, na sede da autarquia (Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, trecho 03, lote 10, Projeto Orla Polo 8 – Brasília).

Nos últimos anos, o mundo corporativo tem testemunhado um aumento significativo nas discussões relacionadas aos princípios ESG (Ambiental, Social e de Governança). Isso reflete uma crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade, responsabilidade social e transparência nas operações empresariais. Dentro desse cenário, a ANTT vem se mostrando empenhada em se destacar como uma instituição comprometida em incorporar esses valores em suas práticas.

A ANTT também planeja realizar uma série de iniciativas voltadas para seu público interno, com o objetivo de promover debates, conscientização e incentivo entre seus servidores e colaboradores quanto à relevância da adoção dos princípios ESG. De acordo com Felipe Queiroz, diretor da ANTT, a promoção dessas práticas representa um compromisso com a sociedade e com a preservação do meio ambiente.

“A agência entende a agenda ESG como um fato, uma oportunidade de mostrar a ANTT como agente de transformação no âmbito do desenvolvimento sustentável, social e corporativo”.

Os interessados em participar dessas ações podem efetuar suas inscrições por meio de um formulário disponível no site da ANTT (www.gov.br/anttt).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/09/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS SERÁ SEDE DO 1º CONGRESSO NACIONAL INTEGRA PORTOS

Evento multipropósito de promoção da logística vai reunir profissionais e pesquisadores do setor em novembro

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

O Porto de Santos vai receber entre os dias 22 e 24 de novembro o Congresso Nacional Integra Portos (CNIT). O tema principal do evento é “O futuro do trabalho portuário – Oportunidades e Desafios”.

O CNIT será um evento multipropósito de promoção da logística, reunindo profissionais e pesquisadores do setor. A organização do evento é da Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep).

O congresso será realizado em um formato híbrido que inclui atividades presenciais e apresentações remotas. Isso permite a participação de profissionais e pesquisadores de todo o Brasil. As atividades presenciais ocorrerão em instituições de ensino apoiadoras do evento, e contará com visitas guiadas pela cidade e pelo Porto de Santos.

Durante o CNIT, estão previstas várias atividades, incluindo apresentação de trabalhos de pesquisa de diversas instituições de ensino superior do Brasil, palestras com profissionais do setor de economia e gestão, logística, comércio exterior, portos e áreas afins; visitas técnicas, workshops e minicursos.

A organização do evento está buscando parceiros para patrocinar o evento. Quem quiser obter informações detalhadas sobre isso pode entrar em contato pelo e-mail cnit@cenepsantos.com.br ou site: www.congressocnit.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

REGIÃO SUDESTE - HOMEM É PRESO E 405 KG DE COCAÍNA SÃO APREENDIDOS NO PORTO DE SANTOS

Droga estava escondida em caminhões dentro da embarcação, que tinha como destino a Argentina
Da Redação redacao@portalbenews.com.br



Conforme apontado pelo tripulante do navio, os tabletes de cocaína, que totalizaram 405 kg, estavam escondidos em dois caminhões que estavam no interior da embarcação Crédito: Divulgação/RFB

A Polícia Federal e a Receita Federal realizaram mais uma apreensão de cocaína no Porto de Santos. Nessa operação, ocorrida no domingo, dia 10, foram retidos 405 kg da droga em um navio do tipo roll-on roll-off, ou ro-ro, usado para o transporte de veículos.

De acordo com informações da PF, a corporação foi acionada após câmeras de monitoramento do porto terem registrado a movimentação de um objeto sendo içado no navio que estava atracado no cais.

Na averiguação das imagens foi possível identificar um tripulante a bordo do navio na região próxima ao içamento. Durante a abordagem e entrevista do indivíduo, foi apurado que o objeto içado era uma mala contendo garrafas de uísque.

Foi realizada, então, a averiguação e inspeção do navio, que tinha como destino a Argentina. O tripulante, então, revelou que participava de um esquema de envio de drogas e indicou alguns caminhões no interior do navio para exportação. Nesses veículos estariam escondidos tabletes de cocaína.

Os policiais inspecionaram os veículos e em dois deles havia cerca de 405 kg da droga. Também foi encontrada com o tripulante, segundo a PF, grande quantidade de dólares (a quantia exata não foi informada).

Tudo foi apreendido pela corporação, que também realizou perícia no local, o que irá ajudar na investigação. O suspeito foi preso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

MERCOSUL EXPORT - IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES LOGÍSTICOS É VITAL PARA INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI

Hidrovia da Lagoa Mirim, por exemplo, é vista como um importante modal para futuros negócios

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Os debatedores participaram do painel cujo tema foi “Transporte hidroviário de cargas, os avanços na Hidrovia Lagoa Mirim-Lagoa dos Patos e a Hidrovia Paraguai-Paraná” Crédito: Divulgação/Brasil Export

Um dos assuntos mais levantados durante a participação da comitiva do Mercosul Export, em Montevideu, no Uruguai, envolveu a integração entre o país sul-americano e o Brasil. O tema foi abordado, também, durante um dos painéis técnicos na programação do Fórum Internacional de Logística, Infraestrutura e Transportes. Para os debatedores,

corredores logísticos são importantes para a relação entre os países vizinhos.

O presidente da Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, Cristiano Klinger, afirmou que a hidrovia da Lagoa Mirim que vai ligar o Brasil ao Uruguai será de suma importância para o desenvolvimento de futuros negócios comerciais.

“Olhamos a implantação da hidrovia com grandes possibilidades. É a chance de nós termos mais um canal de comunicação com o Uruguai através dessa hidrovia. Isso nos possibilita e vemos com bons olhos para as novas cargas, uma nova relação bidirecional”, comentou.

De acordo com o presidente da empresa pública, o aprimoramento da relação do Brasil com o Uruguai é visto com grande importância para o Rio Grande do Sul e toda a região Sul do país.

“O que estamos fazendo é fundamental para fortalecer e manter o alinhamento, manter foco, nesse propósito de integração. Obviamente nessa nova relação, com a infraestrutura uruguaia, a gente pode crescer e fortalecer nossa região, olhando para o mundo e entendendo que temos essa capacidade de infraestrutura, de acessos, de políticas agressivas. É preciso alinhar as ações e cumprir esse objetivo, se não, cada um puxa para um lado e não colocamos o barco para navegar”, disse.

O diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e presidente do Instituto Brasil Logística (IBL), Ricardo Molitzas, durante a sua participação no painel, elogiou os avanços realizados em logística no Uruguai.

Molitzas destacou a importância do corredor logístico a partir da hidrovia Brasil-Uruguai que irá beneficiar importantes regiões, tais como o centro-oeste brasileiro.



“Do ponto de vista de corredores logísticos, acredito que essa integração entre os países seja fundamental”, disse. “Aqui se mencionou que 53% do comércio uruguaio vem do agronegócio brasileiro, então é fundamental essa discussão, que também há no Brasil, que se tenham corredores logísticos com custos adequados e eficientes”, analisou.

O executivo do Sopesp e do IBL reforçou que os debates sobre esses temas precisam que saiam do campo da discussão e saltem para o campo do planejamento e implantação. Isso segundo ele, é uma das grandes dificuldades nos projetos de infraestrutura no Brasil.

“Se fala muito de hidrovia no Brasil, mas não temos hidrovias. O que temos são vias navegáveis. Ainda temos um longo caminho até chegarmos nas hidrovias. Não há dúvidas de que a integração nessas discussões nos dá perspectivas de melhoria importante nos corredores com competitividade, tanto para as cargas brasileiras, quanto para as cargas uruguaias”, disse.

Ricardo Molitzas destacou a importância do corredor logístico a partir da hidrovia Brasil-Uruguai que irá beneficiar importantes regiões, tais como o centro-oeste brasileiro

O painel “Transporte hidroviário de cargas, os avanços na Hidrovia Lagoa Mirim-Lagoa dos Patos e a Hidrovia Paraguai-Paraná” também teve a participação do presidente da Administração Nacional de Portos do Uruguai (ANP), Juan Curbelo, e do gerente-geral do Instituto Nacional de Logística (Inalog), Emilio Rivero, que fizeram apresentações a respeito dos projetos e desenvolvimentos da logística portuária do país, em especial do Porto de Montevidéu. O mediador foi o jornalista Leopoldo Figueiredo, diretor de redação do BE News.

O Mercosul Export é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

MERCOSUL - ANTAQ PREVÊ LANÇAR CONSULTA PÚBLICA DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ AINDA NESTE MÊS

Ação busca interessados em realizar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para futura ampliação e concessão da via

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O diretor da Antaq, Eduardo Nery, falou sobre o Plano Geral de Outorgas que está sendo desenvolvido pela agência e prevê a concessão das vias navegáveis por meio de licitação Crédito: Divulgação/Brasil Export

NERY MOSTROU DADOS DA AGÊNCIA, DE 2017, INDICANDO QUE O BRASIL PODERIA TRANSPORTAR ATÉ 40 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS POR ANO PELA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ, MAS SÓ TRANSPORTAVA 4 MILHÕES DE TONELADAS.



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) quer lançar ainda em setembro uma consulta pública em busca de interessados em realizar um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) visando incrementar o potencial de transporte de cargas pela Hidrovia Paraguai-Paraná, que futuramente poderá ser concedida à iniciativa privada.

A chamada ao mercado deve ser feita através de uma PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), buscando ideias de como ampliar o transporte pela hidrovia e, caso soluções mais definidas sejam apresentadas, modelar a concessão em um próximo passo. Se algum EVTEA for aprovado, a Antaq, em conjunto com a Infra S.A, deve ressarcir a empresa conforme o projeto se estruturar.

As informações foram repassadas por Eduardo Nery, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), durante sua participação no painel “Transporte hidroviário de cargas, os avanços na Hidrovia Lagoa Mirim-Lagoa dos Patos e a Hidrovia Paraguai-Paraná”, exposto ontem (12), no Mercosul Export, em Montevideu, no Uruguai.

O Fórum de Logística, Infraestrutura e Transportes é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

“Essa já é uma medida efetiva para que a gente possa começar os estudos e a modelagem da hidrovia Paraguai-Paraná”, disse Nery.

Além dele, participaram do painel Adalberto Tokarski, Consultor da J&F Mineração e ex-diretor da Antaq; Carlos Foderé, representante do Terminal Tacuarí; e Martín Garcia, representante de Martín Chico. A moderação foi feita pelo jornalista e diretor de redação do Be News, Leopoldo Figueiredo.

Eduardo Nery apresentou também dados que mostram o potencial ainda a ser explorado pela Hidrovia Paraguai-Paraná, caso receba os investimentos necessários. A via tem pouco mais de 4 mil quilômetros e atende cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas segundo ele, é dentro do trecho brasileiro onde se encontram as maiores restrições para a navegação, principalmente pela necessidade de dragagem de aprofundamento.

Nery mostrou dados da Agência, de 2017, indicando que o Brasil poderia transportar até 40 milhões de toneladas de cargas por ano pela hidrovia Paraguai-Paraná, mas só transportava 4 milhões de toneladas.

As projeções indicam que, com investimentos, até 2030, a movimentação pelo modal pode alcançar 250 milhões de toneladas, o que refletiria em redução de custos e de emissão de carbono em relação ao transporte rodoviário. A ideia da Antaq é, quando tiver com modelo bem estruturado, conceder a hidrovia à iniciativa privada.

“Trouxe esses dados para mostrar o potencial da Hidrovia Paraguai-Paraná, a quão importante e estratégica ela é. Além da alternativa logística e da infraestrutura aquaviária que vai oferecer, eu diria que não há um vetor de integração mais significativo para o Mercosul do que a implantação dessa hidrovia”, declarou Nery.

O diretor da Antaq também falou sobre o Plano Geral de Outorgas (PGO) que está sendo desenvolvido pela agência e prevê a concessão das vias navegáveis por meio de licitação. Ele ainda precisa ser aprovado pelo Ministério de Portos e não foi citado prazo para isso.

A estimativa é que as primeiras hidrovias a serem concedidas sejam a Hidrovia Paraguai-Paraná e a hidrovia do Madeira (AM). A concessão deve ser viabilizada com cobrança de pedágio, com valor limite para manter a competitividade do modal, mais aporte de recursos públicos.

Tarifa argentina

Desde o início deste ano, a Argentina começou a cobrar pedágio de quem navega pela hidrovía Paraguai-Paraná e passa pelo país. A medida estremeceu as negociações que fazem parte do Mercosul e foi abordada durante o painel.

Na última segunda-feira (11), os governos do Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai pediram à Argentina que pare imediatamente a cobrança. Os cinco países utilizam o canal fluvial para transportar grãos até os portos. Porém, a Argentina alega que a taxa é necessária para bancar os custos da manutenção da via.

Em nota emitida na segunda-feira (11), os países lamentaram a aplicação do pedágio e consideraram que a ação foi estabelecida de forma “unilateral e arbitrariamente”, ignorando os acordos e disposições regulamentares internacionais vigentes para a navegação pelo modal.

O Paraguai disse que irá ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul para resolver a disputa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

MERCOSUL EXPORT - POLÍTICAS PÚBLICAS DO URUGUAI DEVERIAM SER ADOTADAS NO BRASIL, AVALIAM DEBATEDORES

Representantes do setor privado elogiaram as práticas adotadas no país para o setor de logística

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



O painel abriu espaço para que os representantes da iniciativa privada pudessem apresentar suas ideias e discutir planos para futuros negócios entre os países do Mercosul
Crédito: Divulgação/Brasil Export

O último painel da edição de 2023 do Mercosul Export – Fórum Internacional de Logística, Infraestrutura e Transportes, realizado em Montevidéu, no Uruguai, deu espaço para os representantes da iniciativa privada apresentarem suas ideias e discutir planos para futuros negócios entre os países do Mercosul. Durante a discussão, os debatedores elogiaram a prática de política adotada pelo governo uruguaio no setor, e que poderia e deveria ser adotada no Brasil, além do compartilhamento de boas práticas entre os países.

DURANTE A DISCUSSÃO, OS DEBATEDORES ELOGIARAM A PRÁTICA DE POLÍTICA ADOTADA PELO GOVERNO URUGUAIO NO SETOR, E QUE PODERIA E DEVERIA SER ADOTADA NO BRASIL, ALÉM DO COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS ENTRE OS PAÍSES.

O CEO da Odfjell Terminals South America, Ary Serpa Júnior, afirmou que o Uruguai tem uma política de estado bastante clara e objetiva quanto a prestação de serviços voltados à logística. Ele defendeu que essa prática deveria ser implementada por todos os países do Mercosul.

“Acho que o que realmente resolveria, na minha visão, os problemas de logística, essa integração logística que nós tanto buscamos, seria realmente que os países trabalhassem fortemente em estabelecer políticas de estado claras. A mudança na legislação, novas legislações vindas a todo mundo, que acontece muito, algumas vezes até contraditória, acaba atrapalhando muito”, comentou.

O executivo disse ainda que a implantação de políticas públicas seria amplamente otimizadas nas operações.



“Temos que ser eficientes, mas nem sempre conseguimos ser da forma que se deveria, justamente em função dessa burocracia que enfrentamos. A melhor coisa que poderia acontecer é definir uma política de estado, mas independente de governo ou lados partidários”, analisou.

Durante os dois dias de visita da comitiva do Mercosul Export ao Uruguai, o Gerente Regional de Rebocadores da Wilson Sons, Marcelo Knaak, classificou que o país vizinho ao Brasil vem se consolidando como um grande operador logístico e, por essa razão, defendeu a ideia de compartilhamento de experiências.

“Temos um horizonte interessante em compartilhar aquilo que dá certo, até porque no final do dia estamos falando de polos irmãos, países vizinhos. Depois de dias aqui no Uruguai, saio com sentimento de que o país foi muito eficiente em concretizar o que foi pensado décadas atrás. Hoje, se tem um ambiente leve de negócios, descomplicado. Vemos aí uma série de coisas que saímos daqui com um sentimento de que queremos ser igual, poder se aproximar desse patamar”, disse.

O pensamento de compartilhar ideias, além da prática de política de Estado, foi também comentado por Rodrigo Velho, diretor comercial do Tecon Rio Grande. Segundo ele, mesmo o Uruguai sendo um país pequeno em comparação com o Brasil em tamanho e número de cargas movimentadas, o país consegue ser muito mais criativo para os negócios e desenvolvimento econômico.

“Nós vemos o Uruguai com um ambiente muito propício para o empreendedorismo. Durante as nossas visitas, quando se fala em números, para nós, brasileiros, são números abaixo do que estamos acostumados a ver. Exatamente por conta disso, que se começa a ser criativo. Quando não se tem abundância, é preciso gerar negócios, estabelecer um plano muito mais amplo que não beneficie somente os negócios ou região, mas o país como um todo”, comentou.

De acordo com o executivo do Tecon, o exemplo de políticas praticadas no Uruguai deve servir como exemplo.

“Estamos falando disso tudo do Uruguai, que fez isso com 3 milhões de habitantes, um território bem menor do que o brasileiro, mas muito inteligente, eficiente e muito mais capaz de desenvolver negócios. Essas políticas de Estado, e sem ideologia, precisam olhar nosso país e demais regiões de uma maneira muito mais ampla. Se a gente conseguir levar para o Brasil o que se falou aqui e estabelecer algumas ações parecidas com as que foram feitas aqui, não tenho dúvidas de que a gente desenvolva melhor”, afirmou.

O painel contou ainda com as participações de Juan Pablo Muñoz, diretor da Câmara Uruguia de Logística (Calog), e Alexis Ponce, dirigente do Centro de Navegação do Uruguai. A mediação foi do jornalista Leopoldo Figueiredo, diretor de redação do BE News.

O Mercosul Export é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

MERCOSUL - DOCUMENTO ELETRÔNICO ÚNICO: UMA SOLUÇÃO TAMBÉM PARA O MERCOSUL

Especialistas acreditam que o certificado para transporte de cargas irá integrar os países do bloco assim que se estabelecer no Brasil

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

O Documento Eletrônico de Transportes (DT-e), que deve se tornar um documento único para transporte de cargas no Brasil, pode integrar o Mercosul no futuro e facilitar a movimentação de

produtos entre os países membros. Mas antes, é preciso que a iniciativa se estabeleça, de fato, no Brasil.



Para o presidente da Infra SA, Jorge Bastos, o desenvolvimento do DTe é uma das medidas mais importantes para diminuir a burocracia do transporte de cargas no Brasil Crédito: Divulgação/Brasil Export

O assunto foi debatido durante o painel “Iniciativas para melhorias da logística terrestre de movimentação de cargas”, exposto na terça-feira (12), dentro do Mercosul Export, em Montevidéu, no Uruguai. O Fórum de Logística, Infraestrutura e Transportes é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Participaram da conversa Djalma Vilela, presidente da Multilog e do Conselho do Mercosul Export; Jorge Bastos, presidente da Infra SA; Juan Opertti, diretor da Câmara de Zonas Francas do Uruguai; José Pedro Pollak, presidente da Administración de Ferrocarriles del Estado (AFE). A moderação foi feita pelo jornalista e diretor de Redação do BE News, Leopoldo Figueiredo.

Para Jorge Bastos, o desenvolvimento do DTe – que teve a integração das bases de dados das fazendas estaduais e do DF aprovada recentemente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – é uma das medidas mais importantes para diminuir a burocracia do transporte de cargas no Brasil e, ao ser integrado aos sistemas de fiscalização dos países que fazem parte do Mercosul, poderia reduzir também o tempo de espera que os caminhões aguardam nas fronteiras.

Mas, antes o DTe precisa “funcionar” no Brasil e, em uma segunda fase, poderia ser integrado aos países membros, “se os países não criarem obstáculos”, ressaltou Bastos.

Djalma Vilela também acredita que o DTe é uma boa iniciativa nacional e internacional, mas precisa “primeiro funcionar no Brasil”, o que em sua visão deve levar pelo menos três anos. “Seria um projeto em médio prazo”, citou.

Logística e transporte terrestre

Ao ser questionado sobre como melhorar a logística do transporte terrestre no Mercosul, o presidente da Infra SA afirmou que faltam vontade política e projetos viáveis, tanto para o modal rodoviário como para o ferroviário. “Dinheiro para investir, tem”, garantiu.

Jorge Bastos afirmou que a gestão atual do governo Federal está “totalmente disposta” a realizar obras para melhorar a logística nacional e internacional, e que o ministro dos Transportes, Renan Filho, está focado em aperfeiçoar a infraestrutura para o transporte rodoviário e ferroviário, incluindo maior participação do modal ferroviário.

Ele também garantiu que o Plano Nacional de Logística (PNL), um dos principais instrumentos que o Poder Público dispõe para planejar, no longo prazo, a infraestrutura de transportes brasileira, irá direcionar o Brasil pelos próximos 30 anos e poderá contemplar o Mercosul.

“É preciso discutir com todos os modais, operadores, sociedade, porque todos são impactados pela logística. Se (o PNL) for aprovado pelo Congresso, meu sonho é que ele seja um Plano de Estado e não de Governo para que as prioridades sejam mantidas independentemente de governos”, disse Jorge.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/09/2023

MERCOSUL - VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO URUGUAI RECEBE COMITIVA DO MERCOSUL EXPORT

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A vice-presidente em exercício do Uruguai, a senadora Graciela Bianchi (na foto), recebeu a comitiva do Mercosul Export na noite dessa terça-feira, dia 12, na sede da Assembleia-geral do país (o equivalente ao Congresso Nacional no Brasil), em Montevídeu. Em cerimônia no salão nobre do Parlamento e ao lado do CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião (na foto), ela destacou a importância da parceria entre sua nação e o Brasil, especialmente no setor de infraestrutura de transportes, e enalteceu a iniciativa do Brasil Export em realizar seu primeiro fórum voltado ao debate sobre o desenvolvimento do bloco econômico latino-americano no Uruguai. Senadora pelo Partido Nacional, ela passou a atuar como vice-presidente após a vice titular, Beatriz Argimón, ter assumido a presidência durante viagem internacional do presidente Luis Lacalle Pou. Ela integra a linha de sucessão presidencial logo a seguir da vice-presidente por ser a senadora

melhor votada do partido que venceu as eleições.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

NACIONAL - COSTA FILHO QUER DECIDIR SOBRE DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS ATÉ 6F

Novo ministro de Portos e Aeroportos tomou posse no cargo nesta manhã

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos – PE), quer definir o destino do Porto de Santos – pontualmente, se sua gestão será desestatizada – até sexta-feira. Ele anunciou o prazo no final desta manhã, no Palácio do Planalto, em Brasília, logo após tomar posse do cargo em cerimônia sem público realizada no gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O assunto foi abordado por Costa Filho ao lado de seu antecessor no cargo e novo ministro das Micro e Pequenas Empresas, Márcio França (PSB). Os dois ressaltaram que são contra a desestatização. O ministro de Portos e Aeroportos afirmou que a vontade do Governo Federal de não privatizar o terminal deve permanecer.

“Nosso desejo é pela não privatização, mas vamos dialogar com o setor produtivo”, disse Silvio Costa Filho.

A cerimônia de posse no Palácio do Planalto foi reservada para amigos e familiares. Às 15 horas Márcio França transmite o cargo a Silvio Costa Filho em uma cerimônia aberta a imprensa no auditório do Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

REGIÃO SUL - EMPRESA LIGADA A MULTINACIONAIS FAZ MELHOR OFERTA EM LEILÃO DO PORTO DE ITAJAÍ

Vinculada à BRF e Marfrig, MMS Empreendimentos aguarda análise da Antaq para ser declarada vencedora

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



A MMS Empreendimentos terá o direito de operar no Porto de Itajaí por dois anos se o resultado do leilão for homologado

A empresa MMS Empreendimentos apresentou a melhor proposta para operação temporária por dois anos no Porto de Itajaí (SC). As ofertas foram abertas na quarta-feira (13), durante sessão pública na sede da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Brasília. Ligada à BRF e Marfrig, duas gigantes no setor de alimentos e grandes exportadoras de produtos congelados, a empresa fez uma oferta em relação à Movimentação Mínima Exigida (MME) mensal de 66.600 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

O processo licitatório atraiu a participação de sete empresas. As outras concorrentes do processo de arrendamento apresentaram as seguintes propostas, respectivamente: Mada Araújo Asset Management Ltda. – 44.000 TEU; Teconnave Terminal de Contêineres de Navegantes SA – 35.000 TEU; Livramento Holding SA – 21.200 TEU; Conexão Marítima Ltda. – 20.111 TEU; Triunfo Logística Ltda. – 10.002 TEU; e Wilson Sons Terminais e Logística Ltda. – 5.650 TEU.

De acordo com informações da comissão permanente de licitação de arrendamentos portuários da Antaq, não foram identificadas irregularidades nas documentações apresentadas pelas empresas cadastradas nesta fase. Conforme o cronograma estabelecido pelo Governo Federal, todos os documentos serão minuciosamente verificados na próxima segunda-feira (18) por parte das empresas que avançaram nesta fase, conforme apresentado na sessão de quarta-feira. Posteriormente, no dia 19, a ata do julgamento das análises será publicada e o nome da empresa vencedora do leilão será divulgado.

Após todas essas etapas, caso não haja solicitações de recursos por parte das demais empresas inscritas, os procedimentos seguirão com a homologação do resultado do processo simplificado, a outorga dos direitos e, por fim, a celebração do contrato de transição entre a empresa vencedora, o Governo Federal, o Ministério de Portos e Aeroportos, a Antaq e a Superintendência do Porto de Itajaí (Autoridade Portuária).

Mais informações na edição de quinta-feira (14) do jornal BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/09/2023

PORTO DE SANTOS RECEBE 1º CONGRESSO NACIONAL INTEGRA PORTOS (CNIT): OPORTUNIDADE DE PATROCÍNIO DE EVENTO DE DESTAQUE NO SETOR PORTUÁRIO

Informações: Autoridade Portuária de Santos (13 de setembro de 2023)



Evento focado na integração e transmissão de conhecimento dos assuntos portuários convida a comunidade portuária e acadêmica para debater o futuro do setor – Foto: APS

O Porto de Santos recebe, entre os dias 22 e 24 de novembro de 2023, o Congresso Nacional Integra Portos (CNIT), com o tema principal “O futuro do trabalho portuário – Oportunidades e Desafios”. A organização do evento está buscando parceiros para patrocinar o evento.

É uma oportunidade para unir a marca no apoio à modernização dos portos brasileiros e à qualificação da mão de obra. Além da exposição de sua marca em um ambiente altamente relevante, os patrocinadores terão a oportunidade de se envolver com o evento de maneira mais significativa, incluindo a possibilidade de nomear uma sala de aula temática.

O CNIT será um evento multipropósito de promoção da logística, reunindo profissionais e pesquisadores do setor. A organização do evento é da Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep).

Para obter informações detalhadas sobre oportunidades de patrocínio e apoio, entre em contato pelo e-mail cnit@cenepsantos.com.br ou site: www.congressocnit.com.br

Sobre o CNIT

O CNIT é um evento focado na integração e transmissão de conhecimento sobre assuntos portuários, convidando ativamente a comunidade portuária e acadêmica a debater o futuro deste setor vital para a economia brasileira. Seus principais objetivos são:

- Promover a integração da comunidade portuária e acadêmica;
- Propagar informações e conhecimentos em benefício dos operadores portuários, trabalhadores e pesquisadores;
- Elevar a relação e a cooperação entre os portos brasileiros.

O CNIT ocorrerá em um formato híbrido que inclui atividades presenciais e apresentações remotas. Isso permite a participação de profissionais e pesquisadores de todo o Brasil. As atividades presenciais ocorrerão em instituições de ensino apoiadoras do evento, e contará com visitas guiadas pela cidade e porto de Santos.

Durante o CNIT, estão previstas uma série de atividades, incluindo apresentação de trabalhos de pesquisa de diversas instituições de ensino superior do Brasil, palestras com profissionais do setor de economia e gestão, logística, comércio exterior, portos e áreas afins; visitas técnicas, workshops e minicursos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/09/2023

CADE APROVA COMPRA DE TRÊS COMPLEXOS INDUSTRIAIS DA GRANOL PELA CARGILL

Informações: Globo Rural (13 de setembro de 2023)

Ativos que não integram o negócio serão transferidos para uma nova empresa, a Newco

A Superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a compra de três complexos industriais da Granol pela Cargill.

A Cargill teve receita operacional líquida de R\$ 125,8 bilhões em 2022, um crescimento de 22% em relação ao ano anterior.

A aquisição envolve os complexos industriais da Granol em Anápolis (GO), Porto Nacional (TO) e em Cachoeira do Sul (RS), além de um transbordo de soja localizado em Marianópolis (TO) e três armazéns, localizados em Porto Nacional (TO), Silvânia (GO) e Figueirópolis (TO).

Os ativos da Granol que não integram a transação serão cindidos e transferidos para uma nova empresa, a Newco, que será detida pelos atuais sócios da Granol.

Como justificativa econômica, o grupo Cargill afirmou ao Cade que o negócio é uma oportunidade de expandir suas atividades de produção de biocombustíveis no Brasil. Já para a Granol, o negócio é uma oportunidade de diminuir o nível de alavancagem financeira.

O Cade verificou que essa operação envolve menos de 20% desses setores, assim concluiu que “não possui o condão de acarretar prejuízos ao ambiente concorrencial”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 13/09/2023

VALE ASSINA ACORDO PARA FORNECER À ARÁBIA SAUDITA

Informações: ANBA (13 de setembro de 2023)



Mineradora brasileira vai vender quatro milhões de toneladas de aglomerados de minério de ferro ao ano para o Green Steel Arabia, projeto de produção de aço verde no país árabe.

Imagem de fxquadro no Freepik

São Paulo – A mineradora brasileira Vale assinou uma carta de intenções com o grupo siderúrgico indiano Essar estabelecendo parceria para fornecer aglomerados de minério de ferro para o projeto Green Steel Arabia (GSA), da Essar, na Arábia Saudita. Pelo acordo, a Vale fornecerá quatro milhões de toneladas em produtos por ano. Na foto acima, produção da Vale no Brasil, no estado do Pará.

De acordo com informações divulgadas pela companhia brasileira, os aglomerados poderão ser pelotas ou briquetes. Os briquetes serão produzidos pela Vale no Mega Hub da Arábia Saudita, onde também está instalado o cliente, e as pelotas poderão ser feitas pela empresa no Brasil ou em Omã, país do Oriente Médio onde a Vale já tem operações.

A Vale anunciou no ano passado acordos para o desenvolvimento de Mega Hubs na Arábia Saudita, nos Emirados Árabes Unidos e em Omã. Nesses complexos, a Vale é responsável por construir e operar plantas de concentração e briquetagem de minério de ferro, assegurando a oferta de produtos aglomerados de alta qualidade. Cabe a parceiros locais a construção da infraestrutura logística necessária e a investidores e clientes a construção e a operação de plantas de redução direta e as compras de HBI para exportação e abastecimento doméstico.

O HBI é hot briquetted iron (HBI). No anúncio dos Mega Hubs, a Vale informou que além de HBI, seriam produzidos nestes locais outros produtos de aço com redução significativa das emissões de gás carbônico (CO₂). A produção de HBI com utilização de gás natural emite aproximadamente 60% menos CO₂, quando comparado com a produção de ferro gusa através da rota integrada BF-BOF. No futuro, a substituição de gás natural por hidrogênio e a utilização de energia renovável poderão eliminar as emissões de CO₂.

“Esse acordo representa um passo importante no desenvolvimento dos Mega Hubs, um modelo de negócio inovador que tem como objetivo apoiar a descarbonização do setor siderúrgico e contribuir para a luta global contra a mudança climática”, disse o vice-presidente de Soluções de Minério de Ferro da Vale, Marcello Spinelli.

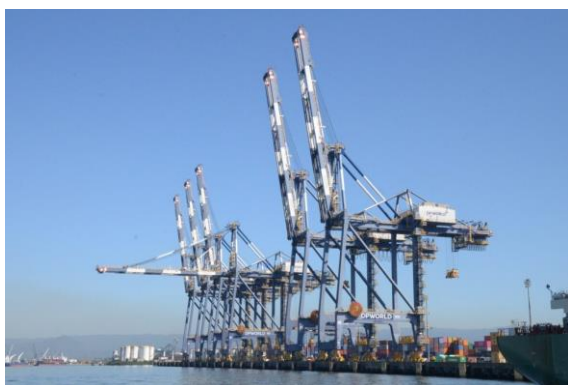
O GSA da Essar pretende ser a primeira iniciativa de aço verde na região. Na última semana, a Vale anunciou acordo para estudar o desenvolvimento de complexos industriais semelhantes aos Mega Hubs no Brasil e na América do Norte.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/09/2023

PORTO DE SANTOS SOBE UMA POSIÇÃO NO RANKING MUNDIAL DE PORTOS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (12 de setembro de 2023)



Santos ultrapassou porto saudita e está entre os 40 maiores do mundo – Foto: APS

O Porto de Santos subiu uma posição no ranking mundial de portos que movimentam contêineres, saindo do 41º lugar em 2021 para o 40º em 2022. O resultado confirma Santos como o principal porto do hemisfério sul e o 2º da América Latina, sendo superado apenas pelo Porto de Colón, na margem atlântica do Canal do Panamá.

O ranking é elaborado anualmente pela revista especializada britânica Lloyd's List, utilizando os dados de movimentação física dos portos. Em relação a 2021, Santos trocou de lugar com o Porto de Al Jedah, na Arabia Saudita, que passou a ocupar o 41º lugar. De acordo com a revista, a vantagem santista se deveu ao crescimento de 3,2% no ano, maior que o do porto saudita (1,6%). O total em Santos em 2022 foi de 4,98 milhões de TEUs, enquanto naquele porto do Oriente Médio foi de 4,96 milhões. Como comparação, o resultado árabe em 2021 foi de 4,88 milhões contra 4,83 milhões no complexo santista.

Confira os 10 primeiros colocados e a posição do Porto de Santos:

Posição	País	Porto	Movimentação (em milhões de TEUs)
1º	China	Xangai	47,30
2º	Cingapura	Cingapura	37,29
3º	China	Ningbo-Zhoushan	33,35
4º	China	Shenzen	30,04
5º	China	Qingdao	25,67
6º	China	Guangzhou	24,86
7º	Coréia do Sul	Busan	22,08
8º	China	Tianjin	21,02
9º	China	Hong Kong	16,69
10º	Países Baixos (Holanda)	Roterdã	14,46
40º	Brasil	Santos	4,99

Nas Américas, Santos é o 6º maior:

Posição	País	Porto	Movimentação (em milhões de TEUs)
1º	Estados Unidos	Los Angeles	9,91
2º	Estados Unidos	Nova York/Nova Jersey	9,49
3º	Estados Unidos	Long Beach	9,13
4º	Estados Unidos	Savannah	5,89
5º	Panamá	Colón	5,10
6º	Brasil	Santos	4,99
7º	Estados Unidos	Houston	3,98
8º	Estados Unidos	Virginia	3,70
9º	Canadá	Vancouver	3,56
10º	México	Manzanillo	3,47

Para conferir o ranking completo, clique aqui.

<https://loydlist.maritimeintelligence.informa.com/one-hundred-container-ports-2023>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/09/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

PL DAS APOSTAS RETIRA RECURSOS DE ÁREA SOCIAL E AUMENTA REPASSE A PASTAS COMANDADAS PELO CENTRÃO; ENTENDA

Relatório de Adolfo Viana (PSDB-BA) mantém taxa para Bets em 18%, texto deve ser votado nesta quarta e inclui outros jogos on-line

Por Victoria Abel — Brasília



Plenário da Câmara dos Deputados durante votação
— Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados deve votar nesta quarta-feira o projeto de lei que regula as apostas esportivas no país, além de outros jogos on-line. A proposta vai taxar as receitas de empresas, os prêmios dos ganhadores e instituir uma outorga inicial para autorizar os sites a funcionarem legalmente.

O texto reparte o valor arrecadado entre as áreas



do governo, reduzindo o percentual destinado à Seguridade Social (cai de 10% para 2%) e, ao mesmo tempo, aumentando a fatia enviada ao Ministério do Esporte (3% para 4%). Ainda prevê contemplar o Ministério do Turismo, que atualmente não é contemplado com esses recursos (veja abaixo os percentuais para cada área).

O Ministério do Esporte foi entregue na semana passada ao deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), numa estratégia do Palácio do Planalto para atrair o Centrão e angariar mais apoio no Congresso. Já o Turismo está sob o comando do deputado Celso Sabino (União-PA) desde o mês passado, numa troca que também teve como pano de fundo uma articulação com a Câmara.

Imposto de 18%

O relatório do deputado Adolfo Viana (PSDB-BA) manteve a carga tributária sobre as Bets, as empresas de apostas, sugerida inicialmente pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O imposto cobrado sobre a arrecadação dos sites será de 18%. O relatório foi apresentado nesta terça-feira e também inclui na tributação outros jogos on-line, como cassinos, operados pelos mesmos sites de apostas.

“Em relação às apostas de quota fixa, que hoje tomam por objeto apenas os “eventos reais de temática esportiva” (...) propomos que passem a recair sobre “eventos reais ou virtuais”. A ampliação desse conceito permitirá, por exemplo, que sejam oferecidas apostas de quota fixa sobre jogos on-line”, diz o relatório.

— Evoluímos muito no texto, mas a maioria dos parlamentares pediu que a gente mantivesse a carga tributária como o governo enviou. Eu fiz uma proposta de reduzir, mas quando assumimos a responsabilidade de relatar uma matéria, temos que ouvir a maioria dos deputados.

Viana também deixou o valor da outorga inicial para autorização de funcionamento dos sites em R\$ 30 milhões. Os sites poderão funcionar por 5 anos no Brasil. Os prêmios para pessoas físicas serão taxados em 30%, incluindo o investimento inicial, além dos ganhos. Esse modelo já é adotado hoje na loteria federal.

Como será a participação

O dinheiro arrecadado com o GGR (Gross Gaming Revenue), a taxa sobre receita das empresas de apostas, será dividido da seguinte forma:

- 2% para Seguridade Social;
- 1,82% para o Ministério da Educação;
- 6,63% para área do esporte, sendo 4% para o Ministério do Esporte e o restante para confederações esportivas, com exceção da CBF;
- 5% para a área de turismo, sendo 4% para o Ministério do Turismo e 1% para a Embratur;
- 2,55% para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

A lei original de 2018 que regulava as apostas de quota fixa previa a distribuição de 3% para o Ministério do Esporte e não trazia a previsão de repasse para o Turismo.

Em um mercado totalmente regulado, a Fazenda estava prevendo valores de R\$ 6 bilhões a R\$ 12 bilhões por ano. Mas no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso prevê uma arrecadação de pouco mais de R\$1,6 bilhões em 2024.

Empresas em território nacional

O projeto ainda prevê que as empresas de apostas terão necessariamente que ser registradas no Brasil.

“Somente serão elegíveis à autorização para exploração de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território

nacional, que atenderem às exigências constantes da regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda”, diz o texto.

O projeto de lei também descreve as pessoas que serão proibidas de apostarem nas Bets:

- Menor de dezoito anos de idade;
- Proprietário, administrador, diretor, pessoa com influência significativa, gerente ou funcionários do agente operador;
- Agente público com atribuições diretamente relacionadas à regulação, ao controle e à fiscalização da atividade no nível federativo em cujo quadro de pessoal exerça suas competências;
- Pessoa que tenha ou possa ter acesso aos sistemas informatizados de loteria de apostas de quota fixa;
- Pessoa que tenha ou possa ter qualquer influência no resultado de evento real de temática esportiva objeto da loteria de apostas de quota fixa, incluindo treinadores, atletas e árbitros.

Propaganda

O projeto de lei ainda prevê regras para as propagandas das Bets, as empresas terão modular como e para quem elas se dirigem.

— Como fizemos lá atrás, na questão dos cigarros, demonstrando os problemas que os jogos podem causar. Essa é uma regulamentação que vai vir pelo governo, mas já vamos especificar em lei que será preciso ter uma mensagem — disse.

“As ações de comunicação, de publicidade e de marketing da loteria de apostas de quota fixa observarão a regulamentação do Ministério da Fazenda, incentivada a autorregulação (...) os avisos de desestímulo ao jogo e de advertência sobre seus malefícios que deverão ser veiculadas pelos agentes operadores; (...) restrição de horários, programas, canais e eventos para veiculação de publicidade e propaganda das apostas, de modo a evitar que sejam divulgadas a menores de idade”, diz o texto.

O assessor especial do Ministério da Fazenda, e futuro secretário de apostas e prêmios, José Francisco Manssur, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados nesta terça-feira. Ele disse ainda que o Ministério da Fazenda estuda uma portaria junto ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) para regularizar as propagandas das Bets em rádio e TV.

— Estamos discutindo com o CONAR uma portaria sobre jogo responsável. Você liga a TV hoje e é bombardeado com as propagandas das Bet. Não há nenhum filtro de horário ou mensagem. Queremos transmitir à sociedade brasileiro que jogo não é meio de enriquecer, é lazer. Poder colocar propaganda dentro de alguns limites. Colocar um aviso: aposte com responsabilidade, como tem hoje nas propagandas de cerveja — afirmou.

Monitoramento e fiscalização

José Francisco Manssur chamou atenção das empresas de apostas on-line, conhecidas como Bets, para não fecharem licenças em loterias estaduais com o objetivo de burlar o sistema de tributação federal. A regulamentação das Bets ocorrerá por meio de projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados e pode ser votado ainda hoje.

Empresas de apostas têm considerado comprar uma licença de funcionamento em loterias estaduais, o que seria menos burocrático e mais barato, de acordo com elas. A autorização nesses casos, porém, valeria apenas para os limites do estado, mesmo os jogos sendo feitos pela internet. Manssur alertou para a intenção de usar a mesma licença para operação em todo o território nacional.

— O governo federal está muito preocupado com a questão das loterias estaduais. Eu não aconselharia as casas de apostas a comprarem uma licença estadual achando que vão poder operar

no Brasil todo. Não respeitar os limites geográficos, não é o que está no acórdão do STF e o governo federal não vai permitir, não sem reagir— disse.

Ele continuou:

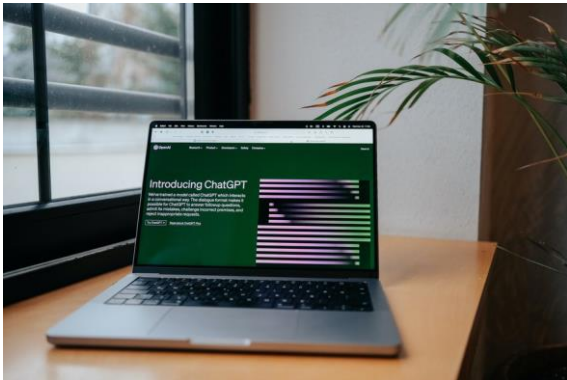
— Pense bem antes de comprar uma licença estadual. Os limites na internet ficam mais difíceis, sim, mas já temos sistemas de georreferência para fazermos a licença do Rio de Janeiro, por exemplo, valer apenas no Rio. Não queiram achar que não vamos reagir, já estamos reagindo. não acreditem que comprando uma licença estadual, vão poder atuar no território nacional todo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/09/2023

ECONOMIA - PARA 74% DOS PROFISSIONAIS, IA DEVE MUDAR ROTINA DE TRABALHO NO PRÓXIMO ANO

Estudo do LinkedIn mostra que quase metade dos profissionais ouvidos no Brasil já começou a experimentar ferramentas de inteligência artificial no dia a dia

Por Juliana Causin — São Paulo



Pesquisa do LinkedIn mostra que quase metade (48%) dos trabalhadores já experimenta ferramentas de IA no dia a dia — Foto: Pexels

Usar ferramentas de inteligência artificial para realizar tarefas do trabalho - em especial as operacionais ou repetitivas - é algo que está nos planos de 76% dos profissionais brasileiros, mostra uma pesquisa do LinkedIn divulgada nesta quarta-feira. O estudo, que ouviu 1,5 mil trabalhadores do país, indica que 74% acreditam que a tecnologia irá mudar a forma como trabalham já no próximo ano.

A aceleração rápida da adoção da tecnologia também tem gerado preocupação por parte dos trabalhadores. A expansão da IA nas empresas faz com que 25% se sintam sobrecarregados, enquanto 33% estão preocupados por não conseguirem acompanhar os desenvolvimentos dessas ferramentas.

— O que nós identificamos é que por um lado há uma apreensão, o que é natural visto o ritmo acelerado de informações sobre o tema — diz Karuna Daswani Lopes, head de Comunicação do LinkedIn para América Latina e Ibéria. — Mas é bom ponderar que essas mudanças não vão acontecer da noite para o dia. São transformações de longo prazo.

No LinkedIn, rede social de trabalho que tem 953 milhões de usuários, sendo 67 milhões de brasileiros, o impulso da IA no mercado tem gerado um movimento de pessoas que atualizam seus perfis para acrescentar o tema entre seus conhecimentos. Em junho deste ano, a quantidade de usuários da rede com habilidades em IA era oito vezes maior que em 2016.

Habilidades em IA

O estudo indica que quase metade dos entrevistados (48%) já experimentou ferramentas de IA, como o ChatGPT, no dia a dia. Um dos grandes desafios, no entanto, é a compreensão da tecnologia: 62% dos profissionais querem aprender sobre o tema, mas não sabem como, enquanto 38% afirmam não ter recebido nenhum treinamento sobre IA por parte de seu empregador.

— Mesmo sem o conhecimento formal, boa parte dos profissionais está indo 'na raça' para usar as ferramentas — completa Karuna.

Aumentar a produtividade é um dos aspectos que pouco mais da metade dos profissionais entende que será possível com a adoção de sistemas de IA. Entre as habilidades profissionais que eles entendem que não serão substituídas, as mais citadas são resolução de problemas, pensamento estratégico, comunicação e liderança.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/09/2023

DESENROLA: 924 EMPRESAS CREDORAS FORAM CADASTRADAS NO PROGRAMA; RENEGOCIAÇÃO VAI ABRANGER DÍVIDAS DE ATÉ R\$ 5 MIL

Esse total de empresas acumula 86% das dívidas de até R\$ 5 mil que os consumidores brasileiros têm no setor privado, segundo a Fazenda

Por Renan Monteiro — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante cerimônia — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/28-08-2023

O Ministério da Fazenda anunciou nesta quarta-feira que 924 entraram no programa Desenrola Brasil. São bancos, varejistas, companhias de água e saneamento e distribuidoras de eletricidade com dívidas a receber de consumidores inadimplentes.

Esse total de empresas soma 86% das dívidas de até R\$ 5 mil que os consumidores têm em todo o país com o setor privado, segundo a Fazenda. A base de dados para esse cálculo das dívidas é dos birôs de crédito, como a Serasa.

Nesta próxima fase do programa, podem participar empresas com saldo a receber de consumidores negativados entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022. O governo está considerando o aumento da inadimplência nesse período.

O Desenrola vai oferecer garantia para a renegociação de dívidas bancárias e não bancárias cujos valores somados não ultrapassem R\$ 5 mil, por consumidor.

São dívidas de pessoas físicas com renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, e também aqueles consumidores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. A estimativa é que no fim deste mês os devedores já possam fazer as negociações, pela plataforma.

Na primeira etapa, comemorada pelo governo, o programa focou nas dívidas bancárias dos consumidores com renda mensal de até R\$ 20 mil. No balanço mais recente, a Febraban identifica o total de R\$ 11,7 bilhões em volume financeiro negociados nesta modalidade.

Em paralelo, nesta etapa, as instituições financeiras retiraram dos registros de débitos cerca de 10 milhões de dívidas de até R\$ 100. Como um consumidor pode ter mais de uma dívida, esse número não é por pessoas.

Ainda segundo a Febraban, foram 6 milhões de pessoas retiradas dos registros da negativação, nesses débitos de pequeno valor.

Leilões

A ideia é estabelecer uma competição entre as empresas credoras: quem oferecer os maiores descontos poderá usar o fundo que o governo está oferecendo para facilitar as negociações das dívidas.

Para isso, foram disponibilizados R\$ 8 bilhões do chamado Fundo Garantidor de Operações (FGO). O início do leilão está previsto para o final da próxima semana.

Nessa etapa, as dívidas serão organizadas em lotes como de cartão de crédito, varejo, eletricidade, saneamento.

O potencial em dívidas a serem renegociadas, nesta fase, é bem maior do que o limite do FGO. Isso porque o fundo só vai cobrir as dívidas financiadas e não os pagamentos que serão realizados à vista.

Em junho, o Planalto apresentou estimativas preliminares na ordem de R\$ 50 bilhões, o que poderia beneficiar 43 milhões de pessoas. Os números finais ainda serão fechados pela equipe econômica.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/09/2023

EDUARDO PAES QUER ATRAIR NOVAS COMPANHIAS AÉREAS PARA O GALEÃO

Prefeito do Rio deve viajar para Cingapura na próxima sexta-feira, para encontrar executivos da Changi

Por O GLOBO — Rio de Janeiro



Há expectativa de alta superior a 40% nos voos internacionais
— Foto: Lucas Tavares/Agência O Globo

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, afirmou a jornalistas nesta quarta-feira que pretende atrair novas companhias aéreas para operar no Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, na Ilha do Governador, na Zona Norte da cidade. Ele deve embarcar nesta sexta-feira para Cingapura, com o objetivo de debater estratégias com a Changi, empresa que controla a concessionária RIOGaleão.

— Todas as medidas que podiam ser tomadas para fortalecer o Galeão já foram tomadas, através de gestos políticos importantes, nossos aqui, do presidente Lula, do governador Cláudio Castro — disse. — O que eu quero da concessionária, vou olhar no olho dos executivos, é que eles façam a parte deles, que deixem o aeroporto em excepcionais condições, trabalhem para a atração de novas companhias aéreas.



Declaração do prefeito foi dada em evento no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) para liberação de torcedores do Vasco em São Januário — Foto: Beth Santos/Prefeitura

No mês que vem, entra em vigor uma restrição no fluxo de passageiros no aeroporto Santos Dumont, determinada pelo governo federal, que deve levar a um aumento no fluxo do Galeão: a partir de janeiro de 2024, o terminal central do Rio de Janeiro só poderá ter voos para Congonhas, em São Paulo; para o aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte; e

para Vitória.

De acordo com balanço operacional foi anunciado pelo RIOGaleão, há expectativa de alta de 62% nos voos domésticos e de 42% nos internacionais no segundo semestre deste ano, comparado ao mesmo período de 2022. E o número de passageiros que devem transitar pelo Galeão em 2023 deve aumentar em torno de 40%, chegando a cerca de 7,8 milhões de pessoas.

Ontem, a companhia aérea Lufthansa divulgou que passará ter seis voos semanais saindo do Galeão para Frankfurt — principal cidade usada pela empresa para conexões para destinos da

Europa, da África, da Ásia e do Oriente Médio —, ao invés dos três atuais. A venda das passagens começa já na próxima semana.

Paes ainda deve anunciar antes da sua viagem um conjunto de medida para facilitar e ampliar acesso ao aeroporto do Galeão.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/09/2023

NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS DEFENDE FORTALECIMENTO DO GALEÃO E DIZ QUE VAI CONVERSAR COM CASTRO E PAES

Silvio Costa Filho diz que vai buscar 'caminho' que também favoreça o Santos Dumont

Por Geralda Doca — Brasília

Silvio Costa Filho assumiu pasta de Portos e Aeroportos — Foto: Agência O Globo



O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defendeu o fortalecimento do Aeroporto do Galeão. Durante a transmissão de cargo, ele disse que vai conversar com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, e o governador Cláudio Castro para tratar do assunto.

— Nosso desejo mais do que nunca será fortalecer o Galeão. Quero conversar com todos os atores envolvidos para que a gente possa buscar um caminho que possa fortalecer os dois aeroportos para que eles estejam funcionando e levando conforto a população — afirmou

Costa Filho, fazendo referência também ao Santos Dumont.

Ao ser indagado se pretende trabalhar pela privatização do porto de Santos, disse que essa é uma decisão de governo, mas que não existe essa intenção.

— Não temos desejo de privatizar o porto de Santos — afirmou o ministro.

A medida é defendida pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do mesmo partido do ministro.

No discurso, Costa Filho criticou o preço das passagens aéreas. Ele disse que vai trabalhar pela queda das tarifas e defendeu a redução do valor do querosene de aviação. O ministro disse 'ue pretende iniciar conversas com o Planalto nos próximos dias para discutir uma solução. O preço é definido pela Petrobras.

— Vamos trabalhar para reduzir o preço das passagens aéreas — destacou o ministro, acrescentando que vai avançar com o programa Voa Brasil.

De saída do ministério, Márcio França fez um discurso, mostrando resignação. Destacou que o governo precisa ampliar a base para ter votos no Congresso. França lutou até o fim para permanecer no cargo. Ele foi deslocado para o recém-criado Ministério de Micro e Pequenas Empresas.

— A gente entrega (o ministério) como entrega uma filha no altar —disse França

A cerimônia de transmissão de carga teve auditório lotado, com a presença de nove ministros e do vice presidente Geraldo Alckmin. Parlamentares do Centrão compareceram, assim como o novo ministro do Esporte, André Fufuca.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/09/2023

LULA VAI A PERNAMBUCO ANUNCIAR RETOMADA DE OBRA DE REFINARIA PARALISADA APÓS A LAVA-JATO

Apenas uma das linhas de produção da Abreu e Lima foi entregue
Por O GLOBO — Brasília



Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. Apenas uma das linhas de produção previstas ficou pronta, no fim de 2014 — Foto: Divulgação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá a Pernambuco na próxima sexta-feira para anunciar a retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, que haviam sido paralisadas após o início da Lava-Jato. O anúncio foi feito pelo senador Humberto Costa (PT-PE) na rede social X, antigo Twitter.

"O presidente Lula acaba de nos confirmar que estará nesta sexta (15), em Pernambuco. Vai anunciar a retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima", escreveu Costa. Ainda segundo o senador, os investimentos serão de R\$ 6 bilhões e vão ser gerados 40 mil empregos.

A refinaria começou a operar de forma parcial em 2014, mas não chegou a ser concluída. Projetada no primeiro governo Lula, a Abreu e Lima deveria receber investimentos da Venezuela e processar o óleo pesado produzido pela estatal de petróleo do país vizinho.

A obra acabou investigada pela Operação Lava Jato e também se tornou alvo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/09/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS E WEG FAZEM PARCERIA PARA CONSTRUIR GERADOR DE ENERGIA EÓLICA DE 7 MW

Será o primeiro aerogerador desse porte a ser construído no Brasil; estatal deve investir R\$ 130 milhões no projeto

Por Isabela Moya

São Paulo - A Petrobras fechou uma parceria com a Weg para o desenvolvimento conjunto de um "aerogerador onshore" (equipamento para geração de energia eólica, a ser instalado em terra) com capacidade de 7 megawatts (MW) - o equivalente à capacidade de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Será o primeiro gerador desse porte a ser fabricado no Brasil. A Petrobras investirá, aproximadamente, R\$ 130 milhões no projeto, que já está em andamento pela Weg.

O acordo, segundo nota da empresa, "abrange o desenvolvimento de tecnologias para a produção dos componentes do aerogerador, adequados às condições eólicas brasileiras, bem como a construção e testes de um protótipo, com contrapartidas técnicas e comerciais para a Petrobras". O aporte da Petrobras será feito em 25 meses contados a partir da assinatura do acordo. A Weg prevê que a produção em série deste equipamento será realizada a partir de 2025.



Para a Petrobras, desenvolvimento de aerogeradores de grande porte no Brasil pode ajudar também na exploração desse energia em alto mar Foto: Pascal Rossignol/Reuters

Este projeto representa um marco importante para a Petrobras, diz a companhia, pois “aumentará seu conhecimento em tecnologia de energia eólica, além de contribuir para impulsionar a transição energética no Brasil, em parceria com uma empresa que se destaca em inovação pelo desenvolvimento de soluções em eficiência energética, energias renováveis e mobilidade elétrica”, segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

“Além de seu papel na expansão da energia eólica onshore nacional, o desenvolvimento desse aerogerador de 7 MW trará impacto positivo para o futuro da energia eólica offshore no Brasil. À medida que um fornecedor nacional acumula experiência e conhecimento na produção de aerogeradores de alta capacidade em terra, pavimentamos o caminho para o desenvolvimento de aerogeradores de maior porte, que poderão ser utilizados nos projetos de geração offshore. A Petrobras, por sua vez, adquirirá conhecimentos específicos sobre a especificação, otimização e instalação de aerogeradores de grande porte. Nessa jornada, a transição para a energia eólica offshore oferece oportunidades para explorar o vasto potencial eólico no litoral do País”, afirma a estatal.

O desenvolvimento do novo aerogerador de grande porte (com um diâmetro do rotor de 172 metros) foi anunciado pela Weg no início de julho. Segundo a empresa, será a “maior e mais potente” máquina em operação no mercado brasileiro, com melhores rendimentos para os projetos eólicos. Atualmente, o maior aerogerador produzido pela empresa tem capacidade de 4,2 MW.

De acordo com a companhia, “a fabricação dos novos aerogeradores acontecerá inicialmente no Brasil, no parque fabril de Jaraguá do Sul/SC, onde a empresa já produz aerogeradores e possui um centro de operações eólico que realiza o controle, monitoramento e análise de sua frota no País”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/09/2023

GRANDES EMPRESAS VEEM ‘VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA’ EM MP DE HADDAD E PEDEM REJEIÇÃO DE MEDIDA

Associação que reúne companhias abertas diz que Executivo desrespeitou decisões do Legislativo e Judiciário com objetivo de aumentar a carga tributária; Receita Federal cita distorções bilionárias que impactam União, Estados e municípios

Por Bianca Lima

BRASÍLIA - A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) divulgou nota nesta terça-feira, 12, pedindo a rejeição integral da Medida Provisória (MP) que altera a tributação sobre as grandes empresas que recebem benefícios fiscais dos Estados.

O texto é um dos principais itens da pauta arrecadatória do ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad. A expectativa da pasta é levantar R\$ 35,3 bilhões com a nova legislação. Mas, para a Abrasca, o Executivo desrespeitou decisões do Legislativo e do Judiciário com o objetivo de aumentar a carga tributária, o que representa uma “grave violação à segurança jurídica”.

A associação alega que a MP vai muito além de uma simples regulamentação da decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que tratou do tema. “Percebe-se, por evidente, uma ruptura do regime vigente, com mudanças significativas e desfavoráveis aos contribuintes e aos entes que concedem tais subvenções”, diz a nota.

Em maio, o STJ decidiu que as empresas só poderiam abater dos tributos federais (como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido) os benefícios estaduais que fossem ligados a investimentos, e não a custeio - o que foi considerada uma vitória do governo. O problema é que o litígio continuou, a arrecadação extra não veio na quantidade esperada e a Fazenda decidiu agir para regulamentar.



MP é um dos principais itens da pauta arrecadatória do ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad. Foto: Diogo Zacarias

Só que a Receita Federal, reclamam as empresas, criou uma nova sistemática para esse abatimento e restringiu o seu alcance. Em vez de abater os incentivos estaduais da base de cálculo dos tributos federais, a companhia terá de se habilitar em um sistema online do Fisco e, uma vez autorizada, receberá um crédito de 25% sobre o valor do benefício fiscal - o que é equivalente à alíquota do Imposto de

Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

“Essa MP torna os procedimentos mais complexos e inviabiliza investimentos”, afirmou Pablo Cesário, presidente-executivo da Abrasca, durante evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). Segundo o executivo, a legislação trouxe uma mudança radical, que surpreendeu as companhias.

Apesar de pedir a rejeição integral da MP, a Abrasca deixou uma porta aberta para negociações. A associação afirma que ao menos quatro pontos precisam ser alterados para conferir “um patamar mínimo de segurança jurídica aos contribuintes”.

Dentre eles, ampliar o escopo de devolução dos impostos pagos, incluindo CSLL e PIS/Cofins, e reduzir o prazo para ressarcimento dos créditos, possibilitando a sua correção.

Já o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, rebateu as críticas. Disse que o modelo anterior de subvenção implicaria um prejuízo, apenas para a Receita Federal, de cerca de R\$ 30 bilhões em 2024.

“Quem mais está sofrendo com isso são os Estados e municípios, por conta dos fundos de participação”, afirmou Barreirinhas. Os fundos são abastecidos com um percentual da arrecadação federal, e são a principal fonte de financiamento das cidades pequenas.

O secretário disse, porém, que a Fazenda está aberta a conversar e aprimorar o texto. “Não temos nenhum interesse em aumentar a tributação de quem está investindo. A questão é que, em 90% dos casos (de subvenções estaduais a empresas), não tem nenhum centavo de investimento”, afirmou, destacando que essa é uma distorção que precisa ser corrigida.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/09/2023

NOVO MINISTRO FALA EM TRABALHAR CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Silvio Costa Filho assumiu pasta dos Portos e Aeroportos nesta quarta-feira, 13, e disse que atual operação do porto é rentável
Por Caio Spechoto e Sofia Aguiar

BRASÍLIA - O novo ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse nesta quarta-feira, 13, que deve trabalhar para o porto de Santos não ser privatizado. Ele deu a declaração a jornalistas no

Palácio do Planalto depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando tomou posse oficialmente do novo cargo.

“O porto de Santos, o nosso desejo é de trabalhar pela não privatização. Mas vamos dialogar com o setor produtivo. Decisão portuária de privatização é decisão de governo”, disse o novo ministro. Ele declarou que não haverá preconceito com o setor produtivo, e que o porto de Santos da forma como opera hoje é rentável.

Costa Filho disse que terá uma reunião com os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Celso Sabino (Turismo) para discutir uma forma de baixar o preço das passagens aéreas com as companhias de aviação. “Não é um desafio fácil, é um problema mundial hoje o custo das passagens”, disse.



Ele também afirmou que falará com o ministro dos Transportes, Renan Filho, para buscar uma forma de expandir a malha hidroviária do País.

Porto de Santos é o maior da América Latina e está sob propriedade do governo de São Paulo
Foto: Rafael Arbex / Estadão

Silvio Costa Filho falou em “perseguir” uma redução dos juros pelo Banco Central. Lula e seus auxiliares têm criticado o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, pelo patamar da Selic desde o começo do governo.

O agora ministro agradeceu ao presidente pela confiança. Disse que entrará em contato com os 27 governadores e com os prefeitos das capitais. Afirmou que os municípios serão ouvidos em sua gestão. Ele também fez agradecimentos a Márcio França, que está sendo remanejado para a nova pasta de Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Silvio Costa Filho mencionou a relação com o Congresso como uma de suas tarefas prioritárias à frente do ministério. Lula abrigou Costa Filho e André Fufuca, do PP, no primeiro escalão do governo para ter mais votos a favor de seus projetos na Câmara dos Deputados.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/09/2023

PETROBRAS PEDE AO IBAMA ANÁLISE DE 10 ÁREAS PARA PROJETOS DE USINAS EÓLICAS EM ALTO-MAR

Presidente da estatal, Jean Paul Prates disse que não colocaria a empresa em ‘negócios malucos’ e destacou que, além de ganhos financeiros, projetos devem trazer vantagens tecnológicas

Por Ludmylla Rocha, Wilian Miron e Jorge Barbosa

A Petrobras protocolou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) pedidos de estudos para dez áreas na costa brasileira, visando a implantação futura de usinas eólicas offshore, disse nesta quarta-feira, 13, o diretor-presidente da companhia, Jean Paul Prates, durante o evento Brazil Wind Power, em São Paulo.

O executivo disse também que a experiência da Petrobras na extração de óleo e gás em alto-mar pode ajudar no desenvolvimento dos projetos. As áreas onde as usinas serão implantadas, afirmou, são relativamente rasas, o que poderia dar ao Brasil vantagens em relação a outros países também em relação à manutenção das usinas. “Temos que ousar como empresa grande, não só porque é estatal, mas por ser uma empresa grande”, disse.

Segundo ele, os projetos de geração eólica da estatal, especialmente em alto-mar, têm sido desenvolvidos com responsabilidade e buscando todas as instâncias de aprovação.

Prates afirmou que a estatal já “está pronta para desenvolver o seu negócio offshore”, sinalizando que seria necessário apenas dar andamento aos projetos do ponto de vista operacional. O tempo necessário para a efetivação dos projetos é de cinco até oito anos, afirmou.



Produção de energia eólica em alto-mar é uma das tentativas de acelerar a transição energética
Foto: Andrei Netto / AE

Ele disse que a empresa está apoiando a instalação de um dos maiores centros de pesquisa de eólicas offshore em Natal, no Rio Grande do Norte, visando a expansão neste segmento. “Petrobras torna-se, hoje, a maior empresa com pedido protocolado junto ao Ibama”, comentou.

Prates destacou que a empresa planeja entrar no mercado de energia via eólicas offshore para atender o mercado “independente de como ele estará configurado”. “Nós já passamos da fase da autoprodução. Isso é uma dimensão de projeto que é completamente diferente. Estamos falando aqui de realmente chegar chegando, dos maiores projetos de geração de energia offshore do Brasil, então, evidentemente que é para gerar energia para o mercado”, afirmou.

Ele mitigou eventuais críticas que parte do mercado financeiro poderia fazer à volta da empresa para a geração de energia, poucos anos após vender seus últimos ativos ao FIP Pirineus, em 2021. “Quando o pré-sal foi descoberto, todo mundo disse que seria inviável. O mercado financeiro é imediatista”, comentou.

O presidente da Petrobras disse que não colocaria a empresa em “negócios malucos” e destacou que, além de ganhos financeiros, os projetos devem trazer vantagens tecnológicas e conhecimento sobre a atuação nesse segmento. “Vamos fazer uma transição energética com responsabilidade. Não se pode brincar com a Petrobras e colocá-la em projeto maluco.”

Projetos protocolados

O gerente executivo de energia renovável da Petrobras, Daniel Pedroso, afirmou que a estatal tem protocolado 23 GW (gigawatts) de projetos em eólicas offshore. Segundo o executivo, a empresa já realizou um trabalho em conjunto com a Equinor por mais de 14 GW no mesmo modelo de negócios.

O gerente executivo de energia renovável da Petrobras acrescentou que está avaliando locais de potencial mais avançado e com pré-avaliação para futuras instalações de eólicas offshore.

Segundo Pedroso, do ponto de vista estratégico, a Petrobras também estuda a possibilidade de instalações de aerogeradores em águas rasas. “É importante olharmos para além de águas profundas”, disse o executivo.

Em relação à energia eólica onshore (em terras), o executivo apontou que o Brasil produz atualmente 29 GW de energia eólica onshore.

A Petrobras também estuda aproveitar parte da geração de energia para alimentar suas plataformas de exploração e produção, acrescentou Pedroso. Ele assinalou ainda que a estatal almeja o desenvolvimento da geração de energia na Margem Equatorial.

Aquisição de parques eólicos

O diretor executivo de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Mauricio Tolmasquim, acrescentou que a empresa tem planejado a realização de ações no curto, médio e longo prazos para o desenvolvimento da produção de energia elétrica a partir da matriz eólica no Brasil.

Para o curtíssimo prazo, Tolmasquim afirmou que a estatal está “analisando propostas de aquisições de parques eólicos” e que as iniciativas onshore (em terra) “podem já se transformar em realidade antes de 2025”. O executivo ressaltou, contudo, que as energias offshore estão programadas para um período mais adiante.

Ele afirmou que a empresa não investirá em projetos que não sejam rentáveis ao comentar a entrada da empresa no mercado de energia eólica offshore. “Essa fase é de estudar a área, os ventos, depois vem a fase dos custos, do capex e aí vamos avaliar a viabilidade. A Petrobras só entra em projetos quando o valor presente líquido é positivo. A Petrobras não investirá se não for rentável, agora, a gente só vai saber isso depois que fizer os estudos”, disse.

A empresa anunciou mais cedo uma parceria com a Weg para produção de um aerogerador de sete megawatts (MW) visando desenvolver expertise para equipamentos de maior porte a serem utilizados no mercado de eólicas offshore. A Petrobras investirá R\$ 130 milhões, nos próximos 25 meses, no projeto que já está em andamento pela Weg.

Para a determinação da viabilidade será necessário avaliar os projetos, os custos de equipamentos e o preço da energia. “Neste momento, a gente não sabe, é um primeiro passo”.

Tolmasquim afirmou que, embora a demanda seja uma preocupação que tem sido apontada por alguns grupos, a tendência é que, com a descarbonização global e adoção de iniciativas de eletrificação e potencial produção de hidrogênio verde, o consumo tende a aumentar exponencialmente. “Tem um mundo que vai demandar energia elétrica e a questão vai ser outra: de onde vamos tirar tanta energia, e não estou falando nem de carro elétrico.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/09/2023

MINISTRO DIZ QUE OFERTA DE SALÁRIO MÍNIMO ‘DEGRADANTE’ AFUGENTA JOVENS DO MERCADO DE TRABALHO

Para Luiz Marinho, não é possível que empresas nacionais e multinacionais ofereçam salários baixos para recém-formados que se ‘esforçaram tanto’ para entrar no mercado

Por Eduardo Rodrigues

BRASÍLIA - O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reclamou nesta quarta-feira, 13, que terceirização e a redução dos salários estariam levando os jovens a não aceitarem as vagas oferecidas no mercado, de um salário mínimo (R\$ 1.320) ou pouco mais.

“Um jovem que vai para a universidade, se forma, e depois vê ofertas de um salário mínimo, um salário mínimo e meio. Não é possível que uma empresa nacional ou multinacional queira oferecer um salário tão degradante para um jovem que se esforçou tanto para entrar no mercado de trabalho”, afirmou, em entrevista à EBC.



O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada foi de R\$ 2.032,56 em julho deste ano. Comparado ao mês anterior, houve aumento de R\$ 19,33 no salário médio de admissão.

Luiz Marinho, ministro do Trabalho Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Para o ministro, o crescimento do emprego informal “não é tão ruim”, pois seria um indicativo de melhora da economia que antecederia uma formalização maior dos trabalhadores. De janeiro a julho de 2023, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registrou um saldo positivo de 1,166 milhão de vagas com carteira assinada, menor que a criação líquida de 1,613 milhão de postos formais no mesmo período do ano passado.

“Temos uma previsão para o ano de saldo de 2 milhões. Poderia ser mais, 2,4 milhões ou 2,7 milhões, se outros indicadores da economia estivessem acompanhando. Principalmente o custo do crédito. Ou seja, a danada da Selic precisa continuar caindo para alavancar a indústria e outros setores”, repetiu.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/09/2023

GOVERNO INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DE GASTOS PÚBLICOS FEDERAIS

GT terá 12 meses para concluir atividades, com criação de metodologia e indicação de opções de economia

Por Redação

BRASÍLIA – O Ministério do Planejamento criou, nesta quarta-feira, um grupo de trabalho (GT) para a revisão de gastos federais. O GT, instituído por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, tem o objetivo de auxiliar na melhoria da qualidade e do controle orçamentário, segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento.

O grupo deverá propor “metodologia para a institucionalização do processo de revisão de gastos; identificar políticas públicas ou programas governamentais, financiados por gastos diretos ou subsídios, que serão objeto de revisão; indicar opções de economia de recursos e realocação da programação orçamentária da política ou do programa revisado, por meio do aperfeiçoamento das dimensões de economicidade, eficiência, custo-efetividade, entre outras e promover o processo de integração entre os diferentes órgãos e entidades do Poder Executivo federal, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público ao processo de revisão de gastos”.

O GT tem 12 meses para concluir as atividades, a contar a partir da primeira reunião. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, deverá receber relatórios das atividades, de preferência trimestralmente. O grupo será coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Pressão

O governo tem sido cobrado para rever e cortar gastos, uma vez que elaborou uma proposta de ajuste fiscal com foco no aumento de receitas. A equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem a ambiciosa meta de zerar o rombo das contas públicas no ano que vem e, para isso, precisa de R\$ 168 bilhões em receitas extras.



Fernando Haddad (à esquerda) e Simone Tebet (à direita) são os principais nomes da equipe econômica do governo Foto: Diogo Zacarias / Ministério da Fazenda

A contragosto do PT, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vem pressionando por uma reforma administrativa, como uma chance de lançar uma pauta que responde às críticas de que o Executivo e o Congresso só têm planos para aumentar os gastos.

Em entrevista ao Estadão, o número 2 de Tebet, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, afirma que o governo não pode colocar todas as fichas no aumento das receitas para atingir a meta fiscal de déficit zero em 2024. Uma estratégia de revisão de gastos, segundo ele, já está em curso. O foco inicial, com efeito mais no curto prazo, será o combate a fraudes, como, por exemplo, nos benefícios da Previdência.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/09/2023

FGV DEBATE PERSPECTIVAS PARA O CENÁRIO ECONÔMICO NO BRASIL E NO EXTERIOR; VEJA COMO PARTICIPAR

Organizado em parceria com o 'Estadão', seminário terá participação dos pesquisadores Armando Castelar, Sílvia Matos e José Júlio Senna; evento ocorre nesta quinta-feira, 14, a partir das 10h
Por Redação

A melhora do ambiente econômico no Brasil no primeiro semestre vai durar? O risco fiscal voltou a aumentar após o envio ao Congresso do projeto de orçamento de 2024? A pressão por novos gastos aumentou e o socorro aos municípios vai sair? A maré pode mudar? O que esperar do cenário internacional?

Para debater esses e outros temas centrais para o atual cenário macroeconômico no Brasil e no exterior, o Estadão, em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), fazem nesta quinta-feira, 14, às 10h, o 3º Seminário de Análise Conjuntural para quem quiser ficar em dia com os principais acontecimentos da economia.

O evento irá tratar, entre outros pontos, da expectativa crescente de que será possível controlar a escalada inflacionária do pós-pandemia sem a necessidade de uma recessão. Isso abriria espaço para um cenário de menos aperto monetário, o que poderia interromper mais cedo o ciclo de altas dos juros nos Estados Unidos.



Seminário em parceria com o Estadão terá as presenças de Armando Castelar, pesquisador associado do FGV IBRE; Sílvia Matos (foto), coordenadora do Boletim Macro do Instituto; e José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV IBRE Foto: Fabio Motta/Estadão

Por aqui, o Banco Central iniciou a redução da taxa Selic, cortando os juros em 0,5 ponto percentual, embora tenha sinalizado que cortes maiores ainda não estão no radar no curto prazo.

O seminário que tratará desses temas contará com as presenças de Armando Castelar, pesquisador associado do FGV IBRE; Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto; e José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV IBRE.

A moderação será feita pela jornalista Adriana Fernandes, repórter especial e colunista do Estadão. A transmissão será feita pelo canal da FGV no YouTube e pelas redes sociais do Estadão. Mais informações e inscrições, neste endereço.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/09/2023

BURACO NO ORÇAMENTO DE 2024 PODE SER MAIOR: DESCONFIANÇA É QUE DESPESAS ESTÃO SUBESTIMADAS

Especialistas chamam a atenção para previsão de gastos com o pagamento dos benefícios da Previdência e Bolsa Família; pressão por mudança da meta pode aumentar até o final do ano
Por Adriana Fernandes - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

O ceticismo dos investidores com o Orçamento de 2024 vai muito além da dificuldade de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conseguir aprovar o pacote de medidas para aumentar em R\$ 168 bilhões a arrecadação e atingir a meta fiscal de déficit zero.

A desconfiança dos especialistas em contas públicas de bancos, corretoras e instituições do mercado financeiro é de que o buraco no Orçamento é maior porque despesas importantes teriam sido subestimadas pelo governo para ajustar o projeto de lei à meta fiscal do ministro Haddad.

Em outras palavras, o Orçamento estaria “quadrado”, projetado com números irrealistas – problema que mais cedo ou mais tarde virá à tona, aumentando o risco fiscal. Não é um ajuste de pequenos números, mas de grande magnitude.



Meta fiscal mais apertada é aliada de Haddad para conseguir aprovar as medidas tributárias de aumento de arrecadação no Congresso. Foto: Diogo Zacarias/ME

Desde que o projeto foi enviado ao Congresso, no último dia 31, os especialistas estão debruçados nessas contas.

De lá para cá, o mau humor tem aumentado. Reuniões fechadas em várias Casas do mercado sobre o tema têm marcado o debate dos últimos dias. A missão tem sido projetar qual seria o tamanho desse buraco

decorrente de projeções otimistas demais que o governo colocou na peça orçamentária.

Um dos itens que mais tem chamado a atenção é a previsão de gastos com o pagamento dos benefícios da Previdência – grupo de despesas que está vinculado à correção do salário mínimo e com peso gigante no Orçamento.

Esses gastos foram estimados no Orçamento do ano que vem com um aumento em torno de 5% em relação ao que o governo projeta para o final deste ano. Mesmo com uma hipótese conservadora de crescimento vegetativo dessas despesas muito baixo (em torno de 2%) e sem levar em consideração a diminuição da fila, a conta não fecha. O furo só nesse item pode superar R\$ 20 bilhões.

Outro ponto que tem chamado a atenção é o valor projetado para o Bolsa Família, que também estaria subestimado. O governo estimou os gastos em R\$ 169,5 bilhões, mas, para especialistas, o programa social já estaria rodando em termos anualizados em valores mais próximos a R\$ 180 bilhões.

Há avaliações de que a projeção de arrecadação com concessões pelo lado das receitas e permissões no Orçamento de 2024, de R\$ 44,4 bilhões, também estaria bem acima do esperado para uma carteira de projetos que não teve grande aumento.

Tudo aponta que o buraco parece ser maior do que se imaginava. Novas estimativas do mercado devem começar a pipocar em breve. É esse temor que está por trás da persistente preocupação com o aumento do risco fiscal.

Se esse cenário de despesas mais altas se confirmar, a pressão pela mudança da meta fiscal vai aumentar até o final do ano.

É um problema para o Haddad, porque a meta mais apertada é aliada dele para conseguir aprovar as medidas tributárias de aumento de arrecadação. Se o governo flexibilizar a meta, aí mesmo que não se consegue aprovar nada no Congresso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/09/2023

CEO DIZ QUE DESEMPREGO DEVE SUBIR PARA QUE EMPRESAS TENHAM MAIS PODER SOBRE FUNCIONÁRIO

‘Nós precisamos lembrar as pessoas que elas trabalham para um empregador, não ao contrário’, disse Tim Gurner; declaração foi criticada por internautas e por políticos

Por Redação



Um milionário da Austrália, que trabalha no setor imobiliário, está provocando reações adversas na internet ao desejar mais desemprego - o que, segundo ele, daria às empresas mais poder sobre os funcionários. Segundo ele, os empregados se tornaram “arrogantes” desde a pandemia de covid-19.

“Nós precisamos ver dor na economia”, Tim Gurner, CEO do Gurner Group, disse na cúpula imobiliária da Australian Financial Review, na terça-feira, 12. “Nós precisamos ver o desemprego subir - o desemprego tem que saltar de 40% para 50% na minha visão”, disse.

<https://twitter.com/i/status/1701440109948887057>

“Eu penso que o problema que nós temos é que as pessoas decidiram que elas não queriam na verdade trabalhar tanto por causa da covid, e isso teve um problema gigante na produtividade.” Os comerciantes, disse ele, “receberam muito para não fazer muito nos últimos anos e precisamos ver essa mudança”.

“Nós precisamos lembrar as pessoas que elas trabalham para um empregador, não ao contrário”, afirmou. “Houve uma mudança sistemática em que os funcionários pensam que o empregador é extremamente sortudo por tê-lo, e não ao contrário. Então, é uma dinâmica que precisa mudar.”

Essas mudanças já começaram, Gurner disse, com “demissões em massa” que levaram ao que descreveu como “menos arrogância no mercado de trabalho”.

“Supervilão de desenho animado”

Seus comentários provocaram respostas de repúdio. O parlamentar australiano Jerome Laxale descreveu a fala no X (antigo Twitter), como sendo “comentários que você associaria a um supervilão de desenho animado, não ao CEO de uma empresa em 2023”.

A perda de emprego “significa pessoas nas ruas e dependentes de bancos de alimentos”, disse o legislador liberal australiano Keith Wolahan à mídia australiana. A deputada Alexandria Ocasio-Cortez, dos Estados Unidos, também tuitou em resposta ao vídeo dos comentários de Gurner: “Um lembrete de que os principais CEOs dispararam tanto seus próprios salários que a proporção entre o salário do CEO e do trabalhador é agora em alguns dos níveis mais altos já registrados”.

Nos EUA, muitos trabalhadores deixaram o mercado de trabalho no que foi chamado de “A Grande Renúncia” já retornaram para o mercado, aliviando a escassez de mão de obra e refletindo a pressão dos preços mais elevados. De acordo com uma análise do Washington Post, o mercado de trabalho como um todo recuperou 75% dos 4 milhões de trabalhadores que abandonaram os empregos devido a uma série de razões, incluindo problemas de saúde, doença cobiciosa e morte.

Grandes empresas, incluindo Lyft, Deloitte, Meta e Whole Foods, anunciaram recentemente demissões em massa, muitas delas ligadas a indústrias que cresceram durante a pandemia, incluindo tecnologia e serviços financeiros.



Apesar do regresso de muitos trabalhadores, alguns empregadores ainda enfrentam dificuldades para contratar, à medida que os candidatos a emprego mudam de setor. Os locais de trabalho que oferecem oportunidades remotas têm mais trabalhadores do que antes da pandemia, enquanto outros setores, como lazer e hotelaria, continuam a registrar problemas, informou o Washington Post.

E embora as empresas tenham experimentado vantagens digitais durante a pandemia, empresas de tecnologia que antes apoiavam aqueles que queriam trabalhar a partir de casa estão agora a dizer-lhes para regressarem ao escritório.

Dados do governo colocam a taxa de desemprego da Austrália em 3,7% em Julho, e o Reserve Bank of Australia disse que a taxa de desemprego teria de subir para 4,5% para conter a inflação.

O aumento sugerido por Gurner no desemprego australiano poderia elevar o número de pessoas desempregadas no país para mais de 800 mil pessoas, informou o Australian Financial Review, e poderia significar um retorno às taxas de desemprego de cerca de 5,5%. A última vez que o país viu esse número ou mais foi durante a agonia da pandemia.

Gurner conhece bem a controvérsia: uma vez ele foi satirizado por sugerir que as dificuldades dos millennials em subir na hierarquia imobiliária poderiam ser atribuídas ao seu amor por torradas de abacate e cafés, dizendo ao 60 Minutes Australia em 2017 que muitos jovens provavelmente não teriam sua casa própria: “Quando você gasta US\$ 40 por dia em abacate amassado e café e não trabalha - claro que não [terá casa própria], com certeza!”. **/Washington Post.**

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/09/2023*

‘HÁ ESPAÇO PARA O BRASIL CRESCER MAIS, SE AVANÇAR NAS AGENDAS RELEVANTES’, DIZ MELLO, DA FAZENDA

Guilherme Mello aposta que composição mais alta do PIB indica crescimento sustentado da economia brasileira nos próximos anos
Por Amanda Pupo e Thaís Barcellos

ENTREVISTA COM

Guilherme Mello - Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Brasília - A surpresa positiva do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre e uma expectativa favorável para os últimos três meses do ano deverão fazer com que a economia brasileira certamente cresça entre 3% e 3,5% em 2023. É o que estima o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, que falou em entrevista ao Estadão/Broadcast sobre o resultado dos oito meses de governo Lula e as perspectivas de crescimento para os próximos anos.

Apesar de uma desaceleração em 2024 estar no radar, Mello diz acreditar que a composição da alta do PIB no próximo ano vai apontar para um crescimento mais sustentável da economia brasileira, com melhor desempenho da indústria e dos serviços. “E são setores com maior potencial de arrecadação”, disse o economista, para quem há espaço para o PIB potencial brasileiro crescer caso haja avanço nas reformas.

O secretário de Política Econômica respondeu também sobre o ceticismo do mercado em relação à meta de déficit zero do próximo ano, o que considera “natural”, mas endossou ser “plenamente possível” alcançar o resultado neutro em 2024. Mello reconheceu que a velocidade da recomposição do resultado primário depende do ritmo do restabelecimento das receitas e das medidas para recompor a base fiscal, mas disse ver “compromisso” na entrega dessa agenda, inclusive por outros atores além da Fazenda.

Mello ainda admitiu que a projeção de IPCA, hoje em 4,85%, deve subir um pouco com as pressões inflacionárias contratadas para o fim do ano, mas avaliou que existe “espaço relevante” para o Banco Central trazer a taxa de juros mais próxima do campo neutro, considerando a expectativa de

convergência para meta nos próximos anos. Para Mello, a perspectiva de maior equilíbrio entre a política fiscal e a monetária cria um “pano de fundo macroeconômico perfeito para promover um crescimento mais sustentável”.



Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Foto: WERTHER SANTANA / ESTADÃO CONTEÚDO

Na entrevista, o secretário avaliou que os números da economia acima do esperado refletem um sucesso da política econômica adotada pelo governo, que também compensou o efeito contracionista da taxa Selic. Ao longo do quarto trimestre deste ano e do primeiro semestre de 2024, Mello prevê que o Brasil poderá ver uma resposta do investimento privado - ainda tímido -, enquanto o Executivo adota uma política fiscal mais

expansionista.

Confira os principais trechos da entrevista:

O PIB do segundo trimestre surpreendeu. Como o sr. avalia o dado e por que a gente segue se surpreendendo com o resultado ante as projeções?

Para nós o resultado foi bastante positivo. Do ponto de vista de composição, (teve) a queda menor do PIB agro, e vieram outras novidades positivas. A indústria, puxada pela extrativa, mas, no geral, indo bem. E, do lado da demanda, o consumo das famílias em um ritmo bom, o que aponta, na nossa concepção, para o sucesso já inicial das medidas e dos programas que foram implementados ao longo do primeiro semestre. Tem o aumento do salário mínimo, a questão da tabela do Imposto de Renda, a recomposição de vários programas sociais. O mercado de crédito está começando um ciclo de recuperação. Então, mais do que só o número, esse conjunto ampliado de indicadores macroeconômicos nos dá uma expectativa positiva para o restante do ano e para o próximo ano.

Mas há perspectiva de desaceleração do ritmo da atividade no 3º trimestre. Qual é a projeção?

Não fechamos a nova grade de parâmetros, devemos fechar na quarta-feira. Mas, sim, existe uma visão de que o 3º trimestre tende a ser um pouco mais fraco do que o 2º trimestre. Nós vamos ver nos últimos dois trimestres deste ano, mas em particular no terceiro, um momento em que a política monetária restritiva vai demonstrar os seus maiores efeitos acumulados ao longo do tempo. Então, por mais que haja impulsos positivos em um conjunto de indicadores, os efeitos da política monetária devem desacelerar a taxa de crescimento no terceiro trimestre. Nós não temos uma expectativa de queda da atividade, nem na margem. É impossível essa queda? Não, impossível nada é, mas nós não achamos que vá haver uma queda ou seja um PIB negativo na margem.

E no quarto trimestre?

Há uma tendência de recuperação. Isso porque os efeitos das políticas públicas levam tempo. Então, é bastante razoável acreditar que, por exemplo, o Programa Desenrola vai ter um impacto maior no último trimestre do que no terceiro. As informações que nós temos de rodadas de negociação salarial têm vindo melhores do que antes. O fato da inflação estar em uma trajetória controlada ajuda. Já há sinais de recuperação no mercado de crédito bancário. Temos a renda se recuperando, a massa salarial tem crescido bem. No quarto trimestre, a política monetária ainda estará no campo contracionista, mas esse conjunto de fatores pode sobrepujá-lo e ‘reacelerar’ a economia.

Já que não há perspectiva de PIB negativo, podemos considerar que a nova estimativa de PIB da secretaria irá superar a herança estatística de 3,1%?

Isso é uma possibilidade. Vamos ter de rodar os modelos, mas certamente é algo entre 3% e 3,5%. Tem havido uma subestimação recorrente do potencial de crescimento do Brasil, não é um fenômeno apenas deste ano, mas é curioso. Antes da crise da covid-19, havia uma superestimação da expectativa de crescimento. E, após a covid, há uma subestimação do crescimento. Tem muitos fatores que podem explicar isso, inclusive comportamentais, problemas de sazonalidade. Mas uma

coisa que me parece clara é que, talvez, nesse período entre 2017 e 2019, tenha se observado uma superestimação dos impactos da estratégia de política econômica, que era de contração fiscal e redução da taxa de juros. Esperava-se que essa combinação, naquele momento, pudesse gerar um crescimento mais forte. Durante os poucos anos em que isso ocorreu, não se verificou esses fatores. E, a partir de 2020, há uma subestimação do impacto da política fiscal. Eu acredito que nós temos pela frente um cenário que tende a um maior equilíbrio, o que pode projetar um crescimento em um patamar um pouco mais alto e mais consistente, menos volátil do que a gente tem visto.

Por que maior equilíbrio?

Em primeiro lugar, teremos um panorama fiscal mais estável para os próximos anos. Uma expansão da despesa, mas dentro de um intervalo conhecido. Ou seja, é uma política fiscal consistente. Ao mesmo tempo, esse sinal da política fiscal começa a ter uma resposta do lado da política monetária, com uma aproximação, que eu creio que vai ser gradual, da taxa de juros para um campo mais próximo da neutralidade. Tudo isso com inflação sob controle e uma taxa de crescimento do PIB que tem se mostrado sistematicamente maior do que o projetado. Ganha força nesse cenário, salvo choques de outras ordens que sempre podem acontecer, um cenário de um crescimento um pouco mais elevado, consistente e com um pano de fundo macroeconômico perfeito para promover um crescimento mais sustentável. E, a partir daí, as estratégias de desenvolvimento têm maior possibilidade de sucesso.

E qual seria a estratégia de desenvolvimento?

Nosso trabalho nesse primeiro semestre foi de criar as condições para uma nova estratégia de desenvolvimento, com o plano de transformação ecológica, neindustrialização e infraestrutura com o PAC. Nove meses depois do início do governo, nós estamos bem mais próximos de ter variáveis macroeconômicas razoavelmente equilibradas do que estávamos nove meses atrás. Conquistamos a retomada da previsibilidade, da credibilidade.

Mas ainda temos um desempenho fraco da formação bruta de capital fixo, embora atravessando uma política fiscal expansionista. É nesse ponto que vemos o efeito do freio monetário? O senhor acha que isso está em processo de reversão?

É natural que o investimento demore mais a responder no ciclo de recuperação econômica por vários motivos. Como havia a combinação da baixa taxa de ocupação da capacidade com elevadas taxas de juros, isso criava um ambiente desfavorável ao investimento. Junte-se a isso uma incerteza sobre as principais variáveis macro no início do ano. Eu acredito que a reversão dessas condições já teve início. Talvez a gente ainda não veja no terceiro trimestre de maneira tão clara. Mas, ao longo do 4º primeiro trimestre e do primeiro e segundo trimestre do ano que vem, talvez se comece a ver uma resposta dos investimentos.

Houve evolução mais favorável dos itens do PIB ligados ao ciclo monetário no 2º trimestre. Concorda com Campos Neto de que o BC conseguiu reduzir a inflação com o menor custo possível, com um “pouso suave”?

Eu não tenho dúvida que o processo de convergência da inflação para dentro da meta no Brasil foi anterior ao de muitos outros países e a política monetária tem o seu papel nisso. Mas também é evidente que esse processo não teria ocorrido da forma que ocorreu se não houvesse esse enorme esforço de reconstruir a credibilidade. A recomposição dos programas sociais, das políticas públicas, teve a capacidade de sopesar um pouco esse processo contracionista e permitir exatamente esse pouso suave. Se tivéssemos um cenário de enfraquecimento dessas políticas públicas, como era previsto originalmente no projeto de lei orçamentária montado no governo anterior, certamente o pouso não seria suave. Na verdade, ao que tudo indica, a gente vai ter um PIB maior que o do ano passado. Então, estamos em uma decolagem, não em um pouso. É uma decolagem que combina um maior crescimento econômico com a convergência da inflação para a meta. O que é um caso de sucesso, não tenha dúvida. E cada um tem os seus méritos aqui nesse processo.

Mas terá um desafio fiscal grande, uma vez que o sucesso do arcabouço depende da arrecadação, do crescimento, enquanto que há um espaço cada vez mais limitado para gasto discricionário pelo governo...



Não é verdade que o novo arcabouço depende de maiores receitas. Ele é fundamental numa regra de crescimento do gasto, combinado com uma meta de resultado primário. O que o governo controla é o crescimento do seu gasto, de 0,6% a 2,5%. Dentro desse intervalo, vai ter de fazer escolhas de priorização, que estão muito claras para esse governo. O que depende da arrecadação é o resultado. E nós acreditamos que é plenamente possível alcançar o déficit zero no ano que vem, e para isso nós anunciamos um conjunto de medidas. Se nós conseguirmos manter um ritmo de crescimento minimamente robusto junto com a aprovação de um conjunto de medidas de recomposição da base fiscal, nós vamos zerar o déficit público no ano que vem.

Mas há muito ceticismo...

Sempre. É papel de vocês e papel do investidor questionar, e nosso papel é entregar.

Mas enquanto houver um nível de incerteza, dificilmente os preços vão ficar estáveis, ter previsibilidade...

Eu acho que o nível de ceticismo mudou muito do começo do ano para cá. O nível de incerteza que se tinha era total. Mas a estratégia começou a se mostrar viável e mostrar seus efeitos positivos. Qual é hoje a grande discussão do ponto de vista fiscal? Se no ano que vem o déficit vai ser zero, ou vai ser 0,5%. É o que o mercado discute. Alguns podem estar com 0,7%. Mas, no fundo, é um intervalo. O que estamos falando é o seguinte: há absoluta condição de entregar o resultado primário dentro do intervalo previsto no arcabouço, com a meta de zero. Obviamente que a velocidade da recomposição do resultado primário depende do ritmo de recomposição das receitas. Se a gente conseguir avançar na agenda proposta, será muito mais veloz o processo de recuperação do resultado primário, e os benefícios que advêm disso. O ceticismo é natural que exista, mas vai reduzindo à medida que explica o caminho. É óbvio que há ruídos, e é natural que haja. Mas me parece haver um compromisso em entregar essa agenda.

E para 2024, vocês enviaram o orçamento com 2,3% de crescimento. Já pode ter uma atualização desse dado na próxima grade? O mercado ainda tem uma projeção bem diferente...

Hoje nós temos um cenário para 2024 que, de fato, é mais otimista que a mediana do mercado. Eu acredito que uma parte das projeções para o ano que vem está muito ancorada ainda numa visão de que o PIB potencial do Brasil seria algo próximo de 1,5%. E essa é uma leitura que começa a ser discutida e questionada dentro dos próprios operadores e analistas do mercado financeiro. Talvez isso seja subestimado. Talvez ainda não capture, até pela distância que a gente tem daqui para o ano que vem, os efeitos defasados de um conjunto de políticas públicas que certamente vão ter impacto em 2024. Acredito que será um ano talvez não com o mesmo ritmo de crescimento desse, mas ainda tende a ser um ano muito positivo do ponto de vista do crescimento, com uma diferença importante de composição. Estamos com uma expectativa, por exemplo, que tenhamos talvez um desempenho melhor do que esse ano de indústria e de componentes ligados à demanda que impactam os serviços. E são setores com maior potencial de arrecadação.

Mas já pode ter uma revisão do PIB de 2024 junto do PIB de 2023?

Pode, mas, para nós, o mais importante é conseguir vislumbrar a direção. Às vezes, você erra na intensidade, mas se você lê corretamente a direção, a questão de composição, para nós é mais importante do que cravar o número em si. O importante é entender qual é a direção que a economia está tomando. É por isso que, tendo construído o pano de fundo do crescimento, o comportamento daqui para frente pode variar de ano para ano, mas ele fica mais sustentável e com uma composição mais equilibrada. E aí você pode vislumbrar um crescimento médio, ou que alguns chamariam de PIB potencial, um pouco maior do que temos hoje.

Com qual patamar vocês trabalham hoje?

Hoje trabalhamos com 2,5%, mas achamos que há espaço para o Brasil crescer mais sem pressão inflacionária desde que se avance nas agendas relevantes (reforma tributária, plano de transformação ecológica, novo marco de garantias, recomposição da base fiscal). Tanto do ponto de vista macroeconômico quanto do ponto de vista da agenda do desenvolvimento. E as agendas estão aí, sendo desenhadas, discutidas. Hoje trabalhamos com esse número, mas sempre sujeito a potencial revisão.

Sobre o IPCA, nós temos a reoneração dos combustíveis e dólar ainda forte, principalmente com as sinalizações sobre o patamar de juros americano. Isso tudo gera uma pressão inflacionária para o Brasil. Diante disso, o BC vai ter espaço para continuar o corte da Selic em 0,5p.p.?

Veja, obviamente que quando o BC toma uma decisão está olhando o horizonte relevante da política monetária. Você tem obviamente alguns ajustes de preço, derivados do aumento do petróleo, e provavelmente vai provocar uma revisão do IPCA um pouquinho para cima, nada muito relevante, mas um pouco para cima é possível que tenha. Mas também é verdade que os IGPs vêm seguidamente abaixo das expectativas, com os IPAs em deflação. O que tende ao longo do tempo ser repassado ao preço do consumidor. Então, nós continuamos com uma visão bastante bem comportada da inflação para o ano que vem e os próximos anos. Convergindo para a meta. Não só o número como a composição do IPCA é boa, principalmente a inflação das classes mais baixas de renda. Então, eu acredito que haja um espaço relevante, considerável, para você trazer a taxa de juros para mais próxima do campo neutro. Isso é uma coisa que o Banco Central decide. Há um horizonte muito positivo para esse processo que a gente chama de harmonização da política monetária.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/09/2023

NOVA RECOMENDAÇÃO DA OIT PODE IMPACTAR O SISTEMA S

Sistema é fechado para as entidades dos trabalhadores, que não participam das políticas de aprendizagem

Por Felipe Gomes da Silva Vasconcellos - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

A Conferência Internacional do Trabalho discute e delibera sobre os principais temas do mundo do trabalho. Como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil deve implementar as diretrizes discutidas e votadas nesse espaço. Neste ano, acompanhei de perto os debates que resultaram na Recomendação n.º 208, sobre aprendizagem de qualidade. A norma traz desafios significativos para o cenário nacional.

Assegurar uma aprendizagem de qualidade é crucial para alcançar o trabalho decente em meio às transformações tecnológicas. O debate também envolve enfrentar o desemprego, aumentar a produtividade do trabalho e promover uma transição justa para economias sustentáveis. No entanto, a modalidade não deve servir para precarizar as relações de trabalho, e a formação profissional deve ser resultado do diálogo social, incluindo os próprios aprendizes.

Nesse sentido, a nova recomendação aborda tanto os direitos dos aprendizes quanto a estrutura institucional necessária para garantir a aprendizagem de qualidade. Entre os direitos, estão: remuneração adequada, proibição de horas extras, acesso a licenças remuneradas, liberdade sindical, negociação coletiva, saúde e segurança no trabalho, proteção de dados e não discriminação.



Quanto à estrutura institucional, deve-se assegurar a participação das entidades de empregadores e de trabalhadores em todas as etapas do desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas de aprendizagem. Além disso, é necessário estabelecer uma idade mínima para ingresso nesse contrato, em conformidade com as Convenções n.º 138 e 182 da OIT, já ratificadas pelo Brasil.

Alunos de curso técnico do Senai; sistema S é composto por Sesí, Sesc, Senai e Senac Foto: Estação

Sobre a idade mínima, o principal desafio é alterar a Constituição, que atualmente permite a aprendizagem a partir dos 14 anos, enquanto a recomendação aponta para a idade mínima de 15 anos.

Outro desafio, mais fácil de resolver do ponto de vista legislativo, está na reforma do Sistema S. Atualmente, esse sistema é fechado para as entidades de trabalhadores, que não participam da gestão, administração ou formulação das políticas de aprendizagem.

Assim, para que a aprendizagem atenda às demandas do novo mundo do trabalho, promovendo o trabalho decente, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, conforme prevê a Recomendação n.º 208, é urgente repensar o Sistema S e garantir a participação efetiva das entidades representativas dos trabalhadores no desenvolvimento e gestão de todos os programas e políticas nessa área.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/09/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

COSAN AVANÇA EM PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM PORTO EM SÃO LUÍS (MA)

Em pouco mais de um ano, o grupo já investiu R\$ 21 bilhões em novos negócios, grande parte na compra de participação na Vale

Por Stella Fontes — De São Paulo



Luis Henrique Guimarães, presidente do grupo Cosan: “Nosso portfólio está do tamanho que a gente quer e nos setores que a gente quer” — Foto: Divulga

Em pouco mais de um ano, a Cosan investiu R\$ 21 bilhões em novos negócios, a maior parte, ou R\$ 17,4 bilhões, na compra de uma fatia de 4,9% da Vale. E deve haver mais pela frente: a companhia vai decidir até meados do ano que vem sobre a construção do Porto de São Luís, no Maranhão, que numa primeira fase demandará investimentos de US\$ 650 milhões.

Hoje, a tendência é que o empreendimento saia do papel. Com 200 hectares de área licenciada, o terminal, que é 100% da Cosan, ficará a seis km da Estrada de Ferro Carajás (EFC), com estrutura pronta para dois berços de atracação e potencial de movimentação de até 115 milhões de toneladas ao ano – inicialmente, a capacidade será de 25 milhões de toneladas/ano.

“Poderíamos começar as obras já em 2024 se a decisão for por seguir em frente”, afirmou o presidente da Cosan Investimentos, Leo Pontes, durante o Cosan Day. Além do terminal, que atenderá a uma região que sofre com gargalos logísticos, a Cosan firmou um memorando de entendimentos com Paulo Brito, fundador da Aura Minerals, para potencialmente constituir uma joint venture que reuniria o porto e três ativos minerários no Pará.

Neste momento, os planos para construção do porto estão mais maduros do que os de formação da JV, que ainda depende da comprovação de reservas, entre outras condições precedentes que devem ser cumpridas até a metade de 2024. Caso o projeto de JV não prospere, a Cosan poderá



seguir por conta própria com a construção do terminal ou buscar outras alternativas, incluindo outros sócios. A estrutura de financiamento do projeto depende justamente dessa definição.

O investimento bilionário na Vale, disse Pontes, trouxe novidades em relação à estratégia executada até agora, entre as quais a de não ter o controle do negócio. O grupo tem aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para elevar até 6,5% a posição na mineradora.

Na avaliação do presidente do grupo, Luis Henrique Guimarães, o portfólio atual de negócios está com a formatação e do tamanho pretendidos, e torna a Cosan capaz de exportar cada vez mais produtos em que o Brasil tem vantagem competitiva, com o avanço da transição energética, independentemente dos cenários político e econômico. “Nosso portfólio está do tamanho que a gente quer e nos setores que a gente quer”, afirmou. “Segurança em carbono é chave para as diferentes nações e temos companhias posicionadas para isso”.

Na Compass, braço de gás e energia do conglomerado, com exceção de uma ou outra oportunidades de privatização de distribuidoras em Estados considerados estratégicos, o plano de expansão “está basicamente cumprido”. Com a aquisição da Gaspetro – as cinco distribuidoras do Nordeste devem ser vendidas até o final do ano – e a construção do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo, o foco será direcionado à “contínua” expansão da Comgás, na reprodução da estratégia e na gestão da Comgás nas diversas distribuidoras da Commit (joint venture com a Mitsui, antiga Gaspetro).

“Cosan chegou a avaliar operações, de equity e IPOs de Compass e Moove” — Marcelo Martins

Na Rumo, de logística, a estratégia é seguir ampliando capacidade para atender ao mercado crescente e concluir as obras da Malha Norte até Lucas do Rio Verde (GO), dentro custo e prazo previstos. Na Raízen, a meta é concluir a construção das oito plantas de etanol de segunda geração (E2G) e recuperar os resultados no segmento de distribuição de combustíveis no Brasil.

No negócio de distribuição de combustíveis, o aumento de 16% na oferta de diesel no mercado doméstico entre abril e junho, na comparação com os três meses anteriores, e a entrada de combustível importado a preços mais baixos levaram a fortes perdas com estoques pela distribuidoras no geral. “Foram 29 semanas consecutivas de queda de preço”, comentou o presidente da companhia, Ricardo Mussa.

Desde julho, porém, o diesel importado está mais caro que fornecido pela Petrobras, beneficiando distribuidoras, como a Raízen, que tem cotas superiores com a estatal. “Então, temos um trimestre com ganho de inventário, mercado mais enxuto e margens significativamente melhores do que no primeiro trimestre [do ano safra 2023/24].

Na Moove, de lubrificantes, a ambição é replicar o crescimento dos negócios nos Estados Unidos UA e na Europa, com rentabilidade. Para os próximos períodos, disse Guimarães, o lema para todos os negócios é execução, o que deve se refletir em “aumento significativo do Ebitda e retorno compatível ao atual ou maior”.

Segundo o vice-presidente de Estratégia Marcelo Martins, a Cosan chegou a avaliar algumas operações de equity, incluindo a oferta pública inicial de ações (IPO) da Compass e da Moove, mas não pretende tirá-las do papel neste momento – houve rumores de que a Rumo também emplacaria um follow-on.

“A gente não tem o menor desejo de gerar diluição à Cosan a preços que consideramos inadequados. Hoje, todos os nossos ativos são negociados a preços inadequados, o que nos dá oportunidade de recomprar [ações] e não vender”, observou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS PROMETE PASSAGENS AÉREAS A R\$ 200

Programa Voa Brasil foi anunciado no início do ano por Márcio França, antecessor de Silvio Costa Filho

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse nesta quarta-feira que pretende contar com o apoio de seu antecessor, Márcio França, para "construir juntos" o Voa Brasil. O programa anunciado no início do ano pelo titular da Pasta com a promessa de oferecer passagem aérea a R\$ 200 à parcela da população brasileira que não usa o transporte aéreo.

Outra frente para diminuir os preços da passagem é buscar a redução do custo das companhias aéreas com querosene de aviação (QAv). Ele ressaltou que 40% do bilhete aéreo está relacionado à compra de combustível para as aeronaves.

"O Brasil é um dos países que pagam um dos maiores custos de operação no mundo", disse Costa Filho, ao discursar na solenidade de transmissão de cargo de ministro.



Lula dá posse a Silvio Costa Filho como ministro de Portos e Aeroportos — Foto: Ricardo Stuckert/PR

"Vamos trabalhar de maneira coletiva para baixar o preço da passagem", disse o novo ministro, acrescentando que isso "é fundamental para o fortalecimento da aviação brasileira".

Presente na cerimônia, Márcio França recebeu cumprimentos do novo ministro. Ressaltou a "largueza" e "espírito público" do ex-governador de São Paulo na carreira política.

"Não estamos em carreira solo, estamos no time do presidente Lula", afirmou o novo ministro, atenuando o embate travado nos bastidores na troca de comando dos ministérios para acomodar o bloco do Centrão na base parlamentar do governo.

Sobre os investimentos em infraestrutura, o novo ministro disse ter "muita confiança" que serão viabilizados os R\$ 1,7 trilhões previstos no "Novo PAC", que deve gerar crescimento econômico nos próximos quatro anos. "Isso vai colocar o país entre os oito países mais desenvolvidos do mundo", destacou.

Sobre o setor de portos e aeroportos, o novo ministro disse que o ministério responde por investimentos de quase R\$ 70 bilhões nos próximos quatro anos.

Costa Filho ressaltou que mais de 98% das importações e exportações brasileiras passam pelos portos e que o Brasil conta com mais de 250 portos públicos e privados.

Falou do "grande potencial na agenda portuária, especialmente no Porto de Santos. Citou que a "maior obra do PAC" é o túnel do Guarujá, situado na região do litoral sul paulista. "Há mais de 100 anos essa obra é esperada".

Além disso, o ministro citou que o Brasil opera mais de 500 aeroportos e aeródromos.

"Não temos preconceitos com quem produz", disse Costa Filho em mensagem a agentes do mercado. Disse que espera contar com o setor privado para elevar o crescimento do PIB e gerar emprego e renda para a população.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

MÁRCIO FRANÇA MINIMIZA TROCA DE MINISTÉRIO, MAS FAZ DISCURSO SOBRE LEALDADE NA POLÍTICA

Ex-governador paulista deixou Portos e Aeroportos para ceder lugar ao Republicanos

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Presidente Lula dá posse a Márcio França em novo ministério — Foto: Ricardo Stuckert/PR

Ao discursar na troca de comando do Ministério de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB) minimizou, de forma indireta, o desgaste de ter que deixar o posto para abrir espaço para o partido Republicanos, que pertence ao bloco do centrão. O ex-governador de São Paulo não deixou, porém, de passar recado ao governo, também de forma indireta, ao falar sobre a importância de manter a "lealdade" nas relações políticas.

"Como todos sabem, a montagem de equipe é uma responsabilidade não com o presidente Lula, partido político ou algum grupo, mas com todas as pessoas que votaram e depositaram confiança em todos nós", disse França nesta quarta-feira (13), na solenidade de transmissão de cargo para o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE). "Todos sabem da importância que, para ter um governo mais eficiente, tem que ter uma grande base parlamentar", complementou.

França deixou o Ministério de Portos e Aeroporto para assumir uma nova pasta criada nesta quarta-feira: o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O PSB apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022. Além de França, o PSB ocupa a Justiça (Flávio Dino), além da vice-presidência com Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

A cerimônia de posse dos novos titulares do primeiro escalão foi fechada, sem acesso a jornalistas. Em vídeo divulgado pela Secretaria de Comunicação Social, Lula usou parte de seu discurso para elogiar França, a quem chamou de "companheiro de vida".

O político aproveitou a forte presença de políticos pernambucanos para contar a história da "madeira do Rosarinho", que é resistente aos ataques de cupins. "Na nossa atividade política, o cupim é qualquer coisa que não está relacionada à lealdade", afirmou França.

Ele disse que ficou "muito contente" em ver que dois jovens deputados assumiriam postos no primeiro escalão do governo na minirreforma ministerial para acomodar o Central. "São jovens, mas experientes parlamentares." No discurso, França voltou a falar da admiração e amizade que construiu com o pai do novo ministro Silvio Costa Filho.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

PP, DE FUFUCA, INSISTE EM CONTROLAR ARRECADAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS; PLANALTO E FAZENDA RESISTEM

Por Fabio Murakawa, Andrea Jubé e Renan Truffi, Valor — Brasília

O ministro do Esporte, André Fufuca (PP), disse nesta quarta-feira que conversará nesta semana com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre as atribuições de cada pasta na gestão das apostas esportivas. Segundo Fufuca, o assunto ainda não está totalmente definido.

O ministro falou a jornalistas ao sair da solenidade de posse do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), hoje, em Brasília. Fufuca tomou posse hoje também.

Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a Fazenda terá em sua estrutura uma secretaria responsável por gerir a arrecadação das apostas. O Ministério do Esporte, por sua vez, terá um órgão encarregado de fazer o "acompanhamento" dessas apostas e zelar pela "integridade" dos eventos esportivos.

"A gente, na verdade, vai debater com ele [Haddad] esta semana. Porque ali [na Fazenda] é uma secretaria que envolve arrecadação, fiscalização, outorga. Tem vários objetos lá dentro. A gente vai ver como é que vai ser o objeto em cada lugar", afirmou Fufuca.



André Fufuca (PP-MA) e o presidente Lula após nomeação para o Ministério do Esporte — Foto: Ricardo Stuckert/PR

A fala indica que o Centrão, representado por Fufuca, ainda não desistiu de ter controle sobre a administração do dinheiro arrecadado pelas apostas, quando a taxaço, que está sendo discutida no Congresso, entrar em vigor. Essa foi uma exigência do grupo liderado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nas negociações com o Planalto para tomar o controle do Ministério do Esporte.

A informação tanto no Planalto quanto na Fazenda, no entanto, é a de que o formato divulgado na véspera por Padilha é o que prevalecerá. Apesar disso, interlocutores de Haddad confirmam que ele deve de fato se encontrar com Fufuca nos próximos dias.

Lula assinou o termo de posse de Fufuca e de Costa Filho em uma solenidade fechada na manhã de hoje no Palácio do Planalto. Fufuca faz uma cerimônia de "investidura do cargo" no Ministério do Esporte às 18h30.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 13/09/2023

LULA DIZ ESTAR SATISFEITO COM TROCAS NO GOVERNO, PEDE 'CUIDADO' COM ESPORTE E FAZ ELOGIOS A MÁRCIO FRANÇA

Novo titular da pasta, então comandada por Ana Moser, tomou posse nesta quarta-feira
Por Renan Truffi, Valor — Brasília



Lula dá posse a Márcio França, em cerimônia acompanhada por Silvío Costa Filho, novo titular de Portos e Aeroportos — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quarta-feira (13) estar "muito satisfeito" com a montagem final da sua primeira reforma ministerial. Segundo ele, o momento é de "muita expectativa" no Brasil. Além disso, Lula pediu que o novo ministro do Esporte, deputado André Fufuca (PP-MA), tenha "cuidado" com o esporte brasileiro. O presidente fez ainda um aceno ao ministro do Empreendedorismo, Márcio França (PSB-SP), que assumiu a nova pasta após ser retirado do comando da pasta de Portos e Aeroportos.

"Estou muito satisfeito com a conclusão que nós chegamos na montagem do governo. Estamos vivendo um momento de muita expectativa no Brasil. Então o Fufuca tem que saber como está a questão do esporte. O esporte tem que ser muito porque não só gera muita oportunidade de trabalho, mas ele gera saúde nas pessoas se a gente souber trabalhar direitinho", disse Lula.

As declarações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) por meio de um vídeo editado da cerimônia de posse, que aconteceu na manhã desta quarta-feira (13), mas em reunião fechada, sem acesso à imprensa. Além de Fufuca, foram empossados Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) no Ministério de Portos e Aeroportos, e Márcio França.

Mais cedo, ao tomar posse como novo ministro do Esporte, Fufuca fez um aceno a Ana Moser, ex-titular da pasta, mas disse, em seguida, que a qualidade do esporte no país é "quase zero". Fufuca foi indicado pelo Centrão para representar o bloco partidário na Esplanada, o que acabou derrubando a ex-atleta da seleção brasileira de vôlei do cargo.

Ao falar de França, o presidente o chamou de "companheiro de vida". "O Márcio já é um companheiro de 40 anos de vida, de militância política. Esse ministério da Pequena Empresa eu, na verdade, tentei criar em 2010. Então, a vocês, boa sorte. O nosso lema é trabalhar, trabalhar, trabalhar porque é isso que faz o Brasil dar certo", disse o presidente.

O gesto foi feito depois que França e a cúpula do PSB demonstrarem irritação com a "dança das cadeiras". Isso porque o partido queria manter França à frente de Portos e Aeroportos já que, na prática, ele estava cuidando dos assuntos relacionados ao Porto de Santos, maior terminal portuário do país e que fica no berço eleitoral do ministro.

França foi substituído por Silvio Costa Filho, a quem Lula se referiu como "Silvinho". Ele disse que conhece bem o novo titular dos Portos, pois os dois são pernambucanos. "Eu conheço o Silvinho há bastante tempo porque sou pernambucano. Eu acho que você, Silvinho, tem tudo para ajudar a crescer muito. Você tem tudo para fazer um bom trabalho", afirmou o presidente.

Após tomar posse, Costa Filho tocou no tema da privatização do Porto de Santos. Ele defendeu que este assunto prescinde uma posição unificada do governo e, por isso, irá trabalhar contra a privatização do terminal de Santos. Apesar disso, o novo ministro disse que irá conversar com o setor produtivo sobre o assunto.

A defesa de Costa Filho vai na contramão de uma promessa de campanha do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que é seu companheiro de partido.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 13/09/2023

POSSE RESERVADA DE FUFUCA E COSTA FILHO IRRITA CENTRÃO, QUE VÊ LULA ENVERGONHADO COM ALIANÇA

Presidente optou por encontro fechado para formalizar ingresso de nomes do PP e do Republicanos na Esplanada

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto, Valor — Brasília



Lula em cerimônia de posse de Fufuca, Costa Filho e Márcio França — Foto: Ricardo Stuckert/PR

Ainda que evitem fazer críticas públicas, lideranças do centrão não escondem a irritação com a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de empossar em cerimônia reservada os ministros André Fufuca (PP), no Esporte, e Silvio Costa Filho (Republicanos), em Portos e Aeroportos. A posse ocorreu nesta quarta-feira (13) no

Palácio do Planalto.



Para integrantes do bloco, a postura de Lula indica que, apesar de ter cedido e contemplado as legendas com espaços no primeiro escalão, ele tenta evitar uma associação pública ao grupo. Com a reforma ministerial, o governo espera ampliar a base aliada no Congresso. As mudanças custaram a demissão de Ana Moser, do Esporte, e a transferência de Márcio França (PSB) para um novo ministério.

Em caráter reservado, um dos expoentes do centrão pontua que é como se o petista estivesse “envergonhado” de ter escalado dois nomes do bloco para compor a Esplanada.

Parlamentares demonstraram irritação porque “esses momentos de posse sempre são grandes solenidades, como uma deferência aos escolhidos para ocupar o primeiro escalão”.

Além disso, a cerimônia reservada foi interpretada como um sinal de que o petista “não tem tanta disposição assim” em ceder mais em troca de votos que já estão com ele.

Antes mesmo da reforma ministerial, líderes do centrão reconheciam que as mudanças não trariam novos votos a favor do governo no Congresso. Apenas evitariam que os parlamentares que já votam alinhados com o Palácio do Planalto deixassem de fazê-lo.

Caixa na mira

Ainda que vejam Lula resistente a novas mudanças, lideranças do centrão, especialmente do PP, dão como certa a substituição de Rita Serrano no comando da Caixa por um quadro da legenda.

Fontes apostam que a dança das cadeiras ocorra no banco nas próximas semanas e avaliam que isso pode conter a insatisfação do bloco com o Planalto. O PP deve receber o banco de “porteira fechada”, ou seja, com autonomia para mudar as 12 vice-presidências da instituição financeira.

Com isso, poderia contemplar nomes do PP e de siglas aliadas que o ajudaram a ser reconduzido ao comando da Casa, como o Republicanos e o União Brasil.

Lula chegou a demonstrar resistência em ceder alguns postos estratégicos do banco, mas estaria mais disposto a negociar e o martelo deve ser batido em uma nova conversa que o presidente terá com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Antes mesmo da reforma ministerial ser concluída na semana passada, Lira teria recebido o aceno de que poderia definir as mudanças na Caixa. O gesto, aliás, teria sido determinante para destravar as negociações para as mudanças no primeiro escalão.

Ainda que quadros do PP como Margarete Coelho e Gilberto Occhi já tenham aparecido no banco de apostas como possíveis substitutos de Serrano, Lira já os teria descartado. Ele teria afirmado a aliados que dará preferência por alguém com experiência no setor.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

É UM SINAL DE DEBILIDADE A OPOSIÇÃO IR PARA O GOVERNO, DIZ PRESIDENTE DO PSB

Partido comandado por Carlos Siqueira foi um dos afetados nas negociações para acomodar o Centrão

Por César Felício, Valor — Brasília

O nome "Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte" foi a última de uma série de derrotas do PSB na minirreforma ministerial feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Instantes antes de ser divulgada a edição da medida provisória que criou o 38º posto na Esplanada dos Ministérios, que manterá no primeiro escalão o ex-ministro de Portos e Aeroportos Márcio França, o presidente nacional da sigla, Carlos Siqueira, afirmava que o partido

pedirá a Lula para a nova pasta se chamar "Ministério da Economia Criativa, do Empreendedorismo e do Cooperativismo".



Carlos Siqueira durante reunião da Comissão Executiva Nacional do PSB — Foto: Sérgio Dutti/PSB

A questão da nomenclatura não é um simples detalhe. Uma das grandes preocupações do partido, conforme disse Siqueira ao Valor, era que a nova pasta de Márcio França recebesse uma estrutura que fosse além da Secretaria Nacional de Micro e Pequenas Empresas, hoje no organograma do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Geraldo Alckmin, vice-presidente da República.

Essa secretaria, segundo Siqueira, "é muito pequena". Ter um aceno à economia criativa e ao cooperativismo no nome da pasta sinalizaria um protagonismo maior de França em políticas de apoio a crédito para o setor privado e mais interface com o Congresso, onde há vários projetos de fomentos a esses temas.

De acordo com Siqueira, o partido sai agastado com o governo em razão da reforma ministerial. Considera que, se o propósito da mexida no Ministério que colocou Silvio Costa Filho no lugar de França era consolidar a base no Congresso, o resultado poderá ser inócuo. E sua realização, um gesto de fraqueza.

"É um sinal de debilidade a oposição ir para o governo, em qualquer país do mundo. O PP e o Republicanos não são da base do governo e se empenham para derrotar Lula em 2022, apoiaram a reeleição de Jair Bolsonaro. Os dirigentes desses partidos continuam dizendo que não apoiarão Lula. Isso pode gerar reação na sociedade", disse o presidente do PSB.

De acordo com Siqueira, a maior parte das bancadas desses partidos já vota com o governo desde o início do ano e não iria mudar de comportamento caso Lula não fizesse a reforma. "O que isola o bolsonarismo é gestão, não é entregar Ministério para o Centrão", disse.

A possibilidade de um rompimento, contudo, jamais foi cogitada. "A democracia no Brasil saiu da UTI, mas não saiu do hospital. Continua em risco. É preciso que este governo dê certo", disse Siqueira. O risco em questão, de acordo com o dirigente, é o surgimento de uma nova liderança da extrema-direita que substitua o ex-presidente Jair Bolsonaro, declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O PSB vive um momento de encolhimento político, embora tenha elegido Alckmin vice-presidente, na chapa de Lula. O partido perdeu em 2022 o governo de Pernambuco, onde tinha hegemonia desde 2006. Sua votação para a Câmara dos Deputados caiu de 5,2 milhões para 4,2 milhões de votos e a bancada despencou de 32 para 14 parlamentares eleitos. O resultado poderia ser ainda pior, segundo Siqueira, se o partido tivesse fechado acordo com o PT para entrar em uma federação partidária. Além de França e Alckmin, o PSB conta ainda com o ministro da Justiça, Flavio Dino.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

PSB NEGOCIA TURBINAR MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DIZ MÁRCIO FRANÇA

"Com o presidente Lula, eu aceitaria qualquer função dessas que têm importância", afirmou o político que deixou o ministério dos Portos e Aeroportos para assumir pasta recém-criada

Por Renan Truffi, Valor — Brasília

O novo ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França (PSB-SP), disse nesta quarta-feira que seu partido, o PSB, ainda está negociando com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre quais secretarias e assuntos a nova pasta poderá assumir. Segundo ele, apesar de a medida provisória (MP) que cria a estrutura já ter sido publicada de maneira enxuta, o PSB ainda está discutindo "turbinar" as atribuições do ministério. Um exemplo seria a pasta assumir o controle do Sebrae, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

"Nosso partido fez uma proposta para incluir alguns assuntos que não estão na medida [provisória] original. Como o presidente queria fazer as três posses [dos ministros] de forma concomitantemente, ele fez uma MP mais simples, mas depois disso [outras secretarias] serão agregadas. Hoje foi publicado apenas o cargo de ministro e de secretário-executivo, se eu não me engano. Como é um desmembramento de outro ministério, os cargos já existem, não é tão relevante. O orçamento também já existe, o que a gente precisava fazer é a nomeação, então o presidente fez a MP para poder dar posse aos três juntos que é o que ele queria", disse França.

Em seguida, França tentou minimizar a possível negociação para que o Sebrae fique sob seu controle. "A gente não tem isso [Sebrae] confirmado. Essas entidades são estatais puras, são empresas do serviço S, então têm regras diferentes. Já está certo que o tema tem a ver [com o ministério], mas o controle [do Sebrae] não é tão relevante assim", emendou.

Márcio França demonstrou não estar atualizado sobre o nome final da pasta, mas negou que tenha ficado irritado com sua mudança do Ministério de Portos e Aeroportos para a nova estrutura. Segundo ele, durante a cerimônia de posse, Lula teria dito que a criação da pasta do empreendedorismo era um sonho antigo do presidente da República.



Marcio França — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

"No final acho que nem entrou micro [no nome do ministério]. O presidente [Lula] lembrou que essas empresas [micro e pequenas] têm hoje mais de 50% do PIB, mas têm muita dificuldade para financiamento e não tem a quem recorrer. As empresas grandes vão ao MDIC. Era um sonho antigo dele [Lula]. Ele tinha feito essa proposta para o Paulo Okamoto cuidar, depois veio Guilherme Afif Domingos e depois esse assunto diluiu", contou.

Em seguida, o ministro disse que Lula fez uma analogia futebolística para explicar a necessidade de mudá-lo de pasta. "Da nossa parte, eu tinha dito que qualquer fosse a incumbência que ele nos desse, desde que o partido aceitasse, eu aceitaria. Com o presidente Lula, eu aceitaria qualquer função dessas que têm importância porque nós fazemos parte de um time só. A posição que cada um joga não tem muita relevância se o time estiver unido. O Brasil [Seleção brasileira] ontem fez um gol no final [em jogo das eliminatórias] e foi vitorioso, o presidente citou isso", contou.

Por fim, França defendeu que os novos ministros do Esporte, André Fufuca (PP-MA), e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), vão ajudar o governo a ter maioria no Parlamento. "O governo tem que ter maioria no Parlamento e facilidade para governar. A chegada de dois parlamentares com experiência, com disposição, com bases parlamentares fortes, vai nos ajudar como um todo. E, claro que pra ter uma economia pujante, é preciso ter base parlamentar para nos sustentar. Os dois representam suas bancadas. O presidente da Câmara [Arthur Lira] esteve aqui e certamente ajudou nessa engenharia", concluiu.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 13/09/2023

NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS DIZ QUE VAI TRABALHAR CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO TERMINAL DE SANTOS

Silvio Costa Filho é do mesmo partido do governador Tarcísio de Freitas, defensor da medida
Por Renan Truffi, Valor — Brasília



Lula dá posse a Silvio Costa Filho como ministro de Portos e Aeroportos — Foto: Ricardo Stuckert/PR

Após tomar posse, o novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), defendeu nesta quarta-feira (13) que privatização é um tema que implica uma posição unificada do governo e, por isso, irá trabalhar contra a privatização do Porto de Santos, principal complexo portuário brasileiro. Apesar disso, Costa Filho disse que irá conversar com o setor produtivo sobre o assunto.

A defesa de Costa Filho vai na contramão de uma promessa de campanha do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que é seu companheiro de partido. “O porto de Santos, o nosso desejo é de trabalhar pela não privatização. Mas vamos dialogar com o setor produtivo. Decisão portuária de privatização é decisão de governo. Vou ligar para o [Anderson] Pomini [diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos] para já a partir de amanhã ou sexta-feira fazemos uma reunião sobre o porto de Santos”, afirmou.

Costa Filho assume o ministério no lugar de Márcio França, deslocado para a nova pasta do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. As nomeações foram publicadas na edição desta quarta do Diário Oficial da União.

O novo titular de Portos e Aeroportos também disse que vai começar a trabalhar pela redução nos preços das passagens aéreas. Ele deve se reunir ainda nesta quarta, por exemplo, com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), para discutir, por exemplo, o preço do querosene de aviação no país. “Hoje à noite já temos uma reunião com o ministro de Minas e Energia, com o ministro do Turismo, para trabalhar ao lado as companhias aéreas para buscar uma redução no preço da passagem. Não é um desafio fácil, esse é um problema mundial hoje o custo das passagens.”

Por fim, o ministro demonstrou estar alinhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e endossou o argumento de que é preciso reduzir as taxas de juro no Brasil. “Vamos perseguir a redução da taxa de juros do Banco Central. Tudo isso dialoga com a agenda econômica do Brasil que passa pela infraestrutura de transportes, pela agenda de PPPs, de concessões, e Portos e Aeroportos é uma agenda estratégica para o país”, acrescentou.

“Precisamos mais do que nunca colocar na ordem do dia a agenda portuária e aeroportuária. A partir de hoje vamos ligar para todos os 27 governadores, falaremos com todos os prefeitos e prefeitas de capitais. Nosso gabinete, sob orientação do presidente Lula, estará à disposição das mais de 5 mil prefeitas e prefeitos do Brasil. Nosso papel, como deputado federal e agora como ministro é buscar o diálogo institucional entre o Executivo e o Parlamento brasileiro, para que, de maneira colaborativa, de maneira propositiva, a gente possa avançar na agenda econômica do Brasil.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

AGORA COM MINISTÉRIOS, PP E REPUBLICANOS VOTAM COM O GOVERNO LULA NA CÂMARA

Pela primeira vez, o governo obteve maioria na CCJ da Câmara dos Deputados e conseguiu adiar discussão de PEC que limita empréstimos internacionais do BNDES

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

Após a reforma ministerial que incorporou PP e Republicanos à Esplanada dos Ministérios, o governo Lula pela primeira vez obteve maioria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e conseguiu adiar nesta quarta-feira a discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que limite os empréstimos internacionais do BNDES.

O texto se tornou a principal dor de cabeça do governo na CCJ. A PEC faz com que os empréstimos dos bancos públicos controlados pela União precisem do aval do Congresso quando envolverem operações fora do Brasil e tem servido para a oposição atacar o PT ao lembrar os empréstimos para obras em Cuba e Venezuela que acabaram em calote.

O requerimento do deputado Mendonça Filho (União-PE) para inverter a pauta e fazer com que a reunião começasse com a discussão da PEC foi rejeitado nesta quarta-feira. Foram 28 votos a favor e 28 contrários. O desempate foi do presidente da CCJ, o deputado Rui Falcão (PT-SP), que decidiu manter a pauta original e colocar a PEC no meio da fila.

Apesar do empate, o placar mostrou uma virada para o governo. Na primeira votação, há três semanas, o requerimento do PT para tirar a PEC de pauta foi rejeitado por 45 votos a apenas 18 – mas a reunião foi encerrada por falta de tempo. Na semana seguinte, o mesmo pedido foi rejeitado por 39 votos a 20 e a oposição conseguiu avançar com o pedido de vista do parecer.



Dep. Arthur Oliveira Maia — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A expectativa da oposição era fazer a discussão e votar o parecer do deputado Arthur Maia (União-BA) hoje, mas a reforma ministerial teve seu peso. Nesta quarta-feira tomarão posse os deputados André Fufuca (PP-MA) como ministro do Esporte e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) como ministro dos Portos e Aeroportos.

Embora os partidos estejam assumindo cargos no governo, oficialmente o discurso é de que continuarão “independentes”. Na CCJ, contudo, a ocupação de cargos já fez efeito.

O deputado José Nelto (PP-GO) orientou pelo PP na CCJ e defendeu adiar a PEC. “Conversando com o Ministério da Indústria e Comércio, conversando com empresários, com o setor financeiro, corremos o risco de perder negócios no Brasil com outros países. Então, neste momento, oriento não”, disse. Nas duas semanas anteriores, ele e partido votaram contra os requerimentos do governo e do PT pelo adiamento.

O Republicanos também orientou contra a inversão da pauta, mas não justificou os motivos. Ao Valor, o deputado Aluísio Mendes (Republicanos-MA) disse que a sigla defende mudanças na PEC e votará também pela retirada de pauta “para dar mais tempo para discussão”. “Mas, no mérito, votaremos a favor”, afirmou.

A mudança de posição não foi suficiente para garantir todos os votos. Nelto votou contra a inversão da pauta, mas Gerlen Diniz (PP-AC) e Pedro Lupion (PP-PR) foram favoráveis. No Republicanos, foram três votos contra o requerimento e um, do deputado Luciano Zucco (RS), presidente da CPI do MST, a favor de discutir a PEC nesta quarta-feira.

Governistas atribuíram o placar também a maior articulação do Executivo na comissão. MDB, PSD e Podemos, que já tinham cargos no governo, mas estavam votando a favor da PEC, nesta quarta-feira se posicionaram contra a inversão de pauta.

Ao Valor, Mendonça reconheceu que o governo se mobilizou melhor nesta quarta-feira, mas lembrou que a derrota ocorreu por apenas um voto e sustentou que os deputados ainda querem obrigar o PT a dar mais transparência aos empréstimos internacionais utilizando bancos públicos. "O que ouvi de muitos parlamentares é que no mérito votam comigo, mas que nos requerimentos de obstrução eles dariam um voto ao governo", afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 13/09/2023

LÍDER DO REPUBLICANOS DIZ QUE NOMEAÇÃO DE SILVIO COSTA FILHO "ESTREITA" RELAÇÃO COM GOVERNO

Escolha, contudo, não altera independência do partido, aponta deputado Hugo Motta
Por Renan Truffi, Valor — Brasília



— Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O líder do Republicanos na Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), disse nesta quarta-feira que a nomeação do deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) como novo ministro de Portos e Aeroportos ajuda a "estretar" as relações entre a gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o partido, além de "estimular" os parlamentares a seguir auxiliando o governo em votações importantes, mas, por outro lado, não vai alterar a "postura de independência" da sigla no Congresso Nacional.

"Nós ajudamos em praticamente todas as pautas que foram votadas no primeiro semestre. A indicação de Silvio vem na esteira para estreitar essa relação como partido, para que o partido se estimule a seguir ajudando nas pautas que interessa ao governo, mas sem alterar essa nossa postura de independência, que nos traz ainda mais responsabilidades de estarmos a favor das pautas que são importantes para o país e ficarmos contrários aquilo que entendemos não ser bom para a população brasileira", disse Hugo Motta.

O deputado falou sobre o assunto ao chegar, ao Palácio do Planalto, para a assinatura do termo de posse do ministro, que será fechada à imprensa. Ele reiterou a nota pública do Republicanos, publicada há alguns dias, de que o partido não vai aderir formalmente à base do governo do PT, mas reconheceu "o gesto" e disse que a bancada do partido vê isso com "bons olhos".

"É um momento em que há do governo [Lula] esse gesto de aproximação. Enquanto líder [da bancada], posso garantir que o anúncio de Silvio Costa Filho foi muito bem recebido por nós [do Republicanos]. Essa posição [de independência] é pública e não vamos mudar, mas é obvio que quando o governo reconhece aquilo que o partido fez, ajudando nas pautas importantes até o dia de hoje, nós vemos com bons olhos e traz satisfação para bancada que quer dialogar e que quer estar mais próxima das pautas importantes para o país. Então vemos com bons olhos chegada de Silvinho ao ministério e [isso] traz comprometimento para nossa bancada. Vamos poder estreitar nosso dialogo a favor do país", emendou.

Por fim, o líder do Republicanos minimizou a decisão do Palácio do Planalto de dar posse aos novos ministros do Esporte, André Fufuca (PP-MA), e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), em cerimônia fechada, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, na posse do novo ministro do Turismo, Celso Sabino (União-PA).

"Não incomoda de maneira nenhuma. Cada momento tem sua particularidade. O deputado Silvio Costa já foi anunciado desde a última quarta-feira. Então agora o momento é de trabalho. A bancada está muito tranquila porque o convite para a transmissão de cargo foi feito para acontecer hoje à tarde, às 15h. Me parece que esta é uma posse mais fechada, com familiares do ministro e eu, enquanto líder da bancada, estou aqui para representar os parlamentares", concluiu.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

GOVERNO PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA QUE CRIA O 38º MINISTÉRIO DA GESTÃO LULA

Márcio França comandará o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Por Renan Truffi, Valor — Brasília



Ministro Márcio França, ex-titular de Portos e Aeroportos
— Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

O governo Luiz Inácio Lula da Silva publicou, nesta quarta-feira (13), uma Medida Provisória que estabelece a criação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, cujo comando ficará a cargo de Márcio França (PSB-SP), ex-titular da pasta de Portos e Aeroportos. Com isso, a gestão petista passa a ter agora 38 ministérios, o maior número desde a redemocratização.

A MP precisa agora ser aprovada no Congresso Nacional, que tem 60 dias para analisar a medida, mas pode prorrogar as discussões por 60 dias adicionais. De acordo com a MP, a nova pasta será criada a partir de um desmembramento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que, até então, tinha a atribuição de cuidar da microempresa e do empreendedorismo no Brasil. O MDIC é comandado hoje pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, cujo partido é o mesmo de Márcio França.

O texto da medida também estabelece que a pasta de França ficará responsável por "políticas, programas e ações de apoio ao empreendedorismo, à microempresa, à empresa de pequeno porte; ao artesanato e ao microempreendedor". Além disso, o novo ministro terá a responsabilidade de criar políticas "de apoio à formalização da microempresa e da empresa de pequeno porte" e de "incentivo e promoção de arranjos produtivos locais".

Na mesma MP, o governo incluiu um artigo que cria a Secretaria de Serviços Compartilhados, que estará dentro da estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, comandado por Esther Dweck. De acordo com o texto, essa nova secretaria está recriada a partir da antiga Secretaria de Gestão Corporativa, estrutura que estava ligada ao antigo Ministério da Economia durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"A Secretaria de Serviços Compartilhados atenderá às demandas administrativas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério dos Povos Indígenas, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e Orçamento, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", diz o texto da MP.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023

LULA DÁ POSSE A MINISTROS DO CENTRÃO HOJE, MAS OPTA POR ENCONTRO FECHADO

Expectativa é que, durante a nomeação de ambos, Lula pose para a foto com os dois novos ministros, o que não aconteceu na semana passada, quando o Palácio do Planalto finalmente oficializou a escolha deles

Por Renan Truffi, Valor — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva dará posse aos novos ministros do Esporte, André Fufuca (PP-MA), e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), nesta quarta-feira. O encontro entre o presidente e seus novos auxiliares está previsto para esta manhã, mas em reunião fechada; portanto, sem acesso à imprensa. A expectativa é que, durante a nomeação de ambos, Lula pose para a foto com os dois novos ministros, o que não aconteceu na semana passada, quando o Palácio do Planalto finalmente oficializou a escolha deles.

Fufuca e Costa Filho são indicados do Centrão, o poderoso bloco partidário que controla a Câmara dos Deputados e é ligado ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). A agenda presidencial também prevê que, na mesma reunião, Lula irá receber Márcio França (PSB-SP), que era ministro de Portos e Aeroportos, mas agora será deslocado para o novo Ministério da Micro e Pequena Empresa. Apesar de ter aceitado a "dança das cadeiras", França teria ficado insatisfeito com a mudança de cargo.

Sobre isso, ministros do PT admitiram de reforma reservada ao Valor, na semana passada, um sentimento de "alívio" com a decisão de França de permanecer no governo, mesmo após ele ser deslocado de pasta. Isso porque, segundo integrantes do governo, a irritação do ministro levou a cúpula do PSB a cogitar um desembarque da base petista, o que acabou não acontecendo.

O mal-estar entre ele e o presidente Lula ficou evidente no último dia 7 de setembro, quando os dois compareceram ao desfile do Dia da Independência da República. Durante todo o evento, o ministro do PSB permaneceu distante de Lula, mesmo quando todos os auxiliares se aproximaram da beira do palanque para assistir a apresentação da esquadriha da fumaça.

Tanto Fufuca quanto Costa Filho também realizarão cerimônias de posses na tarde de hoje, mas em seus respectivos ministérios. Não está prevista a ida do presidente Lula a nenhum dos dois eventos. Por conta disso, quem deve marcar presença nesses atos é o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, Alexandre Padilha (PT), que negociou a adesão do Centrão ao governo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/09/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

GERAÇÃO EÓLICA NO MAR PODE ACELERAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL

Fonte renovável ampliará capacidade do país em 3,6 vezes, estima CNI

Por Bruno de Freitas Moura - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

Em algumas regiões do país, mais notadamente nas dunas do Nordeste, grandes turbinas eólicas fazem parte da paisagem. Essas espécies de ventiladores gigantes são geradoras de energia elétrica a partir da força dos ventos. Se depender do que aponta uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), essas estruturas vão ser mais comuns também na paisagem marítima, com usinas eólicas offshore (fora de terra firme), com a vantagem de explorar ventos mais constantes e com maiores velocidades.

Essa nova fronteira de geração de energia limpa pode fazer o Brasil aumentar em 3,6 vezes a capacidade total de produção de energia elétrica e potencializar a transição para um mundo com cada vez mais combustíveis renováveis.

O cenário é traçado pelo estudo Oportunidades e Desafios para Geração Eólica Offshore no Brasil e a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), lançado nesta terça-feira (12), em Brasília, no evento Diálogo Pré-COP 28: O Papel da Indústria na Agenda de Clima.

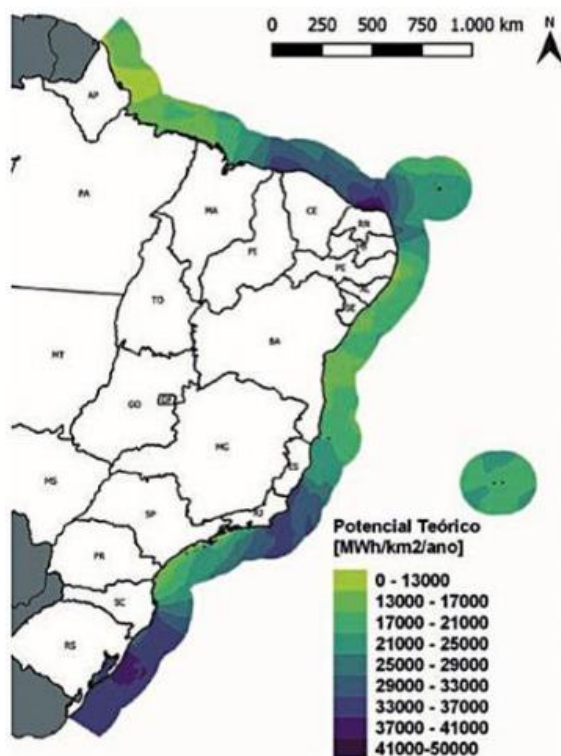
O encontro tem a participação de representantes do setor produtivo, governo e sociedade civil para debater assuntos da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP), que será realizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos, entre 30 de novembro e 12 de dezembro.

Potencial de geração

De acordo com o estudo, em 2021, o mundo tinha capacidade instalada para a geração de 55,9 gigawatt (GW) por meio de usinas eólicas offshore, basicamente na China e na Europa. A estimativa é que o parque eólico offshore global alcance o patamar de 260 GW em 2030 e 316 GW dez anos depois. Para isso, estão previstos investimentos de até US\$ 1 trilhão.

O levantamento da CNI aponta que o Brasil tem grande potencial ainda inexplorável com capacidade de chegar a 700 GW, ou seja, 3,6 vezes a capacidade total de energia elétrica já instalada e conectada ao Sistema Interligado Nacional (194 GW). Porém, o estudo não indica quando o Brasil alcançará esse patamar. Até 30 de agosto, havia no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) 78 pedidos de licenciamento para usinas eólicas no mar, somando potencial de geração de 189 GW.

Mapa do potencial teórico de geração de energia elétrica com fonte eólica offshore no Brasil



Mapa do potencial teórico de geração de energia elétrica com fonte eólica offshore no Brasil - Fonte: CNI



Transição energética

A inclusão dessa energia limpa na matriz energética brasileira é vista como ponto primordial para o Brasil perseguir o Acordo de Paris - tratado sobre mudanças climáticas assinado por 195 países e adotado em 2015. Nele, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 50% até 2030, tendo como base as emissões de 2005. Além disso, no ano passado, o país assumiu o compromisso de alcançar emissões líquidas neutras até 2050, ou seja, não contribuir para o efeito estufa, tanto diminuindo as emissões, quanto capturando carbono da atmosfera.

“A eólica offshore vem para somar rumo a essa expansão de renováveis e com o objetivo de manter a matriz energética elétrica do Brasil cada vez mais limpa e sustentável”, avalia o gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo.

O levantamento identificou que as regiões do litoral brasileiro com maior potencial para a geração estão na costa nordestina, entre Piauí, Ceará e no Rio Grande do Norte; entre os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, no Sudeste; e na Lagoa dos Patos, litoral do Rio Grande do Sul.

Hidrogênio verde

Se o Brasil viabilizar a geração de todo o potencial apontado no estudo da CNI, o país terá excesso de energia. Além de deixar a matriz energética mais limpa e sustentável, haverá a chance de vender o superávit para outros países, assim como avançar na chamada economia do hidrogênio de baixo carbono.

O hidrogênio verde, como também é conhecido, é produzido a partir das fontes renováveis de energia, como a eólica, e pode ser utilizado como combustível em setores intensivos de consumo energético, como o petroquímico, siderúrgico e de cimento. Outra utilização do hidrogênio verde é na fabricação de fertilizantes, produto muito importado pelo Brasil.

Como o hidrogênio tem grande desempenho comparado às baterias convencionais utilizadas na indústria de veículos elétricos, pode ganhar cada vez mais escala na nova indústria automotiva.

Outra característica do hidrogênio é a capacidade de poder armazenar energia. Isso permitiria ao sistema de geração e transmissão de energia elétrica do país manejar mais adequadamente a oferta de acordo com a demanda. De acordo com a CNI, isso reforça a ideia de que a economia do hidrogênio de baixo carbono é potencial consumidora do combustível limpo gerado pelas eólicas.

Competidor global

O fato de o Brasil ser visto pela CNI como forte competidor no mercado global de energia eólica offshore fez com que a confederação tratasse o tema como prioridade no plano de retomada da indústria, apresentado ao governo federal neste ano.

“A consolidação dessa cadeia de valor no Brasil pode impulsionar a economia e facilitar a retomada da industrialização. Além de oferecer uma fonte de energia limpa e renovável, o setor deve gerar empregos, estimular o desenvolvimento tecnológico e científico, reduzir a dependência de fontes não renováveis e colaborar para a segurança energética do país”, diz o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A possibilidade de exportar o hidrogênio verde para outros países, especialmente do Hemisfério Norte, é um dos fatores que favorecem a instalação de eólicas offshore na costa norte nordestina, pela proximidade de portos que fariam esse comércio.

“A vocação principal da região Nordeste para produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados seria para exportação para o continente europeu. A distância entre o Porto do Pecém (São Gonçalo do Amarante-CE) e o Porto de Rotterdam, na Holanda, é cerca de 7,5 mil quilômetros ou de nove dias por transporte marítimo”, cita o documento.

Licenciamento



Quando o assunto é licenciamento ambiental, são levadas em conta questões como processos migratórios de aves e espécies marinhas. A CNI acrescenta preocupações com os múltiplos usos do espaço oceânico, como pesca, navegação, turismo e a extração de óleo e gás. O documento explica que a complexidade logística e os custos associados à instalação e à manutenção de parques eólicos offshore requerem aportes significativos e um ambiente regulatório favorável.

O Decreto 10.946, de janeiro de 2022, regulamenta a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas da União para o desenvolvimento da energia elétrica a partir de empreendimento offshore. Mas, segundo a CNI, não é suficiente para trazer segurança jurídica aos investidores. A confederação lembra que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que regulamenta o modelo de cessão de áreas, a cobrança de outorgas e os critérios para a realização dos leilões, como funciona na indústria do petróleo.

Davi Bomtempo defende a criação de um marco regulatório das eólicas offshore. “É importante para orientar todo o desenvolvimento dessa atividade.”

Experiência no offshore

A CNI observa que a tendência é que os projetos de geração eólica offshore sejam implementados em locais cada vez mais distantes da costa, o que representa desafios e oportunidades para empresas que atuam no mercado de óleo e gás no Brasil, “devido a sua expertise em operações realizadas em águas profundas”.

A Petrobras indica ter interesse nesse desafio. Em março, a estatal firmou uma parceria com a multinacional norueguesa Equinor para avaliar sete projetos de eólica offshore no Brasil, com potencial para gerar até 14,5 GW.

“Esse acordo vai abrir caminhos para uma nova fronteira de energia limpa e renovável no Brasil, aproveitando o expressivo potencial eólico offshore do nosso país e impulsionando nossa trajetória em direção à transição energética”, disse à época o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

*Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 13/09/2023*

CONGRESSO REDUZIU ESPAÇO PARA CASHBACK NA REFORMA TRIBUTÁRIA, DIZ APPY

Segundo secretário, nova tributação sobre consumo beneficiará pobres
Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

As exceções instituídas pelo Congresso Nacional reduziram o espaço para a devolução parcial de tributos pagos pelos mais pobres sobre a cesta básica, disse nesta terça-feira (12) o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ele, no entanto, disse que o mecanismo, chamado de cashback, poderá ser instituído, mesmo que em escala menor que o originalmente previsto.

“Ao optar por fazer desoneração da cesta básica e de outros produtos, o Congresso Nacional, vamos ser bem claros, reduziu o espaço para fazer o cashback. Não quer dizer que não terá. Existe a possibilidade de ter o cashback, mas ele certamente será menor do que poderia ser”, afirmou o secretário no seminário Tributação e Desigualdades no Sul Global: Diálogos sobre Justiça Fiscal, promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela organização Oxfam Brasil.

Durante a tramitação da reforma tributária na Câmara, os deputados incluíram uma série de bens e de serviços que pagariam metade da alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Adicionado Dual (IVA Dual), como cesta básica, insumos para a agropecuária e serviços de educação e saúde privadas. Posteriormente, essa alíquota foi reduzida para 40% da alíquota padrão, com a criação de uma cesta básica nacional com alíquota zero.



Com as exceções, a alíquota padrão do IVA ficará entre 25,45% e 27%, segundo cálculos apresentados pelo Ministério da Fazenda no início de agosto, para que o governo não perda arrecadação. Sem elas, a alíquota padrão ficaria entre 20,73% e 22,02%, considerando o cenário original da reforma tributária.

“O ideal seria ter uma reforma que tributasse tudo por igual e ter um volume muito grande de recurso para poder fazer essa devolução do imposto para as famílias de menor renda, porque teria um impacto distributivo extremamente positivo”, comentou o secretário extraordinário, ao sugerir menos exceções.

A ideia inicial da reforma tributária era incluir o cashback para pobres na Constituição, mas, durante a tramitação, o Congresso decidiu que o sistema de devoluções será definido em lei complementar. O cashback poderia ter como base o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido na nota fiscal, com o valor da compra e a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) sendo cruzadas para autorizar a devolução. Em locais remotos, sem acesso à internet, poderia ser adotado um sistema de transferência direta de renda complementar ao Bolsa Família.

Ganhos

Em relação à reforma tributária sobre o consumo, o secretário extraordinário ressaltou que os ganhos não se limitam às famílias de baixa renda. Além de reduzir a tributação sobre o consumo, que onera a parcela mais pobre da população proporcionalmente à renda, a reformar ampliará a tributação dos serviços, tradicionalmente consumidos pelos mais ricos.

Apy apontou mais dois ganhos trazidos pela reforma tributária sobre o consumo. O primeiro é o aumento da arrecadação em estados menos desenvolvidos por causa do aumento do consumo da população de baixa renda. O segundo é o crescimento de 12 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) em 15 anos, proporcionado pela simplificação do sistema tributário.

Offshores

Segundo o secretário, o projeto de lei que tributa as offshores (investimentos de brasileiros em empresas no exterior) e a medida provisória que antecipa o Imposto de Renda de fundos exclusivos são importantes para diminuir a desigualdade no sistema tributário. A mera adoção de um sistema mais isonômico de tributação, destacou Apy, traz efeitos positivos na distribuição de renda.

Em relação à reforma dos tributos sobre a renda, que envolverá medidas mais amplas que a tributação das offshores e dos fundos exclusivos, o secretário informou que a proposta será enviada ao Congresso no fim do ano ou no começo do próximo. Apy explicou que o governo decidiu iniciar as discussões sobre o tema apenas após a conclusão da reforma sobre o consumo, que deve ser votada em outubro pelo Senado e voltar à Câmara para ser apreciada novamente até dezembro.

O texto aprovado pelos deputados em junho estipula que o governo envie um projeto de lei complementar para reformular os tributos sobre a renda até 180 dias após a promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda os tributos sobre o consumo.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 13/09/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

AGENTES APROVAM DISCURSO DE CONTINUIDADE E MONITORAM POSSIBILIDADE DE OUTRAS TROCAS NO MPOR

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 13/09/2023 - 20:22



Fachada do MPor - Foto: Vosmar Rosa (Divulgação Ministério dos Transportes)

Associações setoriais avaliam que ainda é cedo para perceber sinalizações sobre substituições em cadeiras importantes da pasta, como na Secretaria de Portos e nas autoridades portuárias. Entidades pretendem apresentar, nas próximas semanas, temas mais urgentes e relacionados à estabilidade jurídica e regulatória

Agentes setoriais consideram positiva a sinalização de que o novo ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, dará continuidade aos projetos e ações iniciados na gestão do ex-ministro da pasta, Márcio França. Durante a transmissão de cargo, nesta quarta-feira (13), Costa Filho, prometeu diálogo com o setor produtivo e uma agenda voltada para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e políticas para fomentar o transporte hidroviário. Ele também destacou a obra da ligação Santos-Guarujá e afirmou que não há interesse em privatização da autoridade portuária santista. A avaliação, no entanto, é que ainda é cedo para perceber quais serão as mudanças no ministério e nas autoridades portuárias.

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) espera a oportunidade de uma primeira reunião presencial com o novo ministro para detalhar as principais pautas do setor, que já foram apresentadas à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). O diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, contou à Portos e Navios que, num primeiro contato por telefone há alguns dias, Costa Filho demonstrou receptividade à agenda, que ainda será aprofundada nos próximos meses. Recentemente, a ABTP contratou uma consultoria para elaboração de propostas voltadas para aumentar a segurança jurídica e trabalhar políticas de Estado para o setor portuário. Silva frisou que umas das pautas mais urgentes para destravar investimentos privados é a prorrogação do Reporto.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, também avalia que o atual ministro fez um discurso com uma agenda positiva de valorização do setor e, principalmente, de continuidade de alguns projetos importantes iniciados pelo ex-ministro Márcio França. A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) destacou que o novo chefe do MPor recebeu amplo apoio de autoridades do país e do setor e terá a missão de comandar políticas públicas para um setor vital para o desenvolvimento do comércio exterior e para o crescimento da economia brasileira.

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) também espera manter diálogo aberto e produtivo com o novo ministro. A associação, que representa 33 empresas de grande porte e congrega 61 terminais de uso privado (TUPs), ressaltou, em nota, que a participação de Costa Filho na Frente Parlamentar dos Portos Nacionais e Transportes Aquaviários contribui para que ele tenha mais sensibilidade aos temas setoriais.

As associações observaram ainda que a cerimônia de transmissão de cargo realizada hoje foi bastante prestigiada, com a presença do vice-presidente, Geraldo Alckmin, além de ministros, autoridades, lideranças empresariais e trabalhistas. Uma das expectativas da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL) é que a nova gestão mantenha a participação de profissionais experientes e observe indicações técnicas.

O presidente da diretoria-executiva da ABTL, Carlos Kopittke, destacou a necessidade de o novo ministro conseguir reduzir e simplificar o estoque regulatório no intuito de munir o setor de instrumentos para realizar os investimentos com segurança jurídica e regulatória, garantindo o respeito aos contratos. "A julgar pelo evento extremamente concorrido, a expectativa pelas ações do ministro Silvio são enormes. Temos certeza de que, com todo esse apoio, o ministro terá uma grande atuação atendendo os principais anseios da comunidade portuária", comentou.

Com a minirreforma ministerial, especulada nos últimos dois meses, representantes do setor se questionaram se o novo ministro dará continuidade às políticas públicas em andamento. Para a Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros, até o momento, o Palácio do Planalto deu plena autonomia ao novo ministro para realizar mudanças no comando das autoridades portuárias e na Infraero, ambas vinculadas ao MPor. A Feaduaneiros observa que essas estatais abrangem um total de 27 cargos de diretoria, além das posições em conselhos de administração e conselhos fiscais.

O presidente da Feaduaneiros, José Carlos Raposo Barbosa, considera natural que o novo ministro leve um tempo conduzindo uma avaliação dos atuais ocupantes de cargos e as políticas públicas em voga. “Sabemos que o mercado é volátil, o ex-ministro Márcio França deixou um bom cenário político, fez boas indicações e acredito que também terá sucesso em sua nova jornada”, comentou. A federação vê em Costa Filho um perfil de bom administrador e articulador. “Com oito meses do início do governo, uma troca como esta realmente causa preocupações, é comum termos incertezas e receios nas interrupções de projetos em andamento. No entanto, espero que o novo chefe da pasta dê continuidade aos projetos mais estratégicos nos primeiros meses de sua gestão e apareça com novas propostas em breve”, concluiu Barbosa.

A Associação Brasileira dos Usuários de Transportes e da Logística acredita que a estrutura atual precisa ser mantida, principalmente o secretário nacional de portos e transportes aquaviários (Fabrizio Pierdomenico), para que não haja perda de tempo com mudanças de cargos técnicos, o que atrasaria a resolução de problemas do setor. A Logística Brasil também torce para que o novo chefe da pasta não faça mudanças nas autoridades portuárias.

A avaliação da Logística Brasil é que os usuários não têm sido foco das políticas públicas e que a categoria carece de segurança jurídica, principalmente em relação ao que considera um ‘oligopólio pesado’ no segmento de transporte marítimo de contêineres. “Desejamos que o novo ministro desempenhe um bom trabalho e que conduza políticas públicas para o setor, olhando para os usuários donos de cargas, e não para os prestadores de serviços”, comentou o diretor-presidente da Logística Brasil, André de Seixas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 13/09/2023

ARTIGO - OMNISHORING: POR QUE O BRASIL DEVERIA CONSIDERAR ESSA TENDÊNCIA?

Por Eric Brenner OPINIÃO 13/09/2023 - 17:45



Durante a pandemia de Covid-19, muitas empresas sofreram para manter ativas suas cadeias de suprimentos. Diversos eventos, como bloqueios de produção e atividades portuárias na China, escassez de contêineres e congestionamentos marítimos, paralisaram muitas operações ao redor do mundo. Além disso, recentes conflitos geopolíticos e questões econômicas globais, como a inflação em alta e a desaceleração da demanda, contribuíram para a complexidade desse cenário.

Passada a pandemia, é fundamental listar as lições aprendidas e considerar soluções inovadoras para garantir a resiliência da logística global.

Uma delas, que já está sendo adotada em alguns países, é o chamado omnishoring. Trata-se de uma estratégia que envolve a transferência de parte da produção de fábricas offshore para países geograficamente mais próximos dos mercados onde os produtos serão consumidos.

Essa tendência promete não apenas facilitar o movimento de mercadorias, mas também reduzir os custos de transporte e evitar potenciais obstáculos sanitários e regulatórios que possam surgir em países distantes, especialmente em situações adversas como vimos nos últimos anos.

Vejo que o Brasil tem uma oportunidade única de aproveitar essa tendência e atrair uma parte importante da cadeia de fornecimento das empresas globais.

O País pode se beneficiar das projeções otimistas da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que estima um considerável investimento privado de R\$ 124,3 bilhões em transporte e logística entre 2022 e 2026.

Do ponto de vista estratégico, o Brasil tem vantagens significativas para atrair empresas globais. A infraestrutura do Brasil, incluindo suas rodovias, costa marítima e questões aéreas, é mais favorável para a logística em comparação com outros países sul-americanos. O investimento em fontes de energia limpa e renovável também é uma preocupação fundamental do País, o que está alinhado com a crescente demanda por sustentabilidade e responsabilidade ambiental, refletida na agenda ESG adotada pelas empresas.

Entre os setores industriais que têm aderido ao omnishoring e poderiam se beneficiar da atração para o Brasil, destaco a indústria manufatureira. Além disso, setores como tecnologia da informação, varejo, saúde, farmacêutica e indústria automotiva também podem encontrar no Brasil um ambiente propício para inovação e crescimento.

Diante desse contexto, sou otimista em relação à resiliência do comércio global a longo prazo e acredito que as empresas precisam estar preparadas e bem posicionadas para apoiar seus clientes em um mundo em constante mudança. Portanto, acredito que o Brasil deve estar pronto para aproveitar as oportunidades do movimento de omnishoring, impulsionando a economia com negócios e iniciativas inovadoras.



Autor Eric Brenner é CEO da DHL Global Forwarding (DGF) no

Brasil

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/09/2023

NEOENERGIA E GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE ASSINAM MEMORANDO PARA PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE

Da Redação OFFSHORE 13/09/2023 - 17:40



A Neoenergia e o Governo do Rio Grande do Norte assinaram nesta terça-feira (12) um memorando de entendimento (MoU, na sigla em inglês) para o desenvolvimento de estudos para a produção de geração eólica offshore na região litorânea do estado. O acordo também contempla ações de mútua cooperação e intercâmbio que envolvem aspectos socioeconômico, ambientais, técnicos e de natureza regulatória.

“Essa é mais uma parceria que está alinhada à estratégia da Neoenergia. Somos protagonistas da transição energética no

Brasil. Acreditamos que as novas oportunidades de negócios sejam pautadas pela descarbonização, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias para geração de uma energia limpa, segura e confiável”, afirmou o diretor de Hidráulica e Offshore da Neoenergia, Marcelo Lopes.

Marco regulatório – O executivo defendeu que o primeiro passo para o crescimento do mercado de energia eólica em alto-mar no Brasil é a definição de um marco regulatório do novo segmento. “Isso é fundamental para o desenvolvimento da cadeia industrial com valor agregado e a valorização de

atributos socioambientais da fonte. Também consideramos que o marco será importante para a segurança jurídico-regulatória e previsibilidade para os investidores”, completou.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, declarou que a assinatura do memorando de entendimentos com a Neoenergia faz parte de uma sequência de desdobramentos de conversas e de reuniões com a companhia.

“Sempre foi nossa intenção manter o Rio Grande do Norte na liderança brasileira na produção de energia limpa, e isso se dará através de interesses mútuos como, por exemplo, o que tem demonstrado o Grupo Neoenergia por meio de troca de informações e missões técnicas envolvendo as equipes da Neoenergia e as do governo do estado. Portanto, esse memorando vai ser muito importante para darmos segmento a essas conversas, sobretudo para o desenvolvimento de projetos offshore, além de apoio logístico para a infraestrutura portuária”, enfatizou a governadora Fátima Bezerra.

Essa já é a quarta assinatura de memorando de entendimento realizada pela Neoenergia para o desenvolvimento de geração eólica offshore no país. A companhia está conduzindo estudos para avaliar a viabilidade de desenvolver projetos eólicos em alto-mar nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará.

Atualmente, a Neoenergia possui 5,2 GW de capacidade instalada em geração, sendo 90% de energia renovável, e está implementando mais 0,2 GW com a conclusão dos parques eólicos onshore.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 13/09/2023

CIRCUITO 'SAÚDE NOS PORTOS' REFORÇA CUIDADOS DE SAÚDE NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13/09/2023 - 17:31



Nos dias 19 e 20 de setembro, o Porto do Rio de Janeiro receberá mais uma edição do projeto 'Saúde nos Portos'. Esta campanha nacional é coordenada pelo Serviço Social do Transporte (SEST/SENAT) em colaboração com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). Seu propósito é promover medidas preventivas, de saúde e bem-estar direcionadas aos trabalhadores portuários e caminhoneiros. Os atendimentos ocorrerão no Portão 24 do porto, das 9h às 15h.

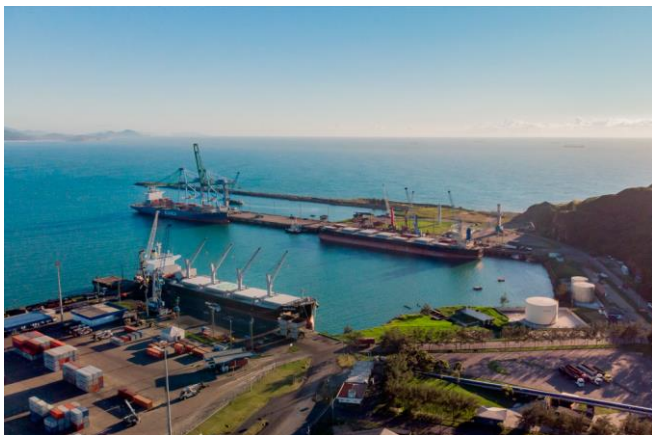
O circuito oferecerá orientação especializada nas áreas de Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Nutrição e Esporte e Lazer. Além disso, os profissionais fornecerão informações sobre saúde, qualidade de vida e segurança no trabalho, com o objetivo de reduzir acidentes nas estradas e portos, prevenir doenças e incentivar a adoção de hábitos saudáveis.

No Porto do Rio de Janeiro, o evento conta com o apoio da PortosRio, a autoridade portuária responsável pela administração do porto, e da Guarda Portuária, juntamente com o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Rio de Janeiro (Sindoperj), as arrendatárias Multiterminais, Rio Brasil Terminal e Triunfo Logística, e as operadoras Pennant e Ultracargo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 13/09/2023

PORTO DE IMBITUBA FARÁ O REPASSE DE R\$ 17 MILHÕES PARA A RECUPERAÇÃO DO ACESSO SUL DE IMBITUBA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13/09/2023 - 17:28



O Ministério de Portos e Aeroportos autorizou a utilização de parte dos dividendos da SCPAR Porto de Imbituba para a realização das obras de melhorias do Acesso Sul do município de Imbituba. O trecho liga a BR-101 ao porto, pelo bairro Vila Nova.

O investimento representa um aporte de R\$ 17 milhões e será repassado pelo governo do estado de Santa Catarina, por meio da SCPAR holding, para a prefeitura realizar a obra. Assim que assinado o convênio de repasse da verba, a previsão é que a melhoria seja entregue em

2024.

O empenho para a liberação dos recursos foi um esforço conjunto do Ministério de Portos e Aeroportos, SNPTA, Secretaria Estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), CAP Imbituba, SCPAR holding, Porto de Imbituba e prefeitura.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/09/2023

MMS EMPREENDIMENTOS OFERECE MAIOR VOLUME DE MOVIMENTAÇÃO MÍNIMA NO LEILÃO DE ARRENTAMENTO TRANSITÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13/09/2023 - 17:23



Sete empresas apresentaram propostas para o arrendamento transitório do Porto de Itajaí, em sessão pública realizada pela Antaq nesta quarta-feira (13).

A classificação das propostas apresentadas para o processo seletivo simplificado que indica a empresa vencedora tem como parâmetro a quantidade de contêineres movimentados, denominado por Movimentação Mínima Exigida (MME).

A MMS Empreendimentos Ltda ofertou MME de 66.600 TEUs; a Mada Araújo Asset Management Ltda, MME de 44.000 TEUs; a Teconnave Terminal de Containers de Navegantes S/A, MME de 35.000 TEUs; a Livramento Holding S/A, MME de 21.200 TEUs; a Conexão Marítima Ltda, MME de 20.111 TEUs; a Triunfo Logística Ltda., MME de 10.002 TEUs; e a Wilson Sons Terminais e Logística Ltda., MME de 5.650 TEUs.

A abertura das propostas pelo arrendamento de área localizado no Porto de Itajaí (Área A – berços 01 e 02) aconteceu na sede do órgão.

Desde que a Antaq lançou o novo edital de arrendamento transitório, em 25 de agosto, os interessados em concorrer ao certame tiveram até o dia 11 de setembro, a oportunidade de apresentarem suas propostas para o Arrendamento.

Segundo a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da Antaq, no que se refere ao certame, nesta etapa, não foram identificadas irregularidades nas documentações apresentadas pelas empresas que se cadastraram.



No próximo dia 18, de acordo com o cronograma estabelecido pela Antaq, todos os documentos serão conferidos por parte de quem passou da fase de documentação. No dia 19 de setembro, será publicada a ata do julgamento das análises e posteriormente divulgado o nome da empresa vencedora.

Após este prazo, caso não ocorrerem pedidos de recursos por parte de outras empresas que participaram do certame, os próximos passos darão direcionamento a homologação do resultado do procedimento simplificado, o direito de outorga, e, por fim, a convocação da empresa vencedora com a União, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), e Superintendência do Porto de Itajaí (Autoridade Portuária), para celebrarem o contrato de transição.

“O Leilão de hoje demonstra a atratividade que o Porto de Itajaí tem perante ao mercado portuário. Apesar de um contrato para os padrões logísticos de curto prazo, de dois anos, sete empresas apresentaram a proposta das mais de dez que foram fazer a visita técnica e as instalações para verificar se participariam ou não. Essa participação importante em volume das empresas também demonstra o que a gente já vinha dizendo há mais de um ano que seis meses de contrato não traria atratividade e que esse contrato teria que ser de no mínimo dois anos. O Governo Federal, o governo Lula, entendeu isso num trabalho importante, tanto da Secretaria, Ministério de Portos e ANTAQ, junto com a Autoridade Portuária, foi possível fazer esse leilão em curto espaço de tempo e agora, com a abertura das propostas, passa para a fase de verificação da habilitação técnica e operacional da empresa vencedora. Rapidamente superado essa etapa, esperamos ansiosos a volta das atividades de operação de contêineres, trazendo o porto a sua plenitude de operacional”, destacou Fábio da Veiga, Superintendente do Porto de Itajaí.

Ainda nesta semana, a Antaq recebeu três solicitações de impugnações ao certame. De acordo com a agência, as impugnações foram recebidas, processadas, fundamentadas e indeferidas pela própria Comissão de Licitações.

A área a ser arrendada é destinada à movimentação e armazenagem de carga containerizada e carga geral. O contrato prevê que o arrendatário passe a operar no porto por dois anos, sem a cláusula resolutiva que, anteriormente, previa a possibilidade da rescisão do contrato antes desse período. O novo contrato trará segurança legal de operações junto à empresa vencedora e, de acordo com seu prazo, poderá ser prorrogado sob condições especificadas no Edital do Processo Seletivo, a critério do Ministério dos Portos e Aeroportos.

De acordo com o edital publicado pela Antaq, a arrendatária transitória deverá pagar para a superintendência o valor de outorga de R\$ 60,63, por TEU e R\$ 5,33 por tonelada de carga geral movimentada.

Quanto as condições de pagamento, de acordo com o edital publicado pela Antaq, a Arrendatária Transitória, deverá pagar para a superintendência, o valor de outorga de R\$ 60,63 (sessenta reais e sessenta e três centavos), por cada TEU (contêiner movimentado), e R\$ 5,33 (cinco reais e trinta e três centavos), por tonelada de carga geral movimentada, tendo o direito de explorar suas atividades no que compreende a área arrendada do terminal (berços 01 e 02) do porto de Itajaí. Ainda com base no edital publicado, sobre o valor do arrendamento transitório, o repasse de pagamento será mensal por parte da Arrendatária, tendo como base, sua movimentação mensal de cargas executadas na área arrendada do terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/09/2023

MINISTRO PROMETE DIÁLOGO COM SETOR PRODUTIVO E CONSTRUÇÃO DE AGENDA PARA HIDROVIAS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 13/09/2023 - 17:09

Divulgação MPor



Silvio Costa Filho, empossado nesta quarta-feira (13), disse que sua gestão não trabalhará pela privatização do Porto de Santos e destacou que pasta terá principal obra do PAC

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, prometeu que a pasta sob sua gestão buscará o fortalecimento do diálogo com o setor produtivo. Ele adiantou que, a partir desta quinta-feira (14), vai discutir pautas dos setores de portos e aeroportos com governadores e prefeitos e que fará reuniões sobre o Porto de Santos. Costa Filho destacou que o MPor tem quase R\$ 70 bilhões de

investimentos em obras previstas para os próximos quatro anos. Ele lembrou que o país possui mais de 250 portos (públicos e privados), além de mais de 500 aeroportos e aeródromos, com perspectiva de crescimento importante e oportunidade de desenvolvimento a partir das hidrovias.

Ele lembrou que o maior complexo portuário do país possui quase R\$ 3 bilhões em caixa que vai liderar a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil: a construção do túnel entre as cidades de Santos e Guarujá, orçada em R\$ 5,5 bilhões. Segundo o ministro, R\$ 2 bilhões para a construção do túnel já estão alocados para que essa obra saia do papel.

Mais cedo, Costa Filho disse à imprensa que não há interesse em privatizar o Porto de Santos e ressaltou que esse tipo de decisão é de governo. "No Porto de Santos, nosso desejo é de trabalhar pela não privatização. Mas vamos dialogar com o setor produtivo. A decisão portuária de privatização é uma decisão de governo", afirmou. Na transmissão de cargo, o ex-comandante do MPor, Márcio França, disse que os planos elencados nos 9 meses de sua gestão da pasta junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva vão continuar com Costa Filho. França, que assumiu o cargo de ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno porte, citou a obra da ligação subterrânea prevista no PAC.

Hidrovias

Costa Filho também pediu apoio do ministro dos Transportes, Renan Filho, para construção de uma agenda de hidrovias no Brasil, que atualmente tem cerca de 18.000 quilômetros de vias navegáveis e um potencial hidroviário a ser alcançado estimado em 42.000 quilômetros. "Essa política de hidrovias, vamos construir de maneira coletiva", comentou.

O novo ministro de Porto e Aeroportos ressaltou que um comboio com 25 barcaças significam 1.200 caminhões a menos no tráfego das estradas, contribuindo com a mobilidade e com o escoamento da produção. "O país tem grande potencial de crescimento e a posição do governo é: Não temos preconceito com quem produz. Queremos buscar o setor produtivo para ajudar o Brasil a produzir a geração de emprego e renda", durante a cerimônia de transmissão de cargo, em Brasília.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/09/2023

OCYAN É CERTIFICADA COM SELO CARBONO NEUTRO

Da Redação OFFSHORE 13/09/2023 - 17:09

Em parceria com a Carbonext, a empresa mapeou e compensou emissões de 2022

A Ocyan, empresa de óleo e gás, adquiriu no dia 24 de julho o selo 'Carbono Neutro' ao compensar 100% das emissões provenientes de sua operação direta e consumo de energia, também conhecido como Escopos 1 e 2.



“Reduzimos 100% das emissões voltadas ao consumo de energia elétrica no ano passado através da compra de eletricidade verde de usinas de energia renovável (eólica) da I-REC (Internacional Renewable Energy Certificate). Tanto a compra quanto o uso reduziram as emissões de CO2 da Ocyan em, aproximadamente, 67,5 toneladas, o que equivale a 1.591 MWh. Todo esse trabalho de compensação tem por benefício a redução do impacto ambiental de nossas operações”, destaca Marcelo Mafra, vice-presidente de Sustentabilidade da Ocyan.

Outro objetivo atingido pela Ocyan na compensação referente à redução das emissões de gases de efeito estufa da operação direta é a aquisição de créditos de carbono. Cada crédito adquirido representou a compensação de uma tonelada de dióxido de carbono (CO2) no ambiente. A Ocyan adquiriu 7.828 créditos de carbono e mitigou os impactos equivalentes a 7.828 toneladas de CO2, o que representa a redução de 20% de nossas emissões em comparação às emissões do ano base 2021, ano no qual a empresa firmou compromisso.

A Ocyan fez uma parceria com a Carbonext para realizar suas compensações. A Carbonext atua em projetos de proteção da Amazônia e atua há mais de 10 anos gerando créditos de carbono. Pela atividade de compensação, a Ocyan alcançou a neutralidade climática para suas emissões e se torna uma empresa carbono neutro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/09/2023

SILVIO COSTA FILHO ASSUME MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13/09/2023 - 12:37

Divulgação

Cerimônia de transmissão de cargo para ministro está prevista para tarde desta terça-feira (13)

O governo formalizou, nesta quarta-feira (13), a troca no comando do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) para chefiar a pasta no lugar de Márcio França (PSB), conforme anunciado na semana passada. Em ato contínuo à exonetação do MPor, Lula nomeou França para o cargo de ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criada hoje por meio de medida provisória. Os decretos foram publicados hoje no Diário Oficial da União em edição extraordinária, assim como a MP de criação do ministério recém-criado que será encaminhada ao Congresso.

Costa Filho prometeu diálogo com o setor produtivo e a construção de agenda para hidrovias. A transmissão de cargo ocorreu na tarde desta quarta-feira (13). A substituição faz parte da reforma ministerial para acomodar nomes do Centrão que vinha sendo discutida por governistas e partidos de centro nos últimos meses. A reforma também envolveu a escolha do deputado André Fufuca (PP-MA) para o Ministério do Esporte, no lugar da ex-jogadora de vôlei Ana Moser.

O novo ministro é pedagogo de formação, natural do Recife, tem 41 anos, é casado e pai de dois filhos. Em 2004, quando começou sua atuação política, foi eleito o vereador mais jovem da capital pernambucana, com 21 anos. Em 2006, foi eleito deputado estadual, tendo sido reeleito em 2010 e 2014. Costa Filho também foi secretário estadual de Turismo durante o governo de Eduardo Campos (PSB) e agora está licenciado do seu 2º mandato como deputado federal, no qual era titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/09/2023



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 154/2023
Página 77 de 77
Data: 13/09/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 13/09/2023